

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
CURSO DE MESTRADO

**CONSTRUINDO MUROS, DERRUBANDO BARREIRAS, A
(DES)CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES DO GÊNERO FEMININO
NO TRABALHO DAS OPERÁRIAS DO PROGRAMA VILA VIVA**

Floriscena Estevam Carneiro da Silva

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
CURSO DE MESTRADO

**CONSTRUINDO MUROS, DERRUBANDO BARREIRAS, A
(DES)CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES DO GÊNERO FEMININO
NO TRABALHO DAS OPERÁRIAS DO PROGRAMA VILA VIVA**

Floriscena Estevam Carneiro da Silva

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Curso de Pós-Graduação em Educação da
Faculdade de Educação da Universidade
do Estado de Minas Gerais, como parte
dos requisitos para obtenção do título de
Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Magda Lúcia
Chamon

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

BELO HORIZONTE

2011

CONSTRUINDO MUROS, DERRUBANDO BARREIRAS, A
(DES)CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES DO GÊNERO FEMININO
NO TRABALHO DAS OPERÁRIAS DO PROGRAMA VILA VIVA

Floriscena Estevam Carneiro da Silva

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Magda Lúcia Chamon - ORIENTADORA
Universidade do Estado de Minas Gerais – Faculdade de Educação

Prof. Dr. Luiz Alberto Oliveira Gonçalves
Universidade Federal de Minas Gerais – Faculdade de Educação

Prof^a. Dr^a. Lana Mara de Castro Siman
Universidade do Estado de Minas Gerais – Faculdade de Educação

Às mulheres que derrubaram
barreiras e construíram acessos
entre mundos, até então,
inacessíveis.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me permitido concluir mais esta etapa de conhecimento em minha vida. Por sempre colocar em meu caminho pessoas especiais e maravilhosas que tornam meu caminhar mais feliz e prazeroso.

À minha família que sempre esteve ao meu lado e com quem eu sei que posso contar em qualquer momento de minha vida. Sem vocês nada valeria a pena. Em especial: aos meus filhos por me fazerem acreditar que um mundo melhor é possível; à minha mãe pelo amor incondicional, pela dedicação e pela companhia nas noites insones; à minha irmã por ser a mais companheira e amiga de todas as irmãs; ao meu querido Ed por dividir comigo o medo e a esperança de sermos pães do Fred; à minha irmã Ilza, ao meu irmão Paulo e aos meus sobrinhos, por existirem, pois vocês não precisam fazer nada por mim, basta que existam, sejam felizes, para que eu fique bem.

À minha querida orientadora Professora Doutora Magda Chamon que, para além da orientação, serviu-me de inspiração. Após conhecer um pouco mais a história das mulheres, suas lutas, seus tropeços, suas conquistas, maior ainda é a admiração e o respeito que sinto por você. Pelo exemplo como pessoa, como profissional, como mãe e agora, para sorte da Rafaela, como avó. Uma Mulher assim me enche de orgulho de ser mulher e me mostra que um outro mundo é possível e perseverar é preciso. Professora Magda, meu sincero e afetuoso muitíssimo obrigada.

Às operárias do Vila Viva que participaram dessa pesquisa e dividiram comigo um pouco de suas histórias, suas lutas e suas experiências. Por sua generosidade em me dar tanto de si, mesmo não levando nada em troca. Por durante nossos diálogos, refletirem e me ajudarem a refletir sobre nossa condição de mulher.

Às professoras Lana Mara de Castro Siman e Santuza de Amorim da Silva e aos professores Luiz Alberto de Oliveira Gonçalves e André Favacho Picanço, por ajudarem a iluminar minhas ideias e meus caminhos.

A todas as professoras e aos professores do Mestrado em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade do Estado de Minas Gerais, por dividirem comigo um pouco do conhecimento que apreenderam em seus estudos e em sua vida.

Aos professores do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, da Universidade do Estado de Minas Gerais, com quem tive o prazer de iniciar minha vida acadêmica. Obrigada por me ajudar a tornar meu sonho possível.

Às minhas grandes conquistas do mestrado Jô, Jack, Martinha, Rosa, Ramuth, Rita, Sara, João e Violeta, vocês realmente foram enviadas/os por Deus para florir ainda mais o meu jardim da vida. Já estou com saudades...

Às minhas queridas amigas com quem compartilho as alegrias, as tristezas, os anseios e as decepções da vida. Carol, Elaine, Gláucia, Kellynha, Meirinha e Telma, que saibam perdoar o meu sumiço, mas saibam, principalmente, que nunca esquecerei vocês.

À Lia, Lici e Joel pelas orações e pelo apoio que tanto ajudaram em minha recuperação. Que Deus lhes abençoe sempre e às suas famílias.

À banca em nome do Professor Doutor Luiz Alberto de Oliveira Gonçalves e da Professora Doutora Lana Mara de Castro Siman, por me doarem um pouco do seu tempo e do seu precioso conhecimento.

A todas as minhas amigas e aos meus amigos, assim como às colegas e aos colegas, e todas aquelas e aqueles que em algum momento estiveram comigo nessa caminhada, que contribuíram com sua amizade, sua presença e sua companhia para eu me tornar uma pessoa melhor.

Às professoras e alunos da Escola Cantinho do Céu a quem precisei deixar no meio dessa caminhada, mas de quem jamais esquecerei.

A toda comunidade da Serra, que vocês saibam que nenhum sonho é impossível, impossível é não sonhar. Sonho todo dia com a realização de cada um de nós.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, por acreditar e investir no conhecimento como forma de transformação social e por fomentar essa pesquisa por meio da concessão de bolsa de estudos.

A quem acima mencionei e a quem por um lapso de memória aqui não se faz presente, nominalmente, mas que co-participou dessa minha empreitada,

sinceramente, muito obrigada.

“Trabalhadora não é o feminino de trabalhador.”

(Helena Hirata)

RESUMO

SILVA, Floriscena Estevam Carneiro da Silva. **CONSTRUINDO MUROS, DERRUBANDO BARREIRAS, A (DES)CONSTRUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES DO GÊNERO FEMININO NO TRABALHO DAS OPERÁRIAS DO PROGRAMA VILA VIVA**. 2011, 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, Faculdade de Educação, Universidade do Estado de Minas Gerais, 2011.

Esta dissertação investigou a relação mulher e trabalho que permeia a vida das mulheres da Comunidade da Serra, operárias da construção pesada, no Programa Vila Viva, em Belo Horizonte, MG. Saber quem eram essas mulheres, como e por que estavam trabalhando nesse mercado foi o mote desse estudo. Para isso, optou-se pela pesquisa qualitativa, utilizando, como principal instrumento para coleta de dados, a entrevista narrativa. Foram entrevistadas mulheres que realizavam atividades identificadas como do *ethos* masculino: serventes de pedreiro, carpinteiras e armadora de ferragens, todas moradoras da Comunidade da Serra e contratadas pelo Consórcio Camargo Correa/Santa Bárbara. A análise dos dados evidenciou que, apesar da ruptura do paradigma de mercado de trabalho estritamente masculino - a construção pesada - a inserção das mulheres não significou que foram aceitas ou bem-vindas, nem respeitadas como profissionais. Essa não aceitação foi demonstrada, diversas vezes, por gestos e verbalizações por parte de seus superiores e de seus pares. Portanto, essa inserção de mulheres no mercado da construção pesada não representa uma oportunidade, mas uma conquista, carregada de valores, simbólico e real. E mais, a mão de obra feminina não é um *quebra-galho* que serve apenas para preencher lacunas quando falta a mão de obra masculina, a mulher é capaz de fazer, de aprender e também de ensinar, no/pelo e para o trabalho. Enfim, superar as divisões de gênero existentes na sociedade e, por conseguinte, no mundo do trabalho, os preconceitos, segregações e estigmas é possível, porém, demanda abertura e acesso às mulheres a novos mercados e conhecimentos.

Palavras chaves: gênero, relações de gênero, relações de gênero no trabalho, mulheres operárias da construção pesada, educação no/pelo e para o trabalho.

ABSTRACT

SILVA, Floriscena Estevam Carneiro da Silva. **BUILDING WALL, BREAKING BARRIERS, THE (DIS)CONSTRUCTION OF REPRESENTATION OF FEMALE GENDER OF WORKWOMEN VILA VIVA PROGRAM.** 2011, 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, Faculdade de Educação, Universidade do Estado de Minas Gerais, 2011.

This dissertation investigated the relation woman and work that permeates women's life of Serra Community, workwomen of heavy work, at the program Vila Viva, in Belo Horizonte, MG. Knowing that were those women, how and why they were working in this business, it was the motto of this study. For this, was chosen for the qualitative research, utilizing, as the main instrument for the levy of data, the narrative interview. It was interviewed women that made activities identified as the male: hodman, carpenter and shipping the hardware, all of them live at Serra Community and hired by Consórcio Camargo Correa/Santa Bárbara. The analysis of the datas showed that, although rupture of the paradigm of work business strictly masculine - the heavy construction - the insertion of women didn't mean they were accepted or welcomed, not even respected as professionals. This rejection was shown, many times, by using gestures and verbalizations for their bosses and their *workmates*. So, this insertion of women at the heavy construction labor market doesn't represent an opportunity, but a acquisition, full of values, symbolic and real. Therefore, female labor it is not a *part-time-job* that serves only to fill blanks, when there is lack of masculine labor, the woman is able to do, to learn and also teach in / by and for the work. Finally, overcoming the gender divisions that exist in society and, wherefore, on the world labor, the prejudices, segregations and stigmas, it is possible, however, requests opportunities and access to women to new markets and knowledge.

Key words: gender, gender relations, gender relations at duty, workwomen at heavy construction, learning in / through and for work.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mapa da Comunidade da Serra	23
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Distribuição percentual da população ocupada feminina, no Brasil, por grupamento de atividades, em janeiro de 2003	139
GRÁFICO 2 - Distribuição percentual da população ocupada feminina, no Brasil, por grupamento de atividades, em janeiro de 2008	140
GRÁFICO 3 - Distribuição percentual da população ocupada feminina, em Belo Horizonte, por grupamento de atividades, em janeiro de 2003	141
GRÁFICO 4 - Distribuição percentual da população ocupada feminina, em Belo Horizonte, por grupamento de atividades, em janeiro de 2008	142

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Caracterização das operárias entrevistadas	21
QUADRO 2 – Identificação das ocupações das operárias participantes da pesquisa de acordo com a CBO	60
QUADRO 3 – Trabalhos das entrevistadas anteriores ao ingresso no Vila Viva	99

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Estimativa de rendimento (em R\$) dos trabalhadores das obras de construção - 2008 e 2009	76
--	----

LISTA DE SIGLAS

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social

CEFET/MG – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

COPASA/MG – Companhia de Saneamento de Minas Gerais

BHTrans – Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A

FaE/UEMG – Faculdade de Educação/Universidade do Estado de Minas Gerais

FCC – Fundação Carlos Chagas

FPA – Fundação Perseu Abramo

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

PIS/PASEP – Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor

PGE – Plano Global Específico

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 PARTICIPANTES DA PESQUISA E FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS	19
2.1 Operárias pesquisadas: perfil das trabalhadoras do Vila Viva	19
2.1.1 A Comunidade da Serra e o Programa Vila Viva	22
2.1.1.1 As obras propostas	23
2.1.1.2 As obras impostas	24
2.2 Alicerçando o método: a entrevista narrativa	27
2.2.1 Materialização das entrevistas	32
3 A MULHER E O MUNDO DO TRABALHO: FRAGMENTOS HISTÓRICOS E SOCIOLÓGICOS.....	36
3.1 Gênero	36
3.2 Trabalho	39
3.3 Gênero e Trabalho	44
4 TRABALHO FEMININO: O TRABALHO DAS OPERÁRIAS DO VILA VIVA	46
4.1 A Comunidade da Serra e suas mulheres trabalhadoras	46
4.1.1 Com a <i>mão na massa</i>	49
4.2 De doméstica a operária: a utopia do avanço	51
4.3 Reflexões sobre a incapacidade física da mulher	58
4.4 Rescisão contratual: diferentes percursos para igual destino	65
5 RELAÇÕES DE GÊNERO E DE TRABALHO NO PROGRAMA VILA VIVA	69
5.1 Construção pesada e mulheres trabalhadoras: mudanças e permanências no mercado de trabalho capitalista	69
5.2 A diferença entre oportunidade e direito ao trabalho	72
5.3 Força de trabalho feminina: lucro certo nas horas incertas	74

5.4 Mão de obra feminina: vantagens e desvantagens ao empregador	79
5.5 Trabalhadora de <i>meia colher</i>	82
5.6 Conflitos de gênero em um <i>canteiro minado</i>	86
6 APRENDIZAGENS NO TRABALHO, EDUCAÇÃO PARA A VIDA	96
6.1 Mulheres trabalhadoras: aprender e fazer sempre	96
6.1.1 Aprendizagens no/ para e pelo trabalho	101
6.1.1.1 Aprender e fazer sozinha	102
6.1.1.2 Aprender e fazer com o outro	104
6.1.1.3 Aprender e fazer mais e melhor	105
6.1.1.4 Aprender e ensinar	108
6.2 Mulheres operárias: novos trabalhos versus antigas ocupações	109
6.3 <i>Homem-mãe</i>	112
6.4 Educação para a vida	117
6.5 Entre a escola e o trabalho: a negação à classe trabalhadora do direito de escolha	119
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS	126
APÊNDICES	133
ANEXOS	143

1 INTRODUÇÃO

As diferenças de representação entre gêneros masculino e feminino nas relações de trabalho, bem como as implicações na determinação da mão de obra mais adequada à execução de determinadas funções, são questões presentes nos estudos sobre a mulher trabalhadora. Portanto, pretendemos neste estudo, analisar a situação da mulher no mundo do trabalho. Para isso, nos propusemos as seguintes perguntas: como as mulheres operárias das obras de construção pesada¹, em uma empresa brasileira, se percebem como sujeitos femininos? Como estabelecem suas relações trabalhistas e familiares? O que delimita as relações entre homens e mulheres nesse *novo mercado de trabalho*? A igualdade e/ou a diferença física, definem papéis e atribuições no trabalho?

Assim sendo, o mote desta dissertação é compreender por que algumas mulheres estão trabalhando como operárias nas obras de construção pesada, como esse trabalho surgiu para elas e o que ele lhes representa.

Desenvolver uma pesquisa sobre mulheres trabalhadoras exercendo funções com *ethos*² masculino, na construção civil pesada, exige aprofundamento nos estudos a respeito das delimitações feitas quanto à condição de ser homem e ser mulher, biologicamente constituídos/as, e ser masculino e ser feminino, social e culturalmente constituídos/as. Todavia, nos fixaremos nesta pesquisa, mais especificamente, nas representações do gênero feminino e sua construção, principalmente nas relações de trabalho. Partimos do pressuposto de que se trata de uma construção histórica e social que se reflete também nessas relações, sofrendo interferências e alterando-se de acordo com o contexto e o período histórico em que acontecem.

¹ O segmento da Construção Pesada é definido pelas seguintes classes da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE): Grandes movimentações de terra; Obras viárias; Grandes estruturas e obras de arte; Obras de urbanização e paisagismo; Obras de outros tipos; e construção de Barragens e represas para geração de energia elétrica e de Estações e redes de distribuição de energia elétrica. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/english/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=205&id_pagina=1>. Acesso em: 10/2/2010.

² Apresentamos e nos apropriamos do conceito de *ethos* nessa dissertação, compreendendo como Ruth Amossy e tantos outros teóricos que o analisam (GOFFMAN; EGGS; MAINGUENEAU) de que o mesmo diz respeito aos hábitos e costumes; de que para além do seu uso no discurso, da troca verbal, o *ethos* é constituído por interações e relações interpessoais, precedidas e ritualizadas socialmente.

Essas alterações são demonstradas pelos estudos e pesquisas sobre as relações de gênero e trabalho. Segundo seus autores há diferentes formas de tratamento dispensado às mulheres quanto à permanência no emprego, ao tipo de atividade exercida e às relações de trabalho. A esse respeito, referendada por pesquisas realizadas em empresas no Brasil, na França e no Japão sobre o trabalho feminino, Helena Hirata assim se expressa:

A atenção às diferenças nacionais mostra que há uma extrema variabilidade das formas de divisão do trabalho entre os homens e as mulheres no espaço, que deve ser estudada de maneira relacionada à evolução das relações sociais de sexo em toda a sociedade: os movimentos sociais, as estratégias de resistência, as atividades conscientes de transformação social, certamente, devem se correlacionar com as modalidades extremamente diferentes da divisão sexual do trabalho de acordo com cada país. Minhas pesquisas comparativas internacionais Brasil-França-Japão demonstraram como existe uma correspondência entre a hierarquia na família, na profissão e na sociedade que produz configurações extremamente diferentes nos *status* sociais e nas relações de poder. (HIRATA, 2002, p. 286)

Como vimos, as diferenças são determinadas muito mais por características dos meios sociais nos quais as pessoas transitam e pela sociedade/país em que as empresas estão localizadas do que biológicas. O biológico, o que é visto, a aparência física, é apenas um dos fatores determinantes da escolha da mão de obra que executará determinada tarefa, sendo os aspectos cultural e social das representações de gênero, considerados os mais relevantes. Na verdade, eles, juntamente com o contexto no qual são percebidos e pelo qual são determinados, definem o que vem a ser trabalho masculino e trabalho feminino.

A propósito, como moradora da Comunidade da Serra, palco desta dissertação, observamos no contexto do Programa Vila Viva³, em estudo aqui, aumento significativo do número de mulheres trabalhando como operárias nos canteiros das obras desenvolvidas pelo Programa. Chegamos a ver dezenas de mulheres ali trabalhando, realizando diversas funções, tais como serventes de pedreiro, carpinteiras, armadoras de ferragens e sinaleiras (pessoa responsável pela sinalização e ordenamento do trânsito quando da ocorrência de tráfego de

³ Julgamos importante informar aos/as leitores/as que, durante o texto, por diversas vezes encontrarão as expressões Vila Viva, Programa Vila Viva e Programa Vila Viva realizado na Comunidade da Serra. Gostaríamos de esclarecer que essas expressões sempre estarão se referindo ao Programa Vila Viva, realizado na Comunidade da Serra. Também é importante informar que usaremos o termo comunidade, no lugar de aglomerado, favela e vila por julgarmos ser, por definição, o mais adequado para referir-se ao local desse estudo, pois as outras denominações pouco ou nada refletem a realidade do lugar. Mesmo as definições mais atualizadas, partem de um olhar exógeno, superficial e incompleto, do que vem a ser o lugar onde os *pobres* moram. Caso consultem algum documento, reportagem ou informação sobre esse Programa Vila Viva, provavelmente encontrarão a denominação “Programa Vila Viva Aglomerado da Serra”.

máquinas pesadas e/ou lentas). Tudo isso nos motivou a desenvolver a pesquisa que ora apresentamos.

Assim sendo, a percepção dessa nova caracterização dos/as profissionais atuantes nas obras, levou-nos a questionar: Por que mulheres estão trabalhando como operárias das obras de construção pesada e quais as implicações desse trabalho em suas vidas familiar, social e econômica? Com tais preocupações, recorreremos à leituras sobre a história das mulheres em geral e, principalmente, das mulheres trabalhadoras, tanto no Brasil, quanto no mundo. Procuramos, assim, compreender, historicamente, como as mulheres adentram para o mundo do trabalho.

No entanto, outras questões iam surgindo no decorrer da pesquisa, como: quem são essas mulheres? Qual a sua cor, idade, condição social e familiar? Qual o grau de escolaridade delas? Como elas estão sendo recrutadas? O que significa para essas mulheres esse *novo* trabalho? Até que ponto esse *novo mercado de trabalho*, é fruto ou não de suas escolhas?

Afinal, optamos por pesquisar mulheres que executavam ou executam trabalhos nas obras de construção pesada do Programa Vila Viva, considerados, historicamente, como trabalhos masculinos, por exemplo, serventes de pedreiro, carpinteiras e armadora de ferragens. Visto que, as obras do Programa Vila Viva, iniciadas em 2005, estão sendo interrompidas em 2010/2011, por força de encerramento do contrato entre o consórcio Camargo Correa/Santa Bárbara e a Prefeitura de Belo Horizonte, percebemos, ao compor nossas amostras, que a maioria das mulheres que integrava os canteiros de obras já não estavam mais trabalhando ali. Por isso, optamos por realizar a pesquisa também com egressas das obras e não somente com operárias à época empregadas na função, como era o objetivo inicial. Além do exercício de funções do *ethos* masculino nas obras de construção pesada, foram também consideradas variáveis significativas: ser moradora da Comunidade da Serra e ter sido contratada diretamente pelo Consórcio Camargo Correa/Santa Bárbara.

Quanto à literatura sobre mulheres trabalhadoras exercendo funções do *ethos* masculino, no Brasil, destacamos: a tese de Mônica Cappelle (2006), na qual ela aborda, como tema central, o trabalho da mulher no policiamento operacional da Polícia Militar em Minas Gerais; a tese de Daniel Peticarrari (2007) a respeito dos impactos da inserção de mão de obra feminina, em uma indústria metalúrgica de São Carlos; a dissertação de Camila Daniel (2009) que pesquisou mulheres que trabalham embarcadas em plataformas de petróleo no Rio de Janeiro; a dissertação de Marly Perrelli (2005) que investigou os sentidos atribuídos por homens e mulheres aos trabalhos do *ethos* masculino, na Petrobrás. Esses estudos

apresentam análises sobre as relações entre gêneros feminino e masculino no mercado de trabalho e apresentam o antagonismo feminino/masculino e a simetria trabalho/sociedade presentes nas relações de gênero. São estudos que fornecem importantes apontamentos para investigações a respeito das construções/desconstruções/reconstruções das relações de trabalho e de gênero.

Entretanto, o que almejávamos não alcançamos: estudos sobre a mulher trabalhadora como operária na construção, civil ou pesada, preferencialmente no exercício de funções masculinizadas que não exigem escolaridade. Apesar da carência de referenciais específicos, decidimos desvelar os motivos, os porquês das mulheres irem trabalhar nesse mercado de trabalho que, em nossa cultura, foi e ainda do *ethos* masculino. Insistimos nessa temática, pois ela nos instiga não só a dar visibilidade às possíveis ocupações da mulher nesse *novo* mercado de trabalho, como também às relações de gênero e trabalho ali existentes.

Com esse intuito, partimos para campo com as seguintes hipóteses:

As mulheres da Comunidade da Serra foram trabalhar nas obras de construção pesada atendendo ao apelo das empresas construtoras por não haver disponibilidade de mão de obra masculina;

Elas foram trabalhar nas obras de construção pesada por vislumbrar melhores salários e direitos trabalhistas.

Vale lembrar, aqui, que a inserção das mulheres nas obras de construção pesada pode ocorrer pela combinação dessas hipóteses, juntamente com outras, que pretendemos desvelar ao longo da investigação.

Posto isso, para melhor encaminhamento das análises propostas, após a *Introdução*, no segundo capítulo, *Participantes da pesquisa e fundamentos metodológicos*, as operárias participantes da pesquisa e explicitamos a metodologia de pesquisa, os instrumentos utilizados e impressões gerais sobre essa parte da investigação. A entrevista narrativa foi de singular importância para nossa compreensão das percepções que essas mulheres têm de si, do mercado de trabalho das obras de construção pesada e de sua inserção nele.

No capítulo seguinte, *A mulher e o mundo do trabalho: fragmentos históricos e sociológicos*, traremos algumas reflexões sobre os conceitos de gênero e trabalho. No diálogo com alguns autores, buscamos compreender a construção histórica, social e cultural desses conceitos. Lembramos que, aqui, não apresentaremos um posicionamento sobre o feminismo, independente de sua corrente, pois esse não é o objetivo da pesquisa, tampouco das pesquisadoras. Entendemos que a importância dessa etapa da pesquisa está principalmente na

localização histórica e social do sujeito da nossa investigação: a mulher operária da construção pesada.

No quarto capítulo, *Trabalho feminino: o trabalho das operárias do Vila Viva*, priorizamos investigar como se deu a entrada da mão de obra feminina na construção pesada, desde o momento em que as mulheres tomaram conhecimento da vaga até o momento atual, na condição de trabalhadoras em exercício ou já demitidas. Continuamos dialogando com os/as autores/as sobre gênero e trabalho, mas agora com o viés do trabalho feminino, confrontando com as informações e dados obtidos durante a pesquisa de campo, sobre a entrada das mulheres como operárias no Vila Viva, sua permanência, até sua saída e como elas experimentaram e foram experimentadas nesse novo trabalho.

No quinto capítulo, *Relações de gênero e de trabalho no programa Vila Viva*, analisamos as relações entre gênero e trabalho na construção pesada e como essas relações entre homens e mulheres, pares de trabalho ou subordinados hierarquicamente, foram fortemente marcadas por contradições, estereótipos e conflitos sociais, trabalhistas e humanos.

No capítulo derradeiro, *Aprendizagens no trabalho, educação para a vida*, examinamos as aprendizagens não-escolares possibilitadas às operárias durante os processos de trabalho no Vila Viva. Analisamos o que elas aprenderam, como e com quem, bem como a influência dessas aprendizagens em suas relações de trabalho e de vida. Conhecemos um pouco mais das muitas mulheres que compõem cada uma das operárias participantes desta pesquisa. Mulheres que trabalham, que sonham, que dedicaram, desde muito cedo, suas vidas ao trabalho. Que aprenderam e aprendem, diariamente, em seu trabalho, fora e dentro de casa, a ser trabalhadoras.

E, em nossas *Considerações finais*, apresentamos uma síntese de nossas apreensões, nossos entendimentos e um pouco dos nossos anseios sobre os futuros estudos e pesquisas acerca da inserção da mulher no mundo do trabalho.

2 PARTICIPANTES DA PESQUISA E FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo apresentaremos os sujeitos desta pesquisa: as mulheres operárias do Programa Vila Viva, especificando sua cor/raça, idade, situação civil, escolaridade, etc. Esses dados serão analisados e interpretados à luz das teorias pertinentes ao tema em questão.

Como no início da nossa busca em campo muitas das operárias já haviam sido demitidas, precisamos ir além dos canteiros das obras para encontrá-las. Mas, ser moradora da Comunidade da Serra e conhecer alguns operários (homens), que ainda trabalhavam nas obras, facilitou o nosso trabalho. Assim, muitas vezes, por telefone ou pessoalmente, indo à residência das operárias, todas se mostravam solícitas fornecendo-nos as informações que desejávamos.

Vale lembrar, aqui, que a opção pela entrevista narrativa se deve à sugestão feita na banca de qualificação desta dissertação, visto que, inicialmente pensamos em utilizar questionários e entrevistas semiestruturadas. Foi-nos uma grata recomendação. Percebemos, durante a realização das entrevistas, que deixá-las falarem, sem que fossem interrompidas, possibilitava-lhes, também, refletir sobre o que narravam, ou seja, sobre seu trabalho e suas vidas. Elas ficaram muito à vontade para nos falar do seu trabalho, sua família e sua vida, apenas uma apresentou um pouco mais de dificuldade em prosseguir em uma narrativa ininterrupta. Mas, isso, de forma alguma, desqualificou suas informações, aliás, valiosas para a compreensão o trabalho das mulheres nas obras de construção pesada.

2.1 Operárias pesquisadas: perfil das trabalhadoras do Vila Viva

Inicialmente, procuramos informações sobre as operárias do Programa Vila Viva no departamento de pessoal do Consórcio Camargo Correa/Santa Bárbara, sem sucesso. Fomos informadas de que a maioria delas já não integrava o quadro de funcionários e, logo, não poderiam nos fornecer informações a respeito.

Todavia, como as obras eram realizadas em diversos pontos da Comunidade da Serra, centramos nosso foco na busca das mulheres que ainda estavam trabalhando ali. Por conseguinte, nos canteiros de obras, encontramos uma carpinteira e uma servente que nos forneceram seus endereços para contato posterior. Não estabelecemos nenhum diálogo

naquele momento, pois estavam em horário de serviço, mas deixamos claro nosso interesse em conversar com elas.

Além dessa abordagem corpo a corpo, com a ajuda de outros operários do Vila Viva, conseguimos números de telefones de outras mulheres que trabalhavam ou trabalharam nessa obra. Ligamos para elas e conseguimos contactar duas armadoras de ferragens e duas carpinteiras. Além disso, por intermédio de outras operárias ficamos sabendo de outras trabalhadoras que poderiam participar da pesquisa. Dessa forma, de posse de outros números de telefones e endereços, de mais mulheres que haviam trabalhado como serventes de pedreiro, conseguimos contactar mais duas serventes de pedreiros, para participar da pesquisa. Assim, nossa amostra inicial se compôs de duas armadoras de ferragens, três carpinteiras e quatro serventes de pedreiro, perfazendo um total de oito mulheres que trabalhavam ou trabalharam no Vila Viva, em funções do *ethos* masculino. Uma das armadoras de ferragens não mais morava na Comunidade da Serra, havia se mudado logo que começou a trabalhar, o que a obrigou também a sair do emprego, logo a excluimos da pesquisa; outra armadora de ferragens e uma servente de pedreiro participaram da pesquisa na entrevista de ensaio.

Vale lembrar mais uma vez que as entrevistadas, sempre foram solícitas, oferecendo-nos ajuda caso necessitássemos entrar em contato com elas ou com alguma outra operária e, principalmente, informações sobre seu trabalho e sua vida.

Com relação às seis operárias participantes da pesquisa, apresentamos alguns dados no quadro adiante. Lembramos que os nomes utilizados nesta dissertação são fictícios. Todas receberam o nome Maria, na verdade, ele aparece precedendo um segundo nome. Escolhemos esse nome pelo simbolismo que ele traz do que é ser mulher e por ser, provavelmente, um dos nomes femininos mais utilizados no mundo. Como visto, não foi uma escolha aleatória e, aqui, o nome Maria estará sempre acompanhado por um segundo nome, sendo que, este figura na lista dos nomes com os quais mais crianças do sexo feminino foram registradas no Brasil, no ano de 2009⁴. Assim, formamos os nomes compostos com os quais *batizamos* nossas entrevistadas.

⁴ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u677177.shtml>>. Acesso em: 15/12/2010.

Quadro 1 - Caracterização das operárias entrevistadas

NOME	MARIA LUÍZA	MARIA FERNANDA	MARIA EDUARDA	MARIA VITÓRIA	MARIA CLARA	MARIA LAURA
IDADE	33	39	33	44	31	23
SITUAÇÃO CIVIL	Solteira	Solteira	Solteira	Amasiada	Solteira	Solteira
COR/RAÇA	Negra	Parda	Negra	Parda	Negra	Preta
IDADE DO FILHO CAÇULA	12 anos	7 anos	11 anos	21 anos	5 anos	1 ano
NÚMERO DE FILHOS	1	5	2	2	4	2
ESCOLARIDADE	4ª série/ Ens. fund.	5ª Série/ Ens. fund.	1º ano/ 2º Grau	4ª Série/ Ens. fund.	1º ano/ 2º Grau	2º ano/ 2º grau

Fonte: Entrevista Oral.

Essas informações foram obtidas por autodeclaração, não apresentamos questionário com questões fechadas tipo múltipla escolha. Como mostra o quadro acima, quatro, das seis entrevistadas, estão em sua principal fase reprodutiva; cinco declararam-se solteiras; todas se identificam como negras, pretas ou pardas; as três que trabalhavam como servente são as que possuem a menor escolaridade; e três possuem filhos/as caçulas com *idade suficiente*, segundo elas, para se cuidarem.

Ainda segundo o quadro, Maria Eduarda, Maria Laura e Maria Clara, cursaram o ensino fundamental completo, o que lhes permitiu trabalhar em funções qualificadas; as duas primeiras como carpinteiras e a última como armadora de ferragens. O ingresso nessas atividades foi possível após a realização de um curso (ANEXO C), oferecido pelo Consórcio Camargo Correa/Santa Bárbara em parceria com o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG). O recrutamento para o curso⁵ foi feito aos moradores/as da Comunidade da Serra, por meio de divulgação em cartazes (ANEXO A), afixados na Comunidade e também em anúncios publicados em jornais de grande circulação (ANEXO B)⁶.

⁵ Projeto do Curso *Educação Profissional no Canteiro de Obras* - formato, público alvo, objetivos, etc.

⁶ Também anexamos reportagens publicadas, à época, sobre o referido curso e a participação das mulheres no mesmo.

Quanto à Comunidade da Serra e o Programa Vila Viva e onde desenvolvemos nossa pesquisa, julgamos importante sua descrição, um pouco mais minuciosa, no tópico seguinte. Essa será feita sob a perspectiva de quem nasceu e vive ali, há mais de três décadas, e convive diariamente com as mudanças estruturais e sociais, advindas com o referido Programa. Por se tratar de uma visão endógena, ela traz consigo uma construção histórica real, vivida no local. Dessa forma, as informações não poderiam vir sozinhas, por isso, elas vêm acompanhadas de observações sistemáticas e de uma série de questionamentos a respeito do Programa Vila Viva quanto às *benfeitorias* tão amplamente alardeadas pelo discurso oficial, ofertadas às/aos moradoras/es locais.

2.1.1 A Comunidade da Serra e o Programa Vila Viva

A Comunidade da Serra localiza-se na região Centro-Sul de Belo Horizonte, ocupa uma área total de 1.550.000 m² e faz limite com as reservas florestais do Hospital da Baleia e do Parque das Mangabeiras e com os bairros Paraíso, Santa Efigênia, São Lucas e Serra. É subdividida, oficialmente, em Marçola, Nossa Senhora de Fátima, Fazendinha, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Conceição, Novo São Lucas e Santana do Cafezal. Quanto ao número de moradores/as, não há consenso entre a Prefeitura de Belo Horizonte, os/as moradores/as, as associações comunitárias e as organizações não governamentais e religiosas que atuam na Comunidade, variando esse número entre 50 e 100 mil pessoas.

Segundo informações do sítio eletrônico da Prefeitura de Belo Horizonte, o Programa Vila Viva propõe a urbanização, o desenvolvimento social e a regularização fundiária em comunidades de Belo Horizonte. De acordo com o discurso oficial, a urbanização ocorreria por meio, principalmente, de abertura e pavimentação de vias e acessos, construção de moradias e muros de contenção em barrancos e encostas considerados de risco; o desenvolvimento social estaria atrelado à geração de emprego e renda e à capacitação de lideranças; e a regularização fundiária seria viabilizada pela escrituração dos terrenos e imóveis dos locais de intervenção.⁷

⁷ De acordo com informações do sítio eletrônico da Prefeitura de Belo Horizonte, também seriam feitas barragens de retenção das águas pluviais, ao longo da Avenida Cardoso. <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=19917&chPlc=19917&termos=vila%20viva>>. Acesso em: 15/1/2009.

O Vila Viva iniciou-se na Comunidade da Serra no ano de 2005, após a elaboração do Plano Global Específico (PGE) pela Prefeitura de Belo Horizonte⁸. Trata-se de um programa financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), juntamente com o Governo Federal e a referida Prefeitura. As obras estão sendo realizadas pelas empresas Camargo Correa/Santa Bárbara, que se uniram em consórcio para concorrer à licitação⁹.

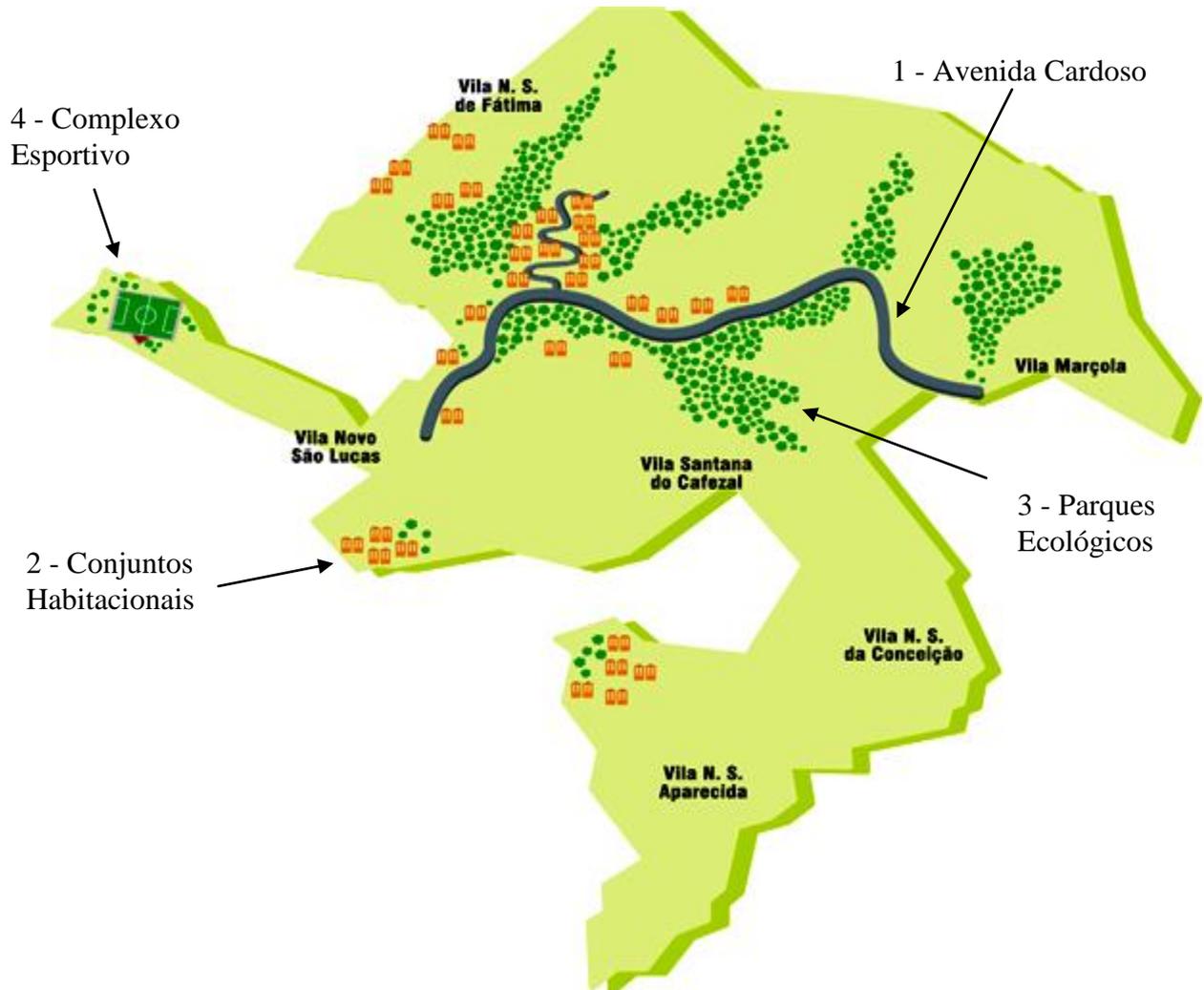
As principais obras do Programa Vila Viva realizadas na Comunidade são: construção de uma avenida; construção de, aproximadamente, mil apartamentos para reassentamento das pessoas removidas em virtude das obras ou moradores de áreas de risco; construção de áreas de lazer e criação de parques ecológicos, para preservar as inúmeras nascentes existentes na Comunidade. O mapa a seguir visualiza algumas obras realizadas pelo Programa¹⁰ e apresenta seis das sete subdivisões oficiais que compõem a Comunidade.

⁸ De acordo com informações do sítio eletrônico da Prefeitura de Belo Horizonte, no período de 1998 a 2000, foi realizado o Plano Global Específico – PGE da Comunidade da Serra, que apontou os principais problemas de infraestrutura encontrados no local e norteou a elaboração do Programa do Vila Viva. Para maiores informações consulte.: <www.pbh.gov.br>. Acessado em: 15/1/2009.

⁹ Licitação por concorrência publicada no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte em 27 de março de 2004, sob denominação SCOMURBE – 001/2004 – GGTO – 120. Vencida pelo Consórcio Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A - Santa Bárbara Engenharia S/A. Para maiores informações consulte: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=918507>>. Acesso em 15/1/2009 e <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=927599>>. Acesso em 15/1/2009.

¹⁰ O mapa apresenta o que foi feito no contexto macro da obra. Lembramos que ele não apresenta algumas vias de acesso como becos e ruas que estão sendo construídos ou reformados, tampouco obras de contenção, como muros, por exemplo.

Figura 1 – Mapa da Comunidade da Serra



Fonte: <<http://bhtrans.pbh.gov.br/portal/page/portal/portalpublico/Imprensa/Vila%20Viva%20Serra>>

2.1.1.1 As obras propostas

Como podemos observar no mapa acima apresentado, as obras propostas para a Comunidade da Serra são: 1 - Avenida Cardoso, que se inicia no final da Avenida Mem de Sá, na subdivisão denominada Novo São Lucas, no bairro Santa Efigênia e termina na rua da Passagem, na subdivisão Marçola, no bairro Serra, ou seja, faz a ligação da região Leste de

Belo Horizonte com a região Centro-Sul; 2 - Os conjuntos habitacionais, representados no mapa em forma de pequenos retângulos agrupados ao longo da Avenida Cardoso e em outros pontos da Comunidade. Trata-se de prédios de quatro andares, com até oito apartamentos de dois ou três quartos. 3 - Parques Ecológicos, localizados em áreas de minas, nascentes e córregos de água; 4 - Complexo Esportivo, criado em uma área da reserva florestal do Hospital da Baleia, doada para tal fim.

A seguir discutiremos um pouco mais cada empreendimento realizado pelo Vila Viva, com algumas percepções e indagações, a partir das vivências e das experiências como moradora do local. O olhar é particular e perceptivo de quem conviveu diariamente com as transformações provocadas pelas obras. Um olhar peculiar de quem pode falar do antes e do depois das obras, do que deveria e do que foi feito, do para quê e para quem essas mudanças se destinam, permite ampliar e ir além das informações oficiais. Apesar de não ser objetivo da pesquisa, estudar o Programa Vila Viva, pensamos ser importante apresentar tais esclarecimentos, a fim de melhor contextualizarmos nosso objeto de pesquisa., Deixaremos de fora alguns questionamentos, tanto quanto pessoais, e apresentaremos apenas aqueles que são coletivos, que mesmo que não tenham sido construídos na coletividade da troca de informações, surgiram na coletividade da falta delas.

2.1.1.2 As obras impostas

Com relação à construção da Avenida Cardoso, como explica a Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte (BHTrans), essa Avenida ligará duas regiões da cidade: “Essa avenida vai permitir a ligação da Avenida Mem de Sá, em Santa Efigênia, na região Leste, com a Rua Caraça, no Bairro Serra, na região Centro-Sul.”¹¹ Questionamos: Por que o *carro-chefe*, das obras de urbanização de uma comunidade seria uma avenida que a dividiria praticamente ao meio? Existem problemas de fluxo de tráfego entre essas regiões que justifiquem tal obra? A quem essa avenida, hoje já pronta, está realmente servindo? Os moradores dessas regiões utilizam-se dessa via para ir de uma região à outra passando por dentro de uma Comunidade? Houve algum estudo sobre os impactos de uma via de trânsito

¹¹Informações extraídas do sítio eletrônico da BHTrans. Para maiores informações consulte: < <http://bhtrans.pbh.gov.br/portal/page/portal/portalpublico/Imprensa/Vila%20Viva%20Serra>> . Acesso em:18/2/2009.

intenso e rápido, em uma região, com alta densidade demográfica e, por conseguinte, fluxo intenso de pessoas? Ao longo da avenida existem locais onde muitas crianças brincam, há sinalização adequada, orientação a elas e aos motoristas garantindo-lhes segurança? Há locais próprios e sinalizados para a travessia de pedestres?

Os conjuntos habitacionais, em sua maioria, foram construídos em locais onde casas foram removidas, em virtude do Programa, e as pessoas que ali residiam indenizadas, recebendo em dinheiro ou um apartamento. Também foram ocupados por famílias removidas de áreas de risco e/ou que estavam morando de aluguel, pago pela Prefeitura de Belo Horizonte, através de um programa Bolsa-Moradia¹². Muitas famílias não tiveram escolha quanto a ir ou não para os apartamentos, visto que o valor das indenizações era tão pouco que elas não conseguiriam sequer comprar outra casa na Comunidade da Serra ou em outra comunidade de Belo Horizonte. Portanto, ocuparam os apartamentos de forma compulsória.

Assim, as famílias que receberam o valor da indenização em dinheiro, foram morar em outras comunidades de Belo Horizonte ou em cidades da região metropolitana, como Santa Luzia e Ribeirão das Neves. Nesse caso perguntamos: houve escolha por parte das pessoas que foram removidas? Quem teria que sair? Quando? Como fora feito o cálculo do valor do imóvel? As famílias removidas receberam alguma orientação jurídica e econômica, para a aquisição das novas casas? Vale lembrar, aqui, que o Programa Vila Viva faz parte de um programa maior, o Plano Global Específico, que deve ser elaborado para todas as regiões de Belo Horizonte, mas não há registros que demonstrem se durante a elaboração do Programa houve algum planejamento quanto às novas moradias daqueles/as que seriam removidos/as e indenizados/as evitando-se, então, mudanças para outras áreas de ocupação informal, logo a formação de novas comunidades ou a expansão das já existentes.

Os parques ecológicos estão localizados em áreas de vale, de difícil acesso para construção, o que lhes garantiu, em boa parte, a preservação da área verde nativa. Portanto, não foram feitos pelo Vila Viva, eles já existiam. Tanto que a região da rua Nossa Senhora de Fátima, é até hoje conhecida e dividida pelos moradores como *Primeira Água, Segunda Água e Terceira Água*. Assim como outras regiões da Comunidade, são denominadas por *Rua da Água, Pocinho, Biquinha e Mina*, fazendo referência à água ali existente. O que foi feito foi o

¹² Esse Programa é destinado às famílias removidas de áreas de risco geológico-geotécnico, risco social ou em função de obras, até que as famílias sejam reassentadas definitivamente. Para maiores informações sobre o programa consulte:

<<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=16105&chPlc=16105&termos=bolsa%20moradia>>. Acesso em 15/1/2009.

cercamento das áreas, a remoção de algumas famílias e limpeza de parte dos córregos e minas, que, em alguns pontos, serviam como escoadouros de esgoto. Essas áreas não são parques ecológicos, são, na verdade, áreas que foram criadas para captação de chuvas através de solo permeável, chuvas essas que causavam estragos nos bairros circunvizinhos.

A propósito, até a década de 1980, a maioria das casas da Comunidade da Serra não possuía água encanada e a população servia-se da água das minas, nascentes e córregos para lavar roupa, tomar banho e para uso doméstico. Quando a água foi instalada nas casas pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA/MG), não veio junto a infraestrutura da rede de esgoto. A população instalou em suas casas chuveiros, pias, tanques, descargas, parou de usar as fossas e fez redes comunitárias de esgoto. Essas redes foram canalizadas para as regiões de córregos, que possuíam uma caída natural de vale, principalmente na região conhecida como *Primeira água*, onde existe o córrego Cardoso, que fica ao lado da avenida de mesmo nome. Essa canalização dos esgotos para os córregos foi iniciada pela COPASA, que canalizou para eles os esgotos das ruas e escolas da região, poluindo as águas, até então, potáveis.

Quanto ao Complexo Esportivo, como visto no mapa, está em uma ponta fora da Comunidade da Serra, distante da maioria da população. Encontra-se entre os bairros Paraíso e Saudade e muito mais acessível aos moradores desses bairros. Na verdade, trata-se de apenas uma quadra e um campo, diga-se de passagem oficial e com uso limitado a determinada quantidade de jogos, para uma população que, como já dito, varia entre 50 e 100 mil habitantes. Além disso, dentro da Comunidade, há apenas mais dois campos de futebol, em péssimo estado, e quatro quadras de livre acesso à população. Quanto às quadras existentes nas escolas, nem todas permitem acesso à população e em caso positivo, só em horários e dias determinados, mas, se formos incluí-las, somam-se oito. Não estão incluídos nesse cálculo nem a quadra, nem o campo do Complexo Esportivo, porque não estão dentro da Comunidade da Serra e não atendem à maioria da população. O que não podemos deixar de questionar é: por que, diante da remoção de tantas casas para construção de ruas, avenida e prédios, não criaram também áreas de lazer, quadras, campos que realmente atendessem à população tanto em termos de localização, quanto em quantidade?

Em síntese, com o início das obras do Programa Vila Viva criou-se, entre a população da Comunidade da Serra, um clima misto de euforia e incerteza. Euforia por acreditar que a vida local melhoraria e incerteza devido ao desconhecimento do que seria feito já que, em momento algum, a população foi consultada ou informada do que realmente se tratava o

Programa. Com o passar do tempo, ficou a incerteza e somaram-se a ela inúmeras dúvidas, tais como: por que a Comunidade da Serra foi escolhida para realização do Programa Vila Viva? Por que, quais e como seriam as obras realizadas? O que aconteceria com a população remanescente, se é que ficaria algum morador ao final da obra? O que seria feito daqueles/as moradores/as que fossem removidos por motivo de intervenção viária ou estrutural?

Encerramos por aqui nossos questionamentos a respeito da elaboração e realização do Programa Vila Viva, não por haver obtido as respostas que desejávamos, mas, como esclarecido anteriormente, investigar o referido Programa não era nosso objetivo. Apenas compartilhamos aqui algumas de nossas análises e inquietações.

2.2 Alicerçando o método: a entrevista narrativa

Qualquer atividade humana que foge ao contexto usual, à norma de uma cultura que padroniza determinados procedimentos e comportamentos pode causar estranhamento. Nesse sentido, as representações sociais que envolvem o trabalho feminino, em atividades do *ethos* masculino, em nossa sociedade, causam estranheza. Tal fato decorre de construções sociais que moldam nossos comportamentos. A propósito, Christian Laville e Jean Dionne, em seu livro sobre metodologia da pesquisa nas ciências humanas, afirmam:

Na realidade refletimos amplamente a sociedade na qual vivemos. Nossos comportamentos foram adquiridos, em sua maioria, na família, na escola, com nossos amigos, durante nossas atividades de lazer, de trabalho, etc, e através de nossas múltiplas relações com os outros na sociedade específica que é a nossa. Pois, se as sociedades adquirem as características dos seres humanos que as compõem, em contrapartida indicam às pessoas os comportamentos desejáveis; prevêm uma divisão dos papéis, oferecem diferentes status, sugerem valores e normas... Fazem isso através de seus costumes, estruturas, instituições. (LAVILLE e DIONNE, 1999, p.74).

Percebemos nesse trecho uma retomada ao que Pierre Bourdieu já estabelecia em seu conceito de *habitus* no artigo *A Gênese dos Conceitos de Habitus e de Campo*. Para esse autor: “o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*¹³, indica a disposição incorporada, quase postural.” (BOURDIEU, 2009, p.61). Esse conhecimento é

¹³ Segundo Bourdieu (2009, p. 62) *hexis* é o equivalente grego de *habitus*.

adquirido, (re)significado e transformado em um novo conhecimento, daí a razão de, apesar de ter sido adquirido, também ser um constante haver.

Tanto para Christian Laville e Jean Dionne, quanto para Pierre Bourdieu, a formação social dos sujeitos se dá por meio de uma troca recíproca dele com o meio, uma vez que, ao mesmo tempo em que o sujeito se forma, ele forma a sociedade em que vive e, assim, em um constante construir e reconstruir, sujeito e sociedade vão se formando à medida que agem e interagem um sobre o outro.

Assim, o estranhamento construído social e culturalmente, causado pelo fato de dezenas de mulheres trabalharem como operárias das obras de construção pesada motivou-nos a investigar esse tema. Em nossa sociedade, não é natural mulheres trabalharem nas obras de construção pesada, tampouco, exercendo funções que demandam força física, atributo que é sempre associado ao trabalho a ser realizado pelos homens. E essa motivação resultou nesta dissertação.

Posto isso, acrescentamos que, para desenvolver esta investigação, adotamos uma abordagem predominantemente qualitativa, do tipo exploratória, por possibilitar, de acordo com Alda Alves-Mazzotti e Fernando Gewandszajder “a compreensão de processos que ocorrem em uma dada instituição, grupo ou comunidade” (ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 2002, p. 135). Pretendemos compreender, dentro de um contexto social específico, neste caso, o Programa Vila Viva, as implicações entre o problema proposto nas relações de trabalho, familiares e sociais das operárias.

Por outro lado, sabemos que nem sempre essas relações são facilmente analisadas em virtude da quantidade de representações explícitas e implícitas que carregam consigo, a riqueza de seus detalhes e as possibilidades de compreensão da realidade que proporcionam. Afirmam Robert Bogdan e Sari Biklen: “As questões a investigar não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis sendo, outrossim, formuladas com o objetivo de investigar os fenômenos em toda a sua complexidade e em contexto natural.” (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p. 65). Portanto, investigar um fenômeno social, como a entrada de mulheres no mercado das obras de construção pesada, requer não somente compreender esse trabalho, mas também analisar a situação dessas mulheres, ou seja, analisar todo o complexo contexto em que estão inseridas.

A respeito de tal complexidade, Christian Laville e Jean Dionne apresentam suas contribuições. De acordo com os autores, além da complexidade dos fenômenos, há a

complexidade dos sujeitos envolvidos, do ser humano, o que requer um trabalho mais minucioso. Logo, não podemos,

esquecer que o ser humano é ativo e livre, com suas próprias idéias, opiniões, preferências, valores, ambições, visão das coisas, conhecimentos... que é capaz de agir e reagir. Dois corpos químicos submetidos à experimentação reagirão conforme sua natureza, que é previsível. Os seres humanos também reagirão conforme sua natureza, só que, esta, não é previsível, pelo menos não tanto e nem da mesma maneira. (LAVILLE e DIONNE, 1999, p. 33).

As ideias, os valores e os conhecimentos do ser humano são complexos, principalmente pela individualidade que cada um traz consigo, individualidade essa construída e percebida de diferentes maneiras, pelos diferentes sujeitos. A formação do ser humano não é uma formação linear, ele desenvolve-se em um constante ir e vir, por isso, fazer uma pesquisa qualitativa que envolve seres humanos, buscar compreender o como e o porquê de determinados fenômenos e comportamentos exige uma delimitação muito específica quanto ao que será pesquisado e quanto aos participantes da pesquisa.

Assim sendo, diante da natureza desta pesquisa e da especificidade do tema em pauta, optamos pelo estudo de caso que é, de acordo com Maria Cecília Minayo, “uma estratégia de investigação qualitativa para aprofundar o como e o porquê de alguma situação ou episódio, frente a qual o avaliador tem pouco controle” (MINAYO, 2005, p. 93) e que determina, enquanto forma correta de uso, “a definição do foco de análise; o como e o porquê de determinado problema; a formulação de proposições especificamente orientadas para os vários aspectos em estudo; a determinação de uma unidade de análise”. (MINAYO, 2005, p. 94).

Mais que a análise, o estudo de caso busca a compreensão de determinado fato ou fenômeno social. Mesmo que para os/as críticos/as, ele limite a análise por não aplicar-se a toda e qualquer generalização, ele não é exclusivo e as generalizações podem ocorrer em casos similares.

Com efeito, para melhor apreender a dinâmica e as especificidades da atuação de mulheres nas obras de construção pesada, realizamos entrevistas narrativas, bem como, a desvelar os motivos, as necessidades e as representações, que as levaram a assumir atividades consideradas como sendo do *ethos* masculino. Recorreremos a esse tipo de entrevista uma vez que buscávamos compreender a experiência vivida por mulheres como operárias das obras de construção pesada, logo precisávamos dar voz a elas, ouvir o que tinham para relatar com toda a subjetividade intrínseca a um autoentendimento e a uma autorreflexão dos acontecimentos. Para Martin Bauer e Sandra Jovchelovitch “as narrativas não estão abertas à comprovação e

não podem ser simplesmente julgadas como verdadeiras ou falsas; elas expressam a verdade de um ponto de vista, de uma situação específica no tempo e no espaço.” (BAUER E JOVCHELOVITCH, 2002, p.110). Dessa forma, as mulheres operárias em estudo descreveram, com tranquilidade, seu trabalho nas obras de construção pesada, gerando conhecimento importante para a compreensão da inserção da mulher nesse mercado de trabalho.

De fato, as entrevistas narrativas fornecem-nos informações preciosas a respeito das vivências e experiências dos sujeitos. Ela permite ao autor/a ser, simultaneamente, interpretador/a do fato narrado. Para Hubert Hermanns, “na entrevista narrativa, pede-se ao informante que apresente, em uma narrativa improvisada, a história e uma área de interesse da qual o entrevistado tenha participado.” (HERMANNNS, citado por FLICK, 2004, p. 110). Como a área de interesse desta pesquisa e os sujeitos são muito específicos, suas narrativas são importantes para a compreensão do contexto real em que o trabalho como operária foi desenvolvido.

Desse modo, escolhemos entre as operárias do Vila Viva, as mulheres ocupantes de funções tipificadas como *ethos* masculino. Entre as trabalhadoras, escolhemos três serventes de pedreiro, duas carpinteiras e uma armadora de ferragens.

Com o andamento da pesquisa, definimos mais dois delimitadores: ser moradora da Comunidade da Serra e ter sido contratada diretamente pelo Consórcio Camargo Correa/Santa Bárbara¹⁴, pois interessava-nos investigar as relações de trabalho entre o referido consórcio e as operárias do Vila Viva.

Juntamente com o Consórcio Camargo Correa/Santa Bárbara, havia outras tantas empreiteiras, subcontratadas pela empresa, para realização de trabalhos nas obras do Programa Vila Viva, que poderiam ter contratado mulheres como operárias. Não abordamos essas mulheres, pois nessas empresas os funcionários não necessariamente trabalham em um único canteiro de obra, em um único bairro, ou até mesmo, em uma única cidade. Os funcionários eram levados para locais em que a empresa tivesse contrato de obras. Poderia ser uma mudança diária, semanal, mensal ou sem nenhuma regra específica, atendendo, apenas, à demanda por maior quantidade de mão de obra em um local e momento específico.

¹⁴ É importante ressaltar que é prática comum na construção civil e pesada a terceirização e subcontratação de mão de obra operária, através de subempreiteiros (também conhecidos como *gatos*) contratados pelas grandes empresas para execução dos trabalhos. Para maior compreensão desse fato e do porquê de sua existência e continuidade, sugerimos a leitura do texto do DIEESE sobre o estudo setorial da construção civil: *A reestruturação produtiva na construção civil* (2001)

Definidos os critérios de seleção da amostragem a ser pesquisada, prosseguimos com a coleta de dados para a composição da amostra. Como as obras do Programa já se encontravam em fase de encerramento de contrato, o número de operárias nos canteiros das obras era reduzido, quando da realização da entrevista narrativa. Então, definimos que a amostra seria composta por seis mulheres: duas trabalhadoras em exercício, duas que haviam sido demitidas e duas demissionárias. Entendemos não ser fator delimitador das possibilidades de estudo a quantidade, mas sim a qualidade. Como alerta Uwe Flick (2004), quando o objetivo de uma pesquisa inclui o contexto não é a representatividade que determina o modo de seleção dos participantes, mas a relevância de sua participação. À época da pesquisa estavam em atividade uma servente de pedreiro e uma carpinteira; outra carpinteira e uma armadora de ferragens haviam pedido demissão; e duas serventes de pedreiro foram demitidas.

Delimitada a amostra, iniciamos as entrevistas narrativas observando todas as suas etapas caracterizadoras. (APÊNDICE A) Assim, na primeira etapa, questão gerativa narrativa, solicitamos às entrevistadas que falassem sobre o trabalho delas como operárias do Programa Vila Viva; na segunda, buscando aprofundar nas informações, pedimos a cada entrevistada que detalhasse fatos ocorridos, experiências, etc; para a última etapa, fase do equilíbrio, elaboramos seis questões que objetivavam compreender o contexto geral que levou essas mulheres ao mercado de trabalho da construção pesada.

As entrevistas começaram com a coleta de alguns dados para caracterização das operárias sujeitos da pesquisa, tais como: idade, cor/raça, número de filhos, idade do filho mais novo, escolaridade, etc. Esses dados eram importantes para sabermos quem eram essas mulheres. Além disso, segundo pesquisas sobre o trabalho feminino, esses dados são também definidores de papéis e funções exercidos por mulheres no mundo do trabalho.

A escolaridade, por exemplo, é um importante definidor das funções a que a mulher está ou não apta a realizar. Como demonstrado em pesquisas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Fundação Perseu Abramo (FPA) e da Fundação Carlos Chagas (FCC), as mulheres, cada vez mais, permanecem por maior tempo na escola, como estudantes, o que lhes garante maior acesso a funções e cargos, no mundo do trabalho. Muitos, até então, determinados como exclusivos para o sexo masculino, seja pelo poder hierárquico, seja pelo poder econômico. Esses estudos apresentam dados relativos às carreiras de nível superior, no entanto, cabe-nos indagar: mas e as mulheres que não estudaram? Ou as que estudaram, mas não fizeram um curso superior, ou

que não trabalham em um emprego prestigiado ou melhor remunerado? Quais são as funções por elas exercidas? Sob quais condições? Por quê?

Um olhar mais atento sobre essas pesquisas nos revela, inclusive, pela ausência de dados e de informações, a importância de estudos que analisem cargos destinados a pessoas com nível de ensino fundamental ou mesmo sem a exigência de escolaridade e nos quais as mulheres estão inserindo-se, ou sendo inseridas. Decerto, muitos são os questionamentos, mas poucas respostas são conhecidas.

2.2.1 Materialização das entrevistas

Em continuidade às etapas de preparação para as entrevistas, Uwe Flick (2004) chama a atenção para a elaboração da questão gerativa narrativa: um questionamento que estimule os sujeitos da pesquisa, neste caso, as mulheres operárias, a desenvolverem um relato de sua experiência como trabalhadoras das obras de construção pesada. “A questão gerativa narrativa serve não apenas para estimular a produção de uma narrativa, mas também para concentrar a narrativa na área do tópico e no período da biografia com os quais a entrevista se ocupa.” (FLICK, 2004, p. 115) Desse modo, procuramos compreender o trabalho dessas mulheres, desde o conhecimento da oferta de vagas nas obras do Vila Viva, até seu desligamento, ou até o estágio atual, para aquelas que ainda se encontram no exercício de suas funções.

Também julgamos importante lembrar às operária, durante a entrevista, que estávamos ali na condição de ouvinte, não tínhamos preocupação com o tempo do relato. Então, pouco as interromperíamos, sanaríamos nossas dúvidas ao término das narrativas. Faríamos dos *hum, hum*, dos *han, han* e de algumas outras interjeições monossilábicas nossas *palavras mágicas*, para que as entrevistadas percebessem o nosso interesse pelo assunto, mas com o mínimo de interferência possível.

Antes de realizarmos as entrevistas, com as participantes da pesquisa, fizemos duas entrevistas de ensaio: uma com uma zeladora e outra com uma armadora de ferragens, ambas trabalhadoras no Vila Viva. Percebemos nesse treinamento que seria necessário adequar a linguagem das perguntas à linguagem das entrevistadas. Exercitando, então, nossa *escuta ativa*, acrescentamos algumas questões relevantes que não havíamos percebido sobre o trabalho da mulher operária do Programa Vila Viva.

Após submissão e aprovação do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa, iniciamos, então, o processo de realização das entrevistas. As transcrições foram feitas logo após as gravações e as entrevistas foram lidas e ouvidas repetidas vezes pelas pesquisadoras para melhor selecionarmos os aspectos mais relevantes à pesquisa. Esses aspectos foram agrupados em três categorias de análise: relações de gênero, relações de trabalho e aprendizagens no trabalho e pelo trabalho, sendo que, essas categorias comportavam outras subcategorias que foram criadas de acordo com as narrativas das operárias e com o entrecruzamento de informações ocorrido em diversos momentos.

Quanto à realização das entrevistas propriamente dita, elas foram feitas individualmente e foi explicitado novamente qual era o objetivo da pesquisa e os cuidados das pesquisadoras quanto ao sigilo e a preservação das informações. Portanto, todas poderiam ficar à vontade. Conjuntamente, fizemos a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B), exigido pelo Comitê de Ética. Algumas questões que ainda surgiram foram prontamente esclarecidas e o Termo foi assinado pelas partes, ficando uma cópia com a entrevistada e outra com as pesquisadoras. As gravações foram feitas em áudio, com dois aparelhos distintos, para prevenir possíveis falhas técnicas.

As entrevistas foram realizadas em uma Escola Municipal, dentro da Comunidade da Serra, bem próxima à residência ou ao local de trabalho das entrevistadas. Conseguimos o empréstimo de uma sala de aula à noite e aos finais de semana para realização das entrevistas. Três foram realizadas à noite, duas aos finais de semana e uma, durante a semana, na casa da entrevistada que, por motivos particulares, não conseguiu ir à escola.

Tivemos, também, o cuidado de, assim que chegavam à escola, conversar mais um pouco sobre o porquê da pesquisa e como ela surgira. Sobre a entrevista narrativa, explicamos-lhes que seria de fundamental importância para nosso trabalho elas descreverem o trabalho delas com o máximo de detalhes possíveis. Falamos um pouco sobre nós, nossos trabalhos, nossos filhos, sempre buscando criar empatia entre pesquisadoras e entrevistada. Algumas não foram sozinhas, levaram filhos/as pequenos/as ou netos/as. Nós nos dispusemos, se preferissem, a marcar outro dia, local ou hora para nossa conversa. Mas, como deixaram claro, independentemente do dia, local ou hora, elas precisariam trazer as crianças, pois, não tinham com quem deixá-las. Explicamos-lhes que as crianças não nos atrapalhariam desde que não conversassem ou interrompessem a entrevista. Advertimos que, se fosse preciso poderíamos parar em qualquer momento. Nenhuma interrupção aconteceu apesar de as crianças ficarem conosco dentro da sala, ou do lado de fora, no pátio, brincando.

Ora, criar esse clima cordial e de confiança, antes mesmo do início das entrevistas, pareceu-nos primordial para o bom andamento das atividades, pois a pessoa entrevistada precisava sentir-se segura para falar sobre si. Mesmo que diversas vezes as falas girem em torno de assuntos comuns, em tantas outras surgem temas delicados, opiniões, questões e fatos pessoais. Assim, às vezes esses temas surgem sem querer durante a narrativa e quando as pessoas se dão conta, já falaram. Em momentos como esse é que o respeito e a confiança entre as partes ajudam no não comprometimento do restante da entrevista.

No caso de nossa pesquisa, percebemos certa dificuldade por parte de algumas entrevistadas em seguirem uma narrativa ininterrupta, embora tivéssemos explicitado, no início da entrevista, a maneira que ela transcorreria. Destacamos a seguir, o início de respostas narrativas de duas operárias, logo após a apresentação da questão gerativa narrativa, que mostram essa dificuldade.

Tá. O que você quer saber primeiro? (informação verbal)¹⁵

Hum... Eu fiquei sabendo da inscrição foi assim na rua mesmo, vi as outras indo e então eu também fui.

Pesquisadora: Hum, hum...

No início teve um treinamento, assim sabe, segurança do trabalho... Muito bom pra gente aprender como trabalhar

Pesquisadora: Hum, hum...

Daí eu fiz o treinamento, muitas outras pessoas também fez, junto comigo, aí começamos trabalhar, aí trabalhava como servente (pausa)... É (pausa)... É isso. Fiquei sete meses e saí... (informação verbal)¹⁶

A entrevistada Maria Fernanda demonstrou, inicialmente, dificuldade em compreender que era para narrar, com riqueza de detalhes, o momento de sua vida como operária do Vila Viva. Já sua colega Maria Vitória mostrou-se mais reticente em suas respostas, que eram curtas e diretas, muitas vezes monossilábicas. Werner Fuchs, já alertava para essa dificuldade na entrevista narrativa. “Devemos presumir que nem todos entrevistados sejam capazes de apresentar narrativas sobre sua vida. Encontramos pessoas reticentes, tímidas, pouco comunicativas ou extremamente reservadas não apenas na vida social cotidiana, mas também em entrevistas biográficas.” (FUCHS apud FLICK, 2004, p. 114) Mesmo com essa especificidade dessas entrevistas, Santuza Silva e Karla Pádua, em artigo sobre as possibilidades da entrevista narrativa, esclarecem:

¹⁵ Resposta inicial à pergunta gerativa narrativa dada pela entrevistada Maria Fernanda, servente de pedreiro, 39 anos, foi demitida.

¹⁶ Resposta inicial à pergunta gerativa narrativa dada pela entrevistada Maria Vitória, servente de pedreiro, 44 anos, foi demitida.

Nas singularidades de cada sujeito, podemos encontrar narrativas mais longas, outras mais concisas, mas nem por isso menos ricas. É sempre uma alegria quando encontramos casos de excelentes narradores, que oferecem narrativas com mais detalhes, deixando o/a entrevistador/a inebriado/a com suas histórias e ensinamentos. Estas sempre marcam mais profundamente a pesquisa, guiando inclusive a análise das demais. Com pessoas mais retraídas e pouco comunicativas é sempre mais difícil a interação, exigindo um investimento maior na etapa das investigações narrativas, na busca de aprofundar a narrativa principal, sempre mais breve. (SILVA E PÁDUA 2010, p. 3).

A impossibilidade do sujeito em fazer uma narrativa longa e ininterrupta, não invalida a riqueza das informações apresentadas, ao contrário, instiga o/a pesquisador/a a, durante o processo, reelaborar sua proposta inicial adaptando-a às possibilidades do/a entrevistado/a.

Outra característica importante da entrevista narrativa é que ela possibilita a/o narrador/a, enquanto narra sua história, refletir sobre ela. Em vários momentos, durante a realização das narrativas, percebemos que as operárias refletiam sobre a experiência de trabalho na construção pesada. Reflexão que era externada com exclamações, autoquestionamentos e também silêncios, que sinalizavam um diálogo da entrevistada consigo mesma. Enquanto narravam-nos suas histórias, as operárias também narravam-nas para si e, nesse falar e ouvir constante, elas podiam (re)significar sua história e refletir sobre suas experiências.

Encerradas as entrevistas, a etapa seguinte foi a análise das informações obtidas. Feita, então, a transcrição desse material, começamos a análise dos dados, procurando ampliar a compreensão das relações construídas com o início do trabalho feminino nas obras do Vila Viva. Para isso direcionamos nossos esforços em busca da interpretação sistematizada. Perpassamos, ainda, com novos questionamentos e/ou narrativas inusitadas que favorecessem o aprofundamento das categorias de análise.

3 A MULHER E O MUNDO DO TRABALHO: FRAGMENTOS HISTÓRICOS E SOCIOLÓGICOS

Pretendemos neste capítulo aprofundar a compreensão das construções sociais e culturais do conceito de gênero, mais especificamente gênero feminino, e das formas como o trabalho foi e é concebido em diferentes partes do mundo, em diferentes contextos históricos e sociais. Isso nos foi possível a partir da leitura de teóricos que são precursores dos estudos e debates que envolvem esses dois temas e de pesquisas e estudos contemporâneos. Nessa perspectiva dialogamos, principalmente, com Scott (1992, 1995), Nicholson (2000), Louro (1997) e Giuliani (2007). E, com relação às diferentes formas de trabalho e suas relações, ao mercado de trabalho, ao que social e culturalmente se faz pelo e para o trabalho, recorreremos a Marx (2002), Enguita (1993), Manacorda (1997), Frigotto (2002), Willis (1991), Castel (2000), Singer (2008), Pinsky e Pinsky (2008) e Abramo (2007).

Acrescentamos, por fim, que não era objetivo dessa pesquisa fazer uma digressão sobre o surgimento dos conceitos de gênero e trabalho, nem das muitas mudanças pelas quais passaram e ainda passam tais conceitos. Buscamos sim, compreender esses conceitos e o liame entre eles e tantos outros. A constante busca por compreensão desses conceitos e de suas relações culminou na pesquisa que ora apresentamos.

3.1 Gênero

A palavra gênero, como esclarece a pesquisadora do tema Joan Scott (1995), em seu artigo *Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica*, começou a ser usada pelas feministas para se referir a organização social da relação entre os sexos. Atualmente é aplicada como sinônimo de mulheres, a fim de sugerir a erudição e a seriedade de um trabalho. Também é utilizada para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro; para designar as relações sociais entre os sexos; e, finalmente, para distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos a homens e mulheres.

Para Linda Nicholson, em seu artigo *Interpretando Gênero*, “o ‘gênero’ foi desenvolvido e é sempre usado em oposição a ‘sexo’, para descrever o que é socialmente

construído, em oposição ao que é biologicamente dado.” (NICHOLSON, 2000, p. 9). Independente de representar a distinção sexual ou social nos estudos das mulheres e dos homens, o termo gênero é cada vez mais utilizado e seus estudos são cada vez mais significativos na busca por melhor compreensão da formação cultural e histórica do que vem a ser feminino e masculino em diferentes sociedades.

Se para muitos/as pesquisadores/as o ser mulher e o ser homem, biologicamente constituídas/os, era o que definia as capacidades e habilidades de cada um, hoje estudos têm mostrado que essas distinções são construídas muito mais socialmente que biologicamente e estão sujeitas a alterações condicionadas ao tempo e ao espaço em que se situam.

A esse respeito, Linda Nicholson apresenta importantes reflexões sobre as maneiras como o corpo físico é uma importante variável na distinção social de masculino/feminino. Para ela,

precisamos entender as variações sociais da distinção masculino/feminino como relacionadas a diferenças que vão “até o fundo” – aquelas diferenças ligadas não só aos fenômenos limitados que muitas associamos ao “gênero” (isto é, a estereótipos culturais de personalidade e comportamento), mas também as formas culturalmente variadas de se entender o corpo. Essa compreensão não faz com que o corpo desapareça da teoria feminista. Com ela o corpo se torna, isto sim, uma variável, mais do que uma constante, não mais capaz de fundamentar noções relativas à distinção masculino/feminino através de grandes varreduras da história humana, mas sempre presente como elemento potencialmente importante na forma como a distinção masculino/feminino permanece atuante em qualquer sociedade. (NICHOLSON, 2000, p. 14 -15).

O corpo é um importante definidor das distinções entre masculino e feminino, tão comuns e presentes em todas as sociedades. Mas essas distinções são muito mais profundas, estão ligadas à cultura, à sociedade e à época histórica em que acontecem. São distinções que ocorreram e continuam a ocorrer nas sociedades e a definir o corpo como o mais importante, quiçá único elemento definidor do masculino/feminino e, por conseguinte, das igualdades e das diferenças de cada um.

Linda Nicholson complementa nossa compreensão sobre o uso do termo gênero como um conceito construído socialmente para separar o que é masculino do que é feminino. Ela afirma que,

‘gênero’ tem sido cada vez mais usado como referência a qualquer construção social que tenha a ver com a distinção masculino/feminino, incluindo as construções que separam corpos ‘femininos’ de corpos ‘masculinos’. Esse último uso apareceu quando muitos perceberam que a sociedade forma não só a personalidade e o comportamento, mas também as maneiras como o corpo aparece. (NICHOLSON, 2000, p. 9).

As sociedades muito mais do que docilizar os corpos femininos formam-nos para que adquiram comportamentos ao longo dos anos por meio da família, dos amigos, dos vizinhos, da mídia, da escola, etc. Essa formação pessoal e social ocorre durante todo o percurso da vida. De maneira sutil, regular e ininterruptamente, os corpos e os comportamentos estão em constante contradição, negam-se, aceitam-se, mutilam-se e regeneram-se a fim de se adaptar ao tempo social em que se encontram. Essas mutações são o que Guacira Lopes Louro denomina *identidades de gênero*. Segundo a autora, elas,

estão continuamente se construindo e se transformando. Em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo. Essas construções e esses arranjos são sempre transitórios, transformando-se não apenas ao longo do tempo, historicamente, como também transformando-se na articulação com as histórias pessoais, as identidades sexuais, étnicas, de raça, de classe (LOURO, 2008, p. 32).

Essas mudanças não são naturais, são sociais, culturais e históricas. Ao pensarmos na transitoriedade dos sujeitos no mundo, com efeito, o que existe daqui a algum tempo poderá não mais existir. Sendo assim, cada época histórica, cultura e sociedade tem a sua representação do que vem a ser feminino e do que vem a ser masculino, tem a sua imagem de gênero que, para Laís Abramo são “representações sobre as identidades masculina e feminina que são produzidas social e culturalmente, e que determinam, em grande medida, as oportunidades e formas de inserção de homens e mulheres no trabalho” (ABRAMO, 2007, p. 11)

Posto isso, a mulher inserida no mundo do trabalho, independente, exercendo funções femininas ou masculinas é um bom exemplo para que possamos compreender como seu papel de trabalhadora e as funções que ela exerce são definidos pela sociedade. Paola Giuliani, ao falar da trabalhadora e da sociedade brasileira, apresenta uma proposição que vem mudando ao longo da história, com a revisão da imagem do gênero feminino:

Difundem-se novas proposições que reafirmam o princípio de equidade entre os sexos e são debatidas modificações na ordem cultural e jurídica. Nesse percurso, às vezes tortuoso, aparecem com maior clareza os limites daquilo que seria próprio das mulheres, daquilo que lhe seria reconhecido, permitido ou atribuído como característico de sua “natureza social”. Por comparação, pode-se também compreender o que seria próprio da “natureza social do homem”. Mais ainda! Chega-se à consciência de que qualquer definição dos papéis, da imagem, da identidade e dos códigos de comportamento da mulher é instável e transitória, já que tais concepções culturais são resultados do confronto entre os valores dominantes e os anseios de mudança. (GIULIANI, 2007, p. 649).

Portanto, o gênero é construído social e historicamente em relação com outras variáveis e está em constante transformação. Em relação à quantidade e ao tempo em que essas transformações ocorrem, elas variam de acordo com a sociedade nas quais os sujeitos estão inseridos. O mesmo se dá com o trabalho e com e as relações por ele determinadas e nele construídas, as quais, como veremos adiante, também sofrem mutações e transformações determinadas pelo local e tempo em que acontecem.

3.2 Trabalho

Há e sempre houve, ao longo da história, diferentes formas de relações de trabalho. Como destacado por Mariano Enguita (1993), em seu livro *Trabalho, Escola e Ideologia*, são elas: associação, cooperação, trabalho escravo e remunerado. Essas relações não existiram em momentos e locais distintos durante a história humana.. Algumas existiram em um mesmo momento; outras em um mesmo território, sem necessariamente haver uma divisão determinada de quando começou ou terminou o período de cada uma.

Quanto ao trabalho como forma de exploração do homem pelo homem, destacamos três tipos de trabalhadores/as: escravos/as, servos/as e operários/as. Os/as primeiros/as originados/as de prisioneiros/as de guerra, prática comum entre muitos povos desde a Roma e a Grécia antigas até tribos africanas e ameríndias, e também do aprisionamento de negros/as africanos/as pelos europeus, à época das grandes navegações; os/as segundos/as, subservientes aos seus senhores, para quem trabalhavam e com quem dividiam o que produziam; e os/as terceiros/as, os/as trabalhadores/as atuais que, desde a época da Revolução Industrial, vêm servindo de mão de obra barata aos grandes empreendimentos capitalistas.

O trabalho em si, em seu contexto mais natural é o que Karl Marx, em sua obra *O Capital*, mais especificamente no volume 1, define como

um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defrontando-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo - braços e pernas, cabeças e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. (MARX, 2002, p.211).

As relações de trabalho são construções sociais, determinadas pela sociedade em que são estabelecidas e por seus participantes. E essas relações, tais como as conhecemos hoje, foram e são determinadas pelo tipo de sociedade em que vivemos, a capitalista. Nesse sistema o que importa é o capital, ou melhor, o acúmulo de capital. Tal acúmulo só é possível a uma pequena parcela da população e não à grande maioria, entre estes os que produzem e aqueles os donos do capital. Os produtores não serão seu dono. Como esclarece Karl Marx:

O produto é propriedade do capitalista, não do produtor imediato, o trabalhador. [...] O capitalista compra a força de trabalho e incorpora ao trabalho, fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria que comprou, a força de trabalho, que só pode consumir adicionando-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo que ocorre entre as coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. O produto desse processo pertence-lhe do mesmo modo que o produto do processo de fermentação em sua adega. (MARX, 2002, p. 219).

Se o/a trabalhador/a não é dono do que produz, tampouco é dono de sua força de trabalho, que é transformada no produto mão de obra e comprada pelo patrão. Nas palavras de Karl Marx, o trabalhador cede seu trabalho ao patrão e por ele recebe, por seu uso, um *valor de uso*. Também Mario Manacorda trata dessa expropriação total do/a trabalhador/a, dos seus meios de produção, de sua força de trabalho e do que ele produz. Essa expropriação foi acirrada na transição do artesanal para o industrial no período da Revolução Industrial. Eis a visão desse autor sobre o/a trabalhador/a fabril:

Não possui mais nada: nem o lugar de trabalho, nem a matéria-prima, nem a capacidade de desenvolver sozinho o processo produtivo integral, nem o produto de seu trabalho, nem a possibilidade de vendê-lo no mercado. Ao entrar na fábrica, que tem na ciência moderna sua maior força produtiva, ele foi expropriado também de sua pequena ciência, inerente ao seu trabalho; esta pertence a outros e não lhe serve para mais nada e com ela perdeu, apesar de tê-lo defendido até o fim, aquele treinamento teórico-prático que, anteriormente, o levava ao domínio de todas as suas capacidades produtivas: o aprendizado. (MANACORDA, 1997, p. 271).

O/a trabalhador/a tornou-se aquele/a que não sabe e tampouco é capaz de aprender, pois exerce atividades fragmentadas, desconexas, pensadas e divididas de forma a gerar mais lucro. Em outras palavras, procura-se expropriá-lo de todas as formas possíveis e de tudo que ele possui, inclusive de seus valores econômicos e sociais, de seu saber e de seu aprender. E o que vale, na sociedade capitalista, o homem e a mulher que não trabalham, que não produzem ou que não são donos/as do capital?

Não trabalhar, não possuir uma relação de trabalho é estar fora da sociedade, é estar excluído dos direitos básicos do cidadão, é estar à margem. E este estar à margem, não é uma escolha, uma opção, é justamente a falta delas. É como se estivessem *sobrando no mundo*. São, como denomina Robert Castel, *sobrantes* e como ele mesmo explica “foram invalidados pela nova conjuntura econômica e social dos últimos vinte anos. [...] são indivíduos que estão completamente atomizados, rejeitados de circuitos que lhes poderiam atribuir uma utilidade social.” (CASTEL, 2000, p. 254)

Com efeito, a conjuntura econômica e social invalida uma parcela da população trabalhadora para a manutenção de suas leis e regras de contratação, subcontratação e demissão. Expõe os/as trabalhadores/as a situações de carência, obrigando-os a aceitar o que os/as patrões lhes oferecem, pois precisam garantir sua sobrevivência e de sua família. Paul Singer vê o trabalho como importante fator de constituição da cidadania na sociedade capitalista, na qual,

o normal é que em cada momento uma parcela dos trabalhadores careça de recursos para a sobrevivência por falta de trabalho. A situação de pleno emprego, em que todos os que precisam de trabalho remunerado o obtém e todos que trabalham por conta própria encontram compradores para sua produção, deve ser considerada excepcional. Evidentemente, a falta de trabalho cria situações de carência para suas vítimas que ficam impossibilitadas de sustentar a si e suas famílias. (SINGER, 2008, p. 192).

Se o trabalho é um dos fatores que possibilita àqueles/as que vivem em sociedades capitalistas ser cidadãos/ãs, também é ele um limitador da cidadania. Limita-a quando as pessoas que não trabalham, não têm seus direitos garantidos, por não trabalharem ou por trabalharem em subempregos, o que lhes cerceia esses direitos, e, por conseguinte, sua cidadania. Para ser cidadão, em uma sociedade capitalista, é preciso trabalhar, pagar impostos, ter condições de se manter e à sua família.

Desde cedo, em casa, na rua, na escola, ouvimos que o trabalho faz parte da nossa cidadania. Que ficar sem trabalho acarreta, além de dificuldades financeiras, dificuldades relacionais, de socialização e desconforto. Mariano Enguita, deixa muito clara essa posição da sociedade capitalista com a seguinte afirmativa:

Em nossos dias existem diversos mecanismos que forçam de uma forma mais ou menos suave as pessoas a se submeterem às relações de produção capitalista. O mais elementar é a própria generalização em si do trabalhador assalariado: as pessoas ao nosso redor trabalham e, portanto sabemos desde pequenos que algum dia chegará nossa vez; sabemos que nos espera a função de trabalhador ou trabalhadora, como sabemos que nos esperam as de marido ou mulher, pai ou mãe, com o detalhe de que

aquela só será evitável para uma pequena minoria da população. (ENGUIA, 1993, p. 214).

Em outro trecho da mesma obra, ao continuar a discussão da exploração do homem na sociedade capitalista, o autor esclarece:

A submissão de homens e mulheres a quaisquer relações sociais de dominação e exploração não é de modo algum espontânea. Depende, em maiores ou menores doses, da coerção direta, da necessidade material ou da interação de tais relações como necessárias, justas ou inevitáveis, e normalmente de alguma combinação dos três fatores. (ENGUIA, 1993, p.208).

Tornou-se natural dizer que todos/as devem ter um trabalho, um salário ao final do mês. Trata-se de algo que faz parte do homem, do seu ser, inclusive para *Ser* é preciso trabalhar. Não trabalhar, para muitos/as, significa ser improdutivo, incapaz. O que não se questiona, na maioria das vezes, é a improdutividade, a incapacidade provocada pelo trabalho, não no sentido de invalidação física, por algum trauma sofrido, mas, como explica Paul Willis “Quanto mais o trabalho é estúpido e repetitivo, mais inexoravelmente ele atormenta e afeta a desprotegida sensibilidade humana: o tédio, a falta de sentido e a monotonia tornam o dia interminável, as semanas iguais e o lazer uma falsa promessa.” (WILLIS, 1991, p.129). A repetição, a realização de tarefas sem sentido, o fazer sem saber o quê e para quê, a especialização desconexa, tudo isso invalida o/a trabalhador/a para uma série de outras atividades, percepções e discussões.

O homem, sujeito histórico e social para os marxianos, passa a ser individual e a-histórico para os capitalistas. Mesmo quando o homem quer tomar para si as rédeas de suas ações, o capitalismo cria mecanismos que o obriga a submeter-se a ele e às suas leis. Como apresenta Gaudêncio Frigotto, “na melhor das hipóteses, a liberdade que o trabalhador tem é escolher o capitalista para quem trabalhará, mas a liberdade de não trabalhar para capitalista algum é simplesmente a liberdade de passar fome ou sofrer degradação social.” (FRIGOTTO, 2002, p. 66). Para o capitalismo, o homem é uma das engrenagens da grande máquina, que são as empresas, ele é uma das milhares de peças que a compõe, se dá defeito, se não serve mais, troca-se por outra. É ele uma peça e também uma mercadoria que pode ser trocada, negociada, que tem um preço, um tempo de uso e visa atender uma necessidade específica. O preço ou o custo desse homem, ou de sua mão de obra, é o que define quanto vai ser o lucro do capitalista, ou seja, quanto mais barato, quanto menor o custo, maior será o lucro.

Uma boa maneira de baratear a mão de obra é aumentar os maquinários nas empresas. Assim, tarefas que antes exigiam grande número de trabalhadores ou o uso de força física tornam-se, de acordo com o discurso capitalista, simples e fáceis de executar, bastando para isso a repetição de movimentos. Para a realização dessas tarefas, o capitalista viu uma nova oportunidade de aumentar mais ainda seus lucros: a contratação de mão de obra menos qualificada, portanto, mais barata. E qual seria esta mão de obra? A infantil e a feminina. Sobre a apropriação dessas *forças de trabalho suplementares*, Karl Marx esclarece:

Tornando supérflua a força muscular, a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto, mas com membros flexíveis. Por isso, a primeira preocupação do capitalista, ao empregar a maquinaria, foi a de utilizar o trabalho das mulheres e das crianças. Assim, de poderoso meio de substituir o trabalho e trabalhadores, a maquinaria transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e de idade, sob o domínio direto do capital. (MARX, 2002, p. 451).

E Mariano Enguita corrobora o esclarecimento de Karl Marx e complementa com a informação sobre a diferença de custo entre a mão de obra feminina e infantil em comparação com a masculina:

Como a maquinaria simplifica ao máximo as tarefas, por um lado, e fornece por si mesma a força motriz, por outro, permite, portanto, a substituição em massa de operários homens adultos e mais ou menos especializados por mulheres e crianças. [...] Na medida em que esta mão de obra se torna incomparavelmente mais barata que a dos trabalhadores adultos, enquanto não haja uma legislação efetiva que impeça sua utilização, a mera possibilidade do seu emprego já é automaticamente, sua realidade. (ENGUITA, 1993, p.118-119).

Acerca da mão de obra infantil, sabemos que, no Brasil, já existe uma legislação¹⁷ que proíbe o trabalho infantil. Mas isso não impede que em algumas localidades e regiões brasileiras e em diversos países o trabalho infantil, não só seja permitido, como incentivado. Esses países, partícipes de uma economia global, produzem o que é vendido para o mundo inteiro. Já o trabalho feminino, como veremos a seguir, tornou-se, então, importante gerador de riquezas ao capitalista, pela disponibilidade, qualificação e custo.

¹⁷ O Estatuto da Criança e do Adolescente em seu capítulo V, artigos sessenta ao sessenta e nove, dispõe sobre o Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho de crianças e adolescentes, ou seja, que trabalho é proibido aos menores de quatorze anos e aos demais é regulamentado por legislação especial.

3.3 Gênero e Trabalho

O trabalho feminino constitui, hoje, parte importante da economia e do mundo do trabalho mundial. Mas ainda são as mulheres as que ganham menos, as que cumprem, no mínimo, duas jornadas de trabalho, uma fora e outra dentro de casa, e as que são consideradas, muitas vezes, como dóceis e fáceis de lidar. Também são elas, principalmente, recrutadas para trabalhos manuais que não exijam força física e para os quais são consideradas mais habilidosas. Laís Abramo, em sua pesquisa sobre os fatores que determinam a construção e permanência da imagem da mulher como força de trabalho secundária, realizada com empresários e executivos, em empresas na região do ABC paulista, no final dos anos 1990, mostra como se reproduzem, na contratação das mulheres, as imagens de gênero construídas social e culturalmente. Eles destacaram como virtudes femininas “a ordem, a meticulosidade e delicadeza, a disciplina, a tolerância a trabalhos rotineiros, a eficiência, concentração e responsabilidade, adaptabilidade e capacidade de estabelecer relações humanas, honradez, compromisso e lealdade.” (ABRAMO, 2007, p.81) e apontaram como um de seus defeitos a *debilidade física*.

Segundo Mariano Enguita (1993), já na Grécia antiga, o trabalho manual era desprezado e realizado pelos/as escravos/as, que sequer faziam parte da sociedade, nem eram considerados/as cidadãos/ãs. Podemos dizer que, com a industrialização, essa visão do trabalho passou para o/a trabalhador/a assalariado, menos qualificado, que recebe uma remuneração menor por seu trabalho, ou seja, a mulher.

Diante da diferenciação quanto ao número de mulheres ocupantes de postos de trabalho desqualificados e desvalorizados, intriga-nos a razão pela qual, esse número é maior do que em outros níveis hierárquicos. Esses trabalhos, considerados simples, conferem às mulheres uma dupla discriminação: na atividade que exercem e na remuneração que recebem. Então questionamos: por que os donos dos meios de produção, não melhoram as condições de trabalho de seus funcionários, independente se homens ou mulheres? Por que eles não lhes pagam salários mais justos e não o mínimo para viverem? Sobre essas questões Paul Singer esclarece que é recorrente o argumento dos patrões de que “melhorar condições de trabalho é aumentar o custo da força de trabalho e encarecer os produtos que competem no mercado internacional e nacional.” (SINGER, 2008, p. 244). Acerca desse argumento, complementa o autor:

Este é o argumento clássico, sempre invocado por patrões quando se trata de enfrentar reivindicações por melhorias de seus empregados. Eles concordam até que as reivindicações podem ser justas, mas como os concorrentes não vão aplicar as mesmas melhorias, eles ficariam em desvantagem tal que teriam de cerrar as portas. Portanto, ou os trabalhadores impõem a concessão de melhorias a todos os concorrentes, por contrato coletivo ou por lei, ou nada obterão, pois todos os empresários se submetem às leis do mercado. (SINGER, 2008, p. 244).

Na verdade, a lógica capitalista propiciou aos patrões criar um ótimo pretexto para manter as condições de trabalho como estão. Para os seguidores desse pensamento, aceitar melhorar as condições de trabalho dos/as trabalhadores/as só será possível se todas as empresas, do mesmo segmento, em todo o mundo, adotarem as mesmas medidas, já que hoje o mercado é global, ou seja, a concorrência é global.

Como vimos, esse argumento é repetido desde o início da Revolução Industrial. Esse mesmo argumento foi utilizado para manter os/as trabalhadores/as em condições insalubres de trabalho e de existência. E se havia alguma contra-argumentação, eles aumentavam o número de vagas para mulheres e crianças, utilizando-as como forma de aumentar seus lucros e de ameaçar os trabalhadores (homens). Afinal, elas poderiam *roubar-lhes* o emprego. Se o aumento de custo do produto final não bastava aos capitalistas, eles utilizavam-se das relações de gênero para definir o mercado de trabalho e de salários.

O mercado de trabalho, visto pelo proprietário como uma divisão de mercadorias e a força de trabalho como produto, como apresentado por Karl Marx, é uma oportunidade de ganhar mais dinheiro, é escolher o produto certo para a produção de determinada mercadoria. Essa escolha certa pressupõe que haja o produto força de trabalho em quantidade suficiente para que a produção não pare. Se, por algum motivo, esse produto estiver em falta, seja pela escassez diante de um mercado de trabalho que oferece muitas vagas, seja porque o/a trabalhador/a não quer mais exercer determinada função, por julgá-la desvalorizada, seja por que motivo for, alternativas devem ser buscadas.

Nessas circunstâncias, muitas vezes, a mulher ganha oportunidade e visibilidade no mercado de trabalho. Como o objeto da presente pesquisa é mulher e trabalho, no capítulo seguinte aprofundaremos o estudo sobre as relações de gênero feminino e mercado de trabalho e salários. Devemos refletir sobre o que levou a mulher para o mercado de trabalho das obras de construção pesada, o que a mantém nele e, no caso desta pesquisa, o que a leva a exercer funções do *ethos* masculino.

4 TRABALHO FEMININO: O TRABALHO DAS OPERÁRIAS DO VILA VIVA

À luz das teorias que discutem a inserção da mulher no mundo do trabalho, analisaremos aqui, o papel das mulheres nas obras de construção pesada do Programa Vila Viva e como elas vêm enfrentando essa nova demanda do mercado. Para tais análises, alguns questionamentos nos pareceram oportunos: Que motivos têm levado as grandes empreiteiras a utilizar a mão de obra feminina para o serviço de operária em obras de construção pesada? Estaria o trabalho feminino sendo utilizado nas obras do Vila Viva para preencher lacunas decorrentes da falta de mão de obra masculina?

Investigar essas questões possibilita-nos compreender, inclusive historicamente, como a mulher vem atuando profissionalmente nas sociedades, por que e quando a força de trabalho feminina é utilizada, como as mulheres percebem esses espaços de trabalho e em que condições eles lhes são ofertados. Interessa-nos, também, saber que efeitos eles produzem em suas relações sociais, familiares e econômicas.

4.1 A Comunidade da Serra e suas mulheres trabalhadoras

No mercado de trabalho de Belo Horizonte, a mulher ocupa, predominantemente, funções ligadas ao serviço doméstico, ao comércio, à prestação de serviços à saúde, à educação e à administração pública.¹⁸ Apesar de não conhecer nenhuma pesquisa exclusiva sobre as ocupações das mulheres moradoras da Comunidade da Serra, inferimos que não há grande diferença entre estas e as demais trabalhadoras do município, guardadas as devidas proporções quanto à classe. Regra geral, as mulheres pertencentes à Comunidade da Serra, quase que em sua totalidade, trabalham e muitas delas são as únicas responsáveis por seu sustento e de sua família. Essa comunidade, em suas origens, foi formada por trabalhadores/as de segmentos de classe social menos favorecida e essa configuração pouco se alterou até os dias atuais.

¹⁸ Para maiores esclarecimentos consultar gráficos no Apêndice C do presente trabalho, ou ainda, consulte: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_mulher/Suplemento_Mulher_2_008.pdf> Acesso em: 15/5/2010.

Como a maioria das cidades brasileiras, a capital mineira possui diversas comunidades,¹⁹ muitas das quais originadas da falta de planejamento e de modelos políticos e econômicos voltados para a concentração de poder e renda. Desse modo, grande parte da população herdada, como legado, a falta de acesso, de dignidade e de cidadania.

Apesar de ter sido planejada em seu nascedouro, a cidade de Belo Horizonte não conseguiu absorver, de forma adequada, todos os que nela desejassem habitar. Esse fenômeno, como afirmam Mariza Afonso e Sérgio de Azevedo,

é característico das grandes cidades brasileiras. Belo Horizonte não foge a esta regra. Aqui, entretanto, as favelas surgiram, em parte, como decorrência da ação do próprio poder público, que, ao planejar e implantar a cidade não só excluiu de suas preocupações a reserva de área para moradia da população de baixa renda, como permitiu uma desenfreada especulação imobiliária, que impediu o assentamento, em áreas legais e urbanizadas, dos setores mais carentes (AFONSO E AZEVEDO, 1987, p. 135).

Esse não é um fenômeno incomum na sociedade brasileira, independente dos motivos que levaram à formação de bairros pobres nas cidades e à precariedade das condições de vida de parte da população. Hoje, as comunidades onde moram os menos favorecidos fazem parte do Brasil como um todo, principalmente, em seu meio urbano. Corroboram essa discussão sobre a questão social nas cidades brasileiras, as palavras de Ana Izabel Pelegrino. Ela assinala que o problema é antigo e recorrente:

Ao longo do tempo, a cidade tem sido um espaço profícuo para a explicação das diferenças. Ela é também o cenário do desenrolar cotidiano das condições de reprodução material e espiritual. Ali, essas diferenças decorrem, primeiramente, da localização dos indivíduos no espaço urbano, que é determinada pela possibilidade de acesso aos bens e serviços. Sendo invariavelmente associada à formação histórica de pobres e ricos, é fácil constatar a trajetória sistemática de negação da cidade às classes populares. Tal dualidade inscreve-se nas relações de poder e de dominação existentes na própria história da humanidade. (PELEGRINO, 2006, p.187).

Assim, os/as moradores/as de comunidades sofrem uma dupla discriminação: do Estado que não lhes oferece bens e serviços aos quais têm direito como cidadãos/ãs e da sociedade por não terem acesso aos bens e serviços que lhes são negados pelo Estado e pela imagem grotesca e estigmatizada a respeito dela construída. Se não houve preocupação,

¹⁹ De acordo com informações da Prefeitura Municipal, Belo Horizonte possui 209 áreas de ocupação informal, onde residem 22% de sua população, em uma área de apenas 5% do território municipal. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=22546&chPlc=22546&termos=vila%20viva%20serra>>. Acesso em 15/1/2009.

durante o planejamento das cidades, para receber a população pobre, tampouco houve preocupações sobre como viveriam.

A população inicial dessas comunidades era e continua, geralmente, sendo formada por pessoas oriundas do interior que migram para as grandes e médias cidades em busca de melhores oportunidades de trabalho. Em Belo Horizonte, por exemplo, muitas de suas comunidades originaram-se antes mesmo da existência da cidade, pois houve grande esforço para a vinda de pessoas de outros locais para trabalharem na construção da nova capital de Minas, mas não houve cessão de espaço, nem de moradia, para esses/as trabalhadores/as e suas famílias.

Com relação à Comunidade da Serra, grande parte da população, também é constituída por famílias, oriundas de pequenos municípios do interior em busca de emprego e moradia. Sem conhecer nada nem ninguém e sem ter onde ficar, essas famílias cercaram uma área, fizeram um barraco e ali se fixaram.

Com a vinda para a cidade, muitas mulheres saíram de suas casas em busca de trabalho remunerado para se sustentar e a sua família. A sujeição à precariedade do trabalho feminino e a forma como as mulheres relacionam-se com ele, são determinadas, em maior ou menor grau, pela necessidade desse trabalho para a manutenção de sua subsistência e de sua família. A esse respeito, duas entrevistadas assim se manifestam quanto à *escolha* por ir trabalhar em uma obra de construção pesada:

Foi precisão. Eu tava precisando, tava desempregada. Já tinha dois anos que eu tava desempregada, então saiu a oportunidade eu fui, minha filha. Porque a gente que é mãe e pai, a gente não escolhe serviço não. O que vim é isso mesmo. (informação verbal)²⁰

Eu fui porque eu tava precisando trabalhar. Falei: - Ah, eu vou parar de trabalhar como diarista. Eu tava na *casa de família*, saí e vim. (informação verbal)²¹

As entrevistadas não fugiram e não fogem às regras impostas às mulheres pertencentes às classes menos favorecidas, quando de sua entrada e permanência no mercado de trabalho. Todas elas são mães e chefes de família. Mesmo que, atualmente, três tenham um companheiro com quem dividem as despesas de casa, o salário delas constitui parte importante do orçamento doméstico. Aquelas que não moram com um companheiro, ou filhos que exerçam atividade remunerada, ou algum parente que receba algum provento financeiro

²⁰ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Fernanda, servente de pedreiro, 39 anos, foi demitida.

²¹ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Vitória, servente de pedreiro, 44 anos, foi demitida.

como salário, aposentadoria, auxílio do governo e lhes auxilie nas despesas domésticas, são as únicas provedoras das necessidades da casa e dos/as filhos/as. Numa palavra, elas contam apenas com seu salário para suprir essas necessidades.

Ressaltamos, pois, que a entrada dessas mulheres no mercado de trabalho, seja ele *convencional* ou *não convencional* ocorreu para suprir as necessidades de subsistência delas e de suas famílias. Entretanto, estudos e pesquisas históricas revelam que a mulher ocupou o espaço público como trabalhadora não somente para garantir a sua sobrevivência e a de seus dependentes. Essa ocupação, em muitos momentos históricos, se deu, principalmente, como resposta aos apelos dos donos dos meios de produção para atender às carências de mão de obra e para aumentar seus lucros. Sobre essa questão, Heleieth Saffioti aponta algumas vantagens do uso da mão de obra feminina no mercado capitalista:

Sempre que haja necessidade premente de baixar os custos de produção, seja em virtude de atravessar a sociedade o período de acumulação originária, seja pela necessidade de elevar seu ritmo acelerado de crescimento econômico, o recurso ao emprego maciço da força de trabalho feminina tem-se revelado extremamente vantajoso para os empreendedores capitalistas. (SAFFIOTI, 1976, p.236).

Diante do exposto, podemos dizer que, historicamente, a inserção das mulheres no mercado de trabalho ocorreu não por boa vontade dos capitalistas, mas sim pelo aumento na demanda por produção gerando também aumento da demanda por mão de obra. Nesse contexto, a mão de obra feminina, sendo mais barata que a masculina, gerava mais excedentes aos empreendedores capitalistas.

4.1.1 Com a mão na massa

No período da industrialização, a partir da segunda metade do século XVIII, intensificou-se o trabalho feminino, ocasionando a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho industrial. A motivação para tal se deve a um discurso patronal de convencimento, segundo o qual o trabalho das mulheres seria favorecido com os novos maquinários, mais sofisticados. Além do mais, esse discurso difundia que não havia mais tanta necessidade de força física para trabalhar para a nova indústria.

Nos dias atuais, esse mesmo discurso vem sendo veiculado pelos empresários capitalistas para justificar a entrada da mulher em mercados de trabalho *não convencionais* que requerem maior uso da força física. Tal discurso é reforçado pelos argumentos de melhorias nas condições de trabalho, em decorrência do avanço tecnológico. Daí a justificativa para a abertura de determinados mercados às mulheres que, até então, ao contrário dos homens, não dispunham do atributo natural força física.

Contrariamente ao discurso veiculado pelos donos do capital, o que verificamos em nossa pesquisa empírica foi a inserção de mulheres em um mercado de trabalho masculinizado, em funções com pouca ou nenhuma melhoria pelo uso das novas tecnologias e no qual há demanda por utilização de muita força física. A respeito das atividades que realizavam e muito lhes exigiam fisicamente, duas entrevistadas assim se expressam:

Encher carrinho, carregar carrinho. Entendeu? Isso tudo você faz na obra. Tudo num adianta falar que você não faz que você faz. Limpa um prédio todo. Se tiver de limpar você limpa. Não tem uma coisa, é... certa, que você tem de fazer. Lá [na obra] o que tiver pra fazer você faz. (informação verbal)²²

A gente tinha que fazer [a massa] e levar pra ele [o pedreiro] e levar material [...] é... cerâmica, massa, azulejo [...] a gente carregava tijolo também, carregava tijolo, bloco... hum... É tudo que precisasse a gente ajudava. [...] peneirar areia, é... [...] Tinha que carregar carrinho de concreto. (informação verbal)²³

Esses depoimentos explicitam que o discurso da incapacidade física feminina nada mais é do que um embuste à realidade diária de trabalho das operárias. Como vimos, em sua rotina de trabalho, elas faziam trabalho sujo, carregavam peso, além de muitos outros serviços. Afinal, o que fosse preciso fazer na obra, elas faziam. Entendendo, pois, que eram parte de suas tarefas também os trabalhos sujos e pesados, não desistiam do trabalho ou deixavam de cumprir com suas obrigações. Quando a elas era exigida a realização de tarefas muito pesadas, por exemplo, preparar ou carregar material demasiadamente difícil, elas próprias propunham a solução e criavam estratégias para executá-lo. Enfim, ou adaptavam-se à situação ou adaptavam a situação a elas, como ilustram os comentários abaixo:

Pegava menos [concreto]. Quando era pra subir as escadas [dos prédios] aí eu dividia. Pegava de duas vezes. [...] Concreto, madeira pra fazer andaime, tinha que descer e subir pelas escadas, se não desse conta de pegar sozinha chamava outro pra ajudar, tanto faz o servente homem ou mulher. (informação verbal)²⁴

²² Informações fornecidas pela entrevistada Maria Fernanda, servente de pedreiro, 39 anos, foi demitida.

²³ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Vitória, servente de pedreiro, 44 anos, foi demitida.

²⁴ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Vitória, servente de pedreiro, 44 anos, foi demitida.

E eu ajudo os meninos... os menino pega saco de cimento eu falo: - Ah vamos pegar de dois, nem eu carrego sozinha, nem você carrega sozinho! E carregamos de dois. (informação verbal)²⁵

Como vimos, em sua maioria, essas atividades não são apropriadas para um ser de compleição frágil e delicada por natureza, portanto, incapaz de carregar muito peso, realizar atividades que envolvam demasiado esforço físico: as mulheres que, de acordo com esse discurso, foram feitas para os prazeres e não para os afazeres da vida e do trabalho. Essas mulheres operárias estão contrariando, como expressa Hirata (2002) *a ética e a estética da força física* que designam à mulher, por sua *incapacidade* física, o lugar de submissão e ao homem, principalmente por suas características masculinas de coragem diante do perigo e resistência para a realização de trabalhos sujos e insalubres, o direito, natural, de comando.

Ainda hoje, o discurso oficial da debilidade física feminina, agregado ao das *virtudes femininas* é usado para manter a mulher como ocupante preferencial de cargos e funções precários em relação ao tipo de trabalho a ser feito, à remuneração e aos direitos. Como veremos a seguir, já no período pré-industrial, a mulher exercia diversos tipos de trabalhos, limpos e sujos, leves e pesados, e não apenas os que exigiam suas *virtudes femininas inatas*, como delicadeza, meticulosidade e tolerância.

4.2 De doméstica a operária: a utopia do avanço

A mulher da classe trabalhadora sempre esteve presente no mundo do trabalho, seja em casa, em oficinas, seja na rua ou em outro local específico, como atestam diversos estudos e pesquisas. Joan Scott, por exemplo, em seu artigo *A Mulher Trabalhadora*, argumenta: “A mulher trabalhadora ganhou no século XIX uma proeminência extraordinária. É evidente que ela existia já muito antes do advento do capitalismo industrial” (SCOTT, 1992, p. 443). E, mais adiante, ela acrescenta “[...] no período anterior à industrialização as mulheres já trabalhavam regularmente fora de casa.” (SCOTT, 1992, p. 447). Heleieth Saffioti, em seu livro *A Mulher na Sociedade de Classes*, também afirma que a mulher trabalhadora esteve sempre presente no mercado de trabalho: “Em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social.” (SAFFIOTI, 1976, p.32).

²⁵ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Eduarda, carpinteira, 33 anos, continua trabalhando.

De fato, eram diversas as ocupações das mulheres em seus ofícios pré-industriais. As autoras acima citadas destacam que a mulher trabalhava como “fiandeira, costureira, ourives, cervejeira, polidora de metais, fabricante de botões ou de rendas, ama, criada de lavoura ou criada doméstica nas cidades e no campo da Europa e da América.” (SCOTT, 1992, p. 443). Lembram ainda que elas “ganhavam dinheiro com o pequeno comércio ou como vendedoras ambulantes, empregavam-se como trabalhadoras ocasionais, amas ou lavadeiras, produziam olaria, seda, rendas, roupas, objetos de metal, ferragens, panos, tecidos e chita em oficinas.” (SCOTT, 1992, p. 447). Mas elas também trabalhavam “nos campos e na manufatura, nas minas e nas lojas, nos mercados e nas oficinas, teciam e fiavam, fermentavam a cerveja e realizavam outras tarefas domésticas.” (SAFFIOTI, 1976, p.32)

Um pouco de atenção às diversas ocupações das mulheres, desde o período pré-industrial nos leva a perceber facilmente que, já naquele momento, a mulher desempenhava inúmeros serviços remunerados ligados à esfera doméstica. Esses serviços permanecem, atualmente, entre as atividades historicamente constituídas e ocupadas pelas mulheres. O trabalho doméstico fora de casa é uma ocupação cuja mão de obra é predominantemente feminina. É um dos nichos de ocupação da mulher, como tal, carrega consigo muitos estigmas do trabalho feminino, como baixo reconhecimento e remuneração. Nesse nicho de mercado é que a maioria das operárias do Vila Viva trabalhavam antes de ingressar na construção pesada.

Mesmo que o serviço doméstico tenha sido, antes da entrada para o Vila Viva, na maioria dos casos, o único trabalho dessas mulheres ou o serviço em que permaneceram por mais tempo, percebemos nas entrevistas um interesse constante em deixá-lo. Aliás, a saída do trabalho doméstico foi um motivo alegado por todas as entrevistadas para justificar o ingresso no mercado da construção pesada. Algumas operárias expuseram, de forma recorrente, os problemas comuns das domésticas: baixos salários, horários definidos pelo patrão, relações de trabalho nem sempre bem definidas e, principalmente, a diferenciação de direitos trabalhistas garantidos, em relação aos demais trabalhadores. Eis o que revelam os depoimentos abaixo:

Ah, porque eu não queria mais trabalhar em *casa de família*. Eu achava que... Eu achava não, eu acho até hoje, que se você vai trabalhar como operária você tem hora extra, você tem outras vantagens que em *casa de família* não te dá. [...] Se eu saí daí eu tenho meu acerto [trabalhista], eu tenho seguro-desemprego... eu tenho um monte de coisa que *casa de família* não me dá. (informação verbal)²⁶

Porque se você sair você tem os seus direitos, você tem os abono dos seus filho, entendeu, então é mais vantagem do que trabalhar aí uns dias e não ter segurança

²⁶ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Luíza, servente de pedreiro, 33 anos, continua trabalhando. .

nenhuma. Se você adoeceu, foi no médico, você pega o atestado, seu dia é ganho. (informação verbal)²⁷

Como sabemos, o registro em carteira feito por empresas garante aos/as trabalhadores/as segurança durante o contrato de trabalho e após a rescisão dele. Assim, mesmo quando são demitidos/as, se trabalharam para empresas por mais de seis meses, ainda têm algum provento a receber, por exemplo, na forma de seguro desemprego.

De fato, as operárias entrevistadas apontaram, como principal motivo que as levou à construção pesada o fato de sempre trabalharem como domésticas e/ou diaristas. Diante da possibilidade de acesso ao trabalho em uma empresa, vislumbraram também o acesso a benefícios trabalhistas dos quais, como domésticas, não eram credoras. Quanto aos direitos limitados da trabalhadora doméstica, Maria Lygia Moraes destaca que:

Não recebe a totalidade dos direitos trabalhistas que são concedidos às trabalhadoras urbanas, como jornada de trabalho de 44 horas semanais, seguro-desemprego, estabilidade para a gestante, horas-extras remuneradas e recolhimento do fundo de garantia por tempo de serviço. (MORAES, 2008, p. 503).

Por outro lado, Cristina Bruschini et al ao analisarem as relações de trabalho e gênero, em 2005, no Nordeste e Sudeste do Brasil, confirmaram a continuidade do trabalho doméstico como *nicho ocupacional feminino*, ocupação de, aproximadamente, seis milhões de brasileiras/os, dos quais mais de 90% da mão de obra composta por mulheres. As/o autoras/o apresentam dados que comprovam a continuidade da precariedade da profissão, assim considerada, em virtude “das longas jornadas de trabalho realizadas pela maioria das trabalhadoras, pelo baixo índice de registro em carteira de trabalho (apenas 25% no Brasil) e pelos baixos rendimentos auferidos.” (BRUSCHINI, RICOLDE E MERCADO, 2008, p.26).

No que concerne aos direitos trabalhistas, acrescentamos, ainda, o direito ao PIS/PASEP, já que a legislação brasileira é diferenciada entre aqueles que realizam serviços remunerados para empresas ou para pessoa física. Como analisado acima, o trabalho remunerado doméstico, majoritariamente feminino, é um trabalho específico, regido por leis específicas, que insere as mulheres no mercado de trabalho, mas as diferenciam dos demais trabalhadores em direitos e deveres.

Todavia, com todos os problemas que acompanham as relações de trabalho no emprego doméstico, as entrevistadas, ao compararem suas experiências nesse trabalho com a experiência de operária da construção, mostraram-se conscientes de que o trabalho doméstico

²⁷ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Fernanda, servente de pedreiro, 39 anos, foi demitida.

era, por vezes, mais leve, o horário de trabalho era o mesmo ou menor e o salário era até maior. No entanto, quando questionadas sobre as causas de trocaram-no por um serviço mais pesado, responderam que o motivo principal era o registro em carteira feito pela empresa contratante, logo teriam garantidos todos os benefícios materiais e imateriais como mostram os depoimentos a seguir:

Se você vai trabalhar como operária você tem hora extra, você tem outras vantagens que em *casa de família* não te dá. Igual, eu trabalhei dois anos em *casa de família*, eu saí de lá e o que me pagaram foi o mês que eu tinha trabalhado e mais uns dias, entendeu. Se eu saí daí, eu tenho meu acerto, eu tenho seguro desemprego, eu tenho um monte de coisa que *casa de família* não me dá. (informação verbal)²⁸

A gente precisava levar menino no médico, ele [o encarregado] abonava nosso dia, foi uma pessoa excelente pra gente. (informação verbal)²⁹

Porque eu acho que é melhor sabe. Te dá mais segurança, você pode comprar um móvel, um eletrodoméstico que você precisa. (informação verbal)³⁰

Embora a Legislação Trabalhista Brasileira não preveja o acompanhamento de filho ao médico por parte do responsável, o Estatuto da Criança e Adolescente prevê, como direito da criança e do adolescente, direito ao acompanhamento dos pais ou responsáveis em caso de internação. Além disso, prevê que crianças e adolescentes são incapazes de tomar decisões e delas se responsabilizarem, seja pela pouca idade, seja pela pouca maturidade, logo é dever dos pais ou responsáveis assegurar a saúde, o bem-estar e a dignidade das crianças e jovens.

Ainda que a lei determine o acompanhamento ao menor apenas em caso de internação, é comum ficar acordado em convenções coletivas ou acordos internos das empresas esse direito, principalmente às mães. Portanto, o direito à concessão do abono pelo dia de trabalho às operárias mães e chefes de família foi um aspecto de grande relevância para as mulheres trabalhadoras, considerando que seus filhos são seus dependentes e, geralmente, são elas as únicas responsáveis por eles. Portanto, a preocupação do abono do dia quando adoecem ou quando vão levar o filho ao médico é fator primordial para quem tem baixa remuneração, é chefe de família e tem filhos/as menores sob seus cuidados.

Por outro lado, o atrativo de ter o registro em carteira feito por uma grande empresa, no caso desta pesquisa duas, constitui benefício imaterial que confere *status* ao trabalhador/a, principalmente quando necessita realizar compras a crédito. Como relatou na entrevista a operária Maria Vitória, que seduzida por essa pseudosseguurança, contraiu dívidas enquanto

²⁸ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Luíza, servente de pedreiro, 33 anos, continua trabalhando.

²⁹ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Clara, armadora de ferragens, 31 anos, pediu demissão.

³⁰ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Vitória, servente de pedreiro, 44 anos, foi demitida.

estava trabalhando. No entanto, ela foi demitida subitamente e, como ela mesma disse está *até hoje atolada nelas*. Ela estava trabalhando para o Consórcio das Empresas havia sete meses e, em um determinado dia, ao chegar ao trabalho, sem nenhuma comunicação prévia, trabalhou no período da manhã e no horário de almoço recebeu os papéis com o aviso de que a partir daquele momento estava demitida precisando apenas, entregar o uniforme. Embora tenha recebido os direitos trabalhistas, ela contava com o vínculo para cumprir com os compromissos assumidos em longo prazo.

Eu tinha feito dívidas, fiquei com elas... Tô até hoje atolada... Só prestação... Eu fiz um empréstimo, na tentativa de pagar as dívidas e virou uma bola de neve. (informação verbal)³¹

Embora as trabalhadoras tenham construído esse imaginário de que a saída do trabalho doméstico para o trabalho como operária constituísse uma oportunidade única de trabalho, quase um sonho, devemos considerar que a relação empregador/empregado, dentro de uma empresa, é totalmente impessoal e, regra geral, os direitos só são considerados quando integram a legislação trabalhista. O patrão ou seus representantes geralmente não cogitam a menor possibilidade de negociações para sair mais cedo ou chegar mais tarde, ou não poder ser demitido porque está endividado.

Já outra operária, Maria Eduarda, mãe de dois filhos ainda pequenos, considerou, além da saída do serviço de doméstica, a proximidade de sua residência do local de trabalho. Eis um novo aspecto dessa questão, também relevante:

Igualzinho assim, aqui é mais perto pra gente. Como tem menino nosso na escola, no projeto, fica mais perto pra gente poder resolver as coisas. Porque na hora do almoço a gente vai, dá um pulinho em casa, resolve alguma coisa. (informação verbal)³²

A entrevistada Maria Eduarda tem dois filhos em idade escolar, estudantes do ensino fundamental. Mesmo com a obrigatoriedade do ensino fundamental e, conseqüentemente, dos governos em garantir escolas que atendam às crianças que estão nessa fase de aprendizado, não há obrigatoriedade para o atendimento em horário integral dessas crianças. Isso acarreta, para muitas mães, principalmente as da classe trabalhadora, ter que deixar os filhos em casa ou aos cuidados de terceiros quando não estão na escola. Na Comunidade da Serra, algumas crianças são atendidas nesse período não-escolar por entidades não governamentais,

³¹ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Vitória, servente de pedreiro, 44 anos, foi demitida.

³² Informações fornecidas pela entrevistada Maria Clara, armadora de ferragens, 31 anos, pediu demissão.

particulares ou conveniadas com a Prefeitura. Mas o número de vagas nesses locais é insignificante ante a demanda, ficando grande parte das crianças sozinhas em casa ou pelas ruas. São as únicas responsáveis por si mesmas, quando não estão na escola e suas mães estão trabalhando.

O mais acertado seria que o Poder Público ou as empresas proporcionassem às mulheres trabalhadoras condições de trabalharem sem a preocupação com os filhos, pois assim eles estariam em local adequado, sob o cuidado de pessoas responsáveis e capacitadas para por eles zelarem. Mas o real é que as mulheres continuam sendo as principais responsáveis por eles e para ir trabalhar precisam buscar estratégias e condições para deixar os filhos. Com o aumento do número de mulheres inseridas no mercado de trabalho, os governos precisariam repensar as políticas para atendimento aos filhos dessas trabalhadoras. Joan Scott (1992) em seu artigo *A Mulher Trabalhadora*, nos lembra de que esse não é um problema novo, pois em outras épocas a mulher já foi abandonada à própria sorte, como retrata o trecho abaixo:

No discurso da divisão sexual do trabalho, oposições marcadas entre mulheres e trabalho, reprodução e produção, domesticidade e trabalho remunerado faziam da própria mulher trabalhadora um problema. Isso desviou a discussão de soluções das condições do seu trabalho, dos seus baixos salários, da falta de apoio social à criação dos filhos, que eram todos considerados sintomas da violação da diferença funcional 'natural' entre homens e mulheres mais do que como causas da miséria das trabalhadoras assalariadas. Isso teve o efeito de estabelecer um único objetivo desejável: afastar as mulheres, tanto quanto possível, do trabalho assalariado permanente ou a tempo inteiro. (SCOTT, 1992, p.474)

Assim sendo, cabe às mulheres trabalhar e sustentar os filhos, pois eles são problemas delas. Afinal, ela que ousou desviar-se de seu caminho natural: o cuidado do lar e da família. Hoje, as autoridades não repetem tal discurso mesmo porque estariam indo de encontro aos interesses capitalistas, ao retirar-lhes uma de suas importantes fontes de lucro: a mão de obra qualificada e barata da mulher, mas ele está implícito nas recorrentes omissões dos governantes frente às necessidades e dificuldades enfrentadas pelas mulheres trabalhadoras.

Em suma, se para as mulheres que não têm filhos pequenos, ou mesmo já em idade adulta, é cômodo poder trabalhar próximo de casa, é um importante aspecto considerado quando buscam por um novo emprego, com mais razão, para aquelas que têm filhos pequenos, essa proximidade, principalmente com a falta de locais e pessoas com quem deixá-los, é primordial. Como a grande maioria da classe trabalhadora, as operárias participantes de

nossa pesquisa não têm com quem deixar os filhos e, tampouco, condições financeiras para pagar alguém para deles cuidar.

Mesmo sendo mãe de um filho pequeno, com apenas um ano de idade que ficava aos cuidados de sua tia enquanto trabalhava, não foi esse o aspecto que a operária Maria Laura mais valorizou sobre sua entrada para o Vila Viva, como ela mesma explica:

Eu pensei: gente, eu não tô fazendo nada, não tô estudando, uma oportunidade dessa eu não vou perder! [...] Nem passava pela minha cabeça que eu ia conseguir entrar nessa Consórcio Camargo Correa pra mim trabalhar. Eles [os contratantes] mesmo falaram: - Nossa, você é muito nova pra trabalhar nesse serviço! O serviço é muito pesado! Eu falei: - Mas eu vou tentar assim mesmo. (informação verbal)³³

Segundo essa operária, que estava com vinte para vinte e um anos à época de sua contratação, a busca por emprego na construção pesada foi motivada pela oportunidade e pela necessidade. Afinal, tinha um filho pequeno e nunca tivera a oportunidade de trabalhar em empregos formais e fixos, com registro em carteira. Vivia de bicos como manicura em um salão existente na própria comunidade e de diarista em *casa de família*.

O trabalho remunerado pode ser uma das maneiras de a classe trabalhadora emancipar-se financeiramente, mas para isso é necessário não receber apenas a garantia de ganhos mínimos ao próprio sustento. Essa emancipação financeira para a mulher não foi e não é acompanhada pelo mercado, que continua lhe oferecendo funções, locais e condições de trabalho mais precários que os do sexo masculino. Como pontua Cláudia Nogueira (2004), é facilmente perceptível o grande aumento da participação feminina no espaço produtivo, aumento esse ao qual vêm atreladas a precarização, a ampliação e a diversificação da exploração da mulher pelo trabalho. Ainda, segundo a autora, o trabalho apresenta um sentido dicotômico em seu processo de feminização, que é percebido,

pela positividade do ingresso da mulher no mundo do trabalho e pela negatividade da precarização, intensificação e ampliação das formas de mobilidade de exploração do trabalho. Enfim, é nessa dialética que a feminização do trabalho, ao mesmo tempo emancipa, ainda que de modo parcial, e precariza, de modo acentuado. Oscilando, portanto, entre emancipação e a precarização, mas buscando ainda caminhar da precarização para a emancipação. (NOGUEIRA, 2004, p. 94).

Nessa dialética do mundo do trabalho, fica evidente que expectativas de empregadores e empregadas caminham em sentidos antagônicos. Se para a mulher há uma expectativa positiva de inserção e participação, ao padrão resta a negatividade da contratação por ser uma

³³ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Laura, carpinteira, 23 anos, pediu demissão.

mão de obra mais barata e, ainda, mais propensa a aceitar piores condições de trabalho. Cláudia Nogueira continua sua análise, demonstrando como as mulheres trabalhadoras vivenciam, no mundo do trabalho, essa contradição. Elas mantêm-se nele circunscritas por um lado pela vantagem da participação e, por outro, pela desvantagem da precarização:

Trata-se, portanto, de um movimento contraditório, uma vez que a emancipação parcial, uma consequência do ingresso do trabalho feminino no universo produtivo [...] é alterado de modo significativo por uma feminização do trabalho que implica simultaneamente uma precarização social e um maior grau de exploração do trabalho. (NOGUEIRA, 2004, p. 89).

Em diálogo com as autoras e os autores que realizam pesquisas sobre as dicotomias, os antagonismos e as contradições que as mulheres experimentam ao adentrarem para o mundo do trabalho, percebemos uma divisão bifurcada no foco das pesquisas. Ora trilham pelo caminho da historicização e análise do trabalho feminino nos chamados nichos ou guetos femininos de ocupação, ora pelo caminho da inserção das mulheres em mercados e funções *não convencionais*. Contudo, esses recortes da realidade privilegiados pelos pesquisadores convergem para um ponto em comum: qualquer profissão ou função ocupada pela mulher já se encontra desvalorizada ou a partir de sua entrada tornar-se-á desvalorizada, tanto no plano financeiro quanto no plano social.

Com efeito, mesmo assumindo funções mais precárias, desvalorizadas e recebendo salários menores, as mulheres participantes desta pesquisa, como veremos adiante, não deixavam de exercer todas as tarefas que lhes foram designadas, mesmo em trabalhos que exijam delas muito, fisicamente. Contrariamente ao discursado e ao esperado, diríamos que as mulheres não apenas realizavam suas tarefas, como as fazia mais e melhor que os homens, seus pares de trabalho.

4.3 Reflexões sobre a incapacidade física da mulher

Para dar maior visibilidade às profissões das mulheres, objetos de estudo desta pesquisa, recorreremos à Classificação Brasileira das Ocupações (CBO)³⁴, instituída em 2002,

³⁴ A Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, instituída por Portaria ministerial nº. 397, de 9 de outubro de 2002, tem por finalidade a identificação das ocupações no mercado de trabalho, para fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares. A regulamentação da profissão, diferentemente da CBO é realizada

pelo Ministério do Trabalho e Emprego brasileiro. A CBO identificou as ocupações existentes no mercado de trabalho, classificou-as por famílias e fez uma descrição sumária das atividades que deveriam ser realizadas por cada profissional. O quadro que se segue apresenta uma classificação discriminando o código da ocupação, a denominação e as atividades a serem realizadas por cada uma das profissionais envolvidas em nossa pesquisa. Não apresentamos neste quadro todas as ocupações registradas na CBO, somente as ocupações das participantes da nossa pesquisa.

Quadro 2 – Identificação das ocupações das operárias participantes da pesquisa de acordo com a CBO

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DAS OCUPAÇÕES - CBO			
CÓDIGO	DENOMINAÇÃO PRINCIPAL	OUTRAS DENOMINAÇÕES	ATIVIDADES
7170-20	Servente de obras	Ajudante de obras, ajudante de saneamento, auxiliar de pedreiro, meia-colher, servente (construção civil), servente de pedreiro	Demolem edificações de concreto, de alvenaria e outras estruturas; preparam canteiros de obras, limpando a área e compactando solos. Efetuam manutenção de primeiro nível, limpando máquinas e ferramentas, verificando condições dos equipamentos e reparando eventuais defeitos mecânicos nos mesmos. Realizam escavações e preparam massa de concreto e outros materiais.
7153-15	Armador de estrutura de concreto armado	Armador de ferragens na construção civil, armador de ferros, ferreiro armador na construção civil	Preparam a confecção de armações e estruturas de concreto e de corpos de prova. Cortam e dobram ferragens de lajes. Montam e aplicam armações de fundações, pilares e vigas. Moldam corpos de prova.
7155-05	Carpinteiro	Carapina, carpinteiro auxiliar, carpinteiro de estruturas, carpinteiro de manutenção, oficial carpinteiro	Planejam trabalhos de carpintaria, preparam canteiro de obras e montam fôrmas metálicas. Confeccionam fôrmas de madeira e forro de laje (painéis), constroem andaimes e proteção de madeira e estruturas de madeira para telhado. Escoram lajes de pontes, viadutos e grandes vãos. Montam portas e esquadrias. Finalizam serviços tais como desmonte de andaimes, limpeza e lubrificação de fôrmas metálicas, seleção de materiais reutilizáveis, armazenamento de peças e equipamentos.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Classificação Brasileira das ocupações.

Esse quadro mostra as atividades que eram de responsabilidade das operárias do Vila Viva, participantes da pesquisa. Já a descrição das atividades revela a divergência existente entre a imagem da mulher socialmente construída pelo mundo patriarcal e as possibilidades reais da mulher. Do mesmo modo, isso ficou claro nos relatos das operárias em relação às habilidades requeridas nos trabalhos diários, por elas realizados, nos canteiros da obra:

- [Encarregado] Eu quero que vocês montam aquele muro de contenção pra mim, no alto. Por baixo tinha tipo uma ribanceira, e tinha tipo uma canaleta, onde descia esgoto... acesso horrível. Pra material então... tava cheio de pedra, de terra solta, tinha manilha sabe, tava horrível. [...] E era alta a cortina [Cortina é a estrutura de madeira e ferragem utilizada como fôrma e sustentação para a construção de muros de contenção]. - Aí eu vou dar vocês umas horas aí, pra ver se teja montada até o final de semana pra gente concretar. Eu e o rapaz pegamos e montamos. [...] Aí precisava de andaime, uns andaime tipo uns braço sabe, que a gente coloca mesmo na fôrma, montamos, pusemos as peças, precisava de madeira [...] Como nós trabalhamos minha filha! Deixamos montado... rapidinho nós montamos a cortina. [...] A gente tava eu acho que concretando ali na Beco Canário, aí a gente tava concretando só que não tinha bomba, era do caminhão, aí eu montei uma bica, fui trabalhando na bica lá, só que tava precisando de uma outra madeira pra pôr do lado, pra pegar o concreto e não vazar [...] larguei o que eu tava fazendo, fui lá peguei uma peça, coloquei, foi a peça certinha lá do negócio.
(informação verbal)³⁵

Aí colocou a gente pra ficar limpando prédio, descendo lá do quarto andar carregando lata nas costas, cheia de sujeira, de entulho, nosso Deus! Depois eu fui ajudar subir telha, passar lá por cima do quarto andar, pra poder subir a telha.
(informação verbal)³⁶

De acordo com os depoimentos, as operárias não foram poupadas pelos encarregados de nenhum tipo de trabalho, fosse ele fácil ou difícil, limpo ou sujo, leve ou pesado. Para a realização dessas tarefas, elas empregaram não suas *habilidades naturais* tão apregoadas na sociedade patriarcal, mas a força física, associada às habilidades e competências técnicas. Mostraram, principalmente, nesse processo de trabalho a desconstrução e a reconstrução dos discursos e das imagens do gênero feminino, para os outros e para si mesmas.

Todavia, a imagem de mulher que o discurso oficial, ao longo da história, apresenta é de docilidade, fragilidade e vulnerabilidade, em contraposição à força física, à potencialidade e à inteligência masculina. É esse discurso que ampara o argumento de que trabalho pesado não é para mulheres, pois elas não são capazes de pegar muito peso. E, apoiando-se nesse discurso, quando não há necessidades específicas causadas por oscilações na demanda por mão de obra para o mundo do trabalho, destinam-se à mulher os nichos de mercado cujas características são: abnegação, cuidado, docilidade e delicadeza.

³⁵ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Eduarda, carpinteira, 33 anos, continua trabalhando.

³⁶ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Luíza, servente de pedreiro, 33 anos, continua trabalhando.

Essa mentalidade é de tal forma enraizada em nossa sociedade, inclusive no imaginário feminino, que, para além da reprodução do discurso, passa a ser encarada como questão natural, e como consequência, criou-se um poder de dominação do inferior (feminino) pelo superior (masculino). Bourdieu (1995) alerta que as mulheres precisam tomar conhecimento dessa dominação, para se libertarem e Michelle Perrot (1988), em seu livro *Os Excluídos da História*, denuncia esse mesmo discurso, revigorado no século XIX, para reafirmar a permanência das mulheres em posição de inferioridade, quanto as suas capacidades físicas e intelectuais. Nesse sentido, a autora argumenta:

É por isso que esse velho discurso [das diferenças entre os sexos] retoma no século XIX um novo vigor, apoiando-se nas descobertas da medicina e da biologia. É um discurso naturalista, que insiste na existência de duas ‘espécies’ com qualidades e aptidões particulares. Aos homens, o cérebro (muito mais importante do que o falo), a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos. (PERROT, 1988, p. 177)

Michelle Perrot continua a análise desse discurso naturalista do século XIX procurando explicar a inserção/exclusão da mulher do mundo do trabalho. Seguindo a linha de raciocínio dos anunciadores desse discurso, ela acrescenta:

Cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase predeterminados, até em seus detalhes. Paralelamente existe o discurso dos ofícios que faz a linguagem do trabalho uma das mais sexuadas possíveis. “ao homem, a madeira e os metais. À mulher, a família e os tecidos”, declara um delegado de operários da exposição mundial de 1867. (PERROT, 1988, p. 178)

As análises de Michelle Perrot nos ajudam a compreender que toda ação ou situação é antecedida por um discurso. Da mesma forma, os dados de nossa pesquisa nos ajudam a confirmar que o discurso habitual da inferioridade física, que servia à divisão de tarefas, de acordo com o sexo, precisa e pode ser desconstruído. As atividades realizadas pelas operárias participantes deste estudo, exigiam delas mais do que seus supostos atributos femininos, voltados para as coisas do coração, a sensibilidade e o sentimento.

A desconstrução e a superação de tal discurso foi corroborada também pelos estudos de Maria Lygia Moraes que, concatenada à contemporaneidade, acrescenta: “Hoje, em todas as esferas da vida privada e pública, as mulheres comprovam a falácia das teorias e dos teóricos da “inferioridade biológica” da mulher.” (MORAES, 2008, p. 496).

Diante de tal discurso, parece-nos urgente desvelar que mesmo o trabalho doméstico, caracterizado como feminino, também é uma invenção da sociedade capitalista industrial.

Sobre essa invenção, André Gorz, em seu livro *Adeus ao Proletariado*, citando Ivan Illich, afirma:

A noção de “trabalho doméstico” só apareceu com um tipo de divisão sexual do trabalho que é próprio do industrialismo: a civilização industrialista aprisionou a mulher nas tarefas domésticas não diretamente produtivas para que o homem pudesse dispor de todo seu tempo de vigília e despender toda a sua energia na fábrica ou na mina. A atividade doméstica da mulher, por isso, deixava de ser autônoma e autodeterminada: formara-se ao mesmo tempo condição e apêndice subalterno do trabalho assalariado do homem, o qual, por sua vez, passava por essencial. (GORZ, 1982, p. 14).

Como bem apreendida pela análise de Illich, a tipificação do espaço doméstico e das atividades ali compreendidas como atributos femininos são construções da sociedade capitalista industrial a serviço do capital. Essa é uma análise tanto quanto esclarecedora de como o imaginário social é construído, internalizado, bem-aceito e perpetuado em nossa sociedade, inclusive pelas mulheres que, do mesmo modo, associam tais locais e atividades ao Ser feminino.

Diríamos, então, que, ainda hoje, nossa sociedade pauta seus valores sob a égide do discurso criado pelo capitalismo e influenciado pela ideologia vitoriana, de que o lar e a família são esferas femininas e, opostamente, a rua e o trabalho, esferas masculinas. Logo, as mulheres devem responsabilizar-se pela manutenção do lar, lugar a elas consagrado, onde servem e cuidam da casa, dos filhos e do marido.

Portanto, as mulheres, ou supermulheres, além do trabalho remunerado que exercem fora do lar, cabe, ainda: realizar todos os afazeres domésticos em suas casas; garantir que os filhos estejam bem cuidados, bem alimentados e bem-educados; criar condições para que o marido, ao chegar do trabalho, tenha tempo e lugar onde descansar. São elas constantes servidoras e serviçais, tanto dentro como fora de casa.

Porém, percebemos a perpetuação e interpretação das representações da mulher e de suas características de diferentes maneiras, de acordo com as épocas. Margareth Rago, em sua pesquisa com documentos escritos no Brasil, no início do século XX, por autoridades públicas, médicos higienistas, policiais e industriais nos esclarece que esses documentos apresentavam uma imagem da mulher trabalhadora das fábricas brasileiras que não correspondia à realidade. A mulher retratada nesses documentos era muito mais “a construção masculina da identidade das mulheres trabalhadoras do que sua própria percepção de sua condição social, sexual e individual.” (RAGO, 2007, p.579). Essas imagens da mulher, construídas e reproduzidas, distorcidas e masculinizadas, precisam ser superadas por vontade,

por necessidade e, principalmente, pelas vozes das mulheres que, durante séculos, foi silenciosas e silenciadas.

No que concerne a esse retrato masculinizado da mulher, inclusive no mundo do trabalho, Pierre Bourdieu destaca que a diferenciação entre as forças masculina e feminina existe graças a um imaginário social exacerbado a respeito da inferioridade física da mulher, construído e perpetuado historicamente que se autolegitima, explica o autor:

A precedência masculina que se afirma na definição legítima da divisão do trabalho sexual e da divisão sexual do trabalho (nos dois casos, o homem aí “fica por cima” enquanto que a mulher “se submete”), tende a se impor, através do sistema de esquemas constitutivos do *habitus*, enquanto matriz de todas as percepções, dos pensamentos e das ações do conjunto de membros da sociedade enquanto fundamento indiscutido – já que situado fora das tomadas de consciência e da reprodução social. Longe de as necessidades de reprodução biológica determinarem a organização simbólica da divisão sexual do trabalho e, pouco a pouco, de toda a ordem natural e social, é uma construção arbitrária do biológico, em particular do corpo masculino e feminino, de seus usos e de suas funções, notadamente na reprodução biológica, que dá um fundamento aparentemente natural à visão masculina da divisão do trabalho sexual e da divisão sexual do trabalho e, por isso, a toda a visão masculina do mundo. A força particular da sociodicéia masculina vem-lhe do fato de que ela acumula duas operações: ela legitima uma relação de dominação ao inscrevê-la num biológico que é ele mesmo uma construção social biologizada. (BOURDIEU, 1995, p. 149) (grifos do autor)

A nosso ver, para superação dessa força particular, resta às sociedades a superação dessa visão determinista e taxonômica de inferioridade/superioridade, sustentada pela atribuição de valores naturais a comportamentos e determinações sociais. Nesse sentido, podemos dizer que as trabalhadoras da construção pesada, pesquisadas, têm contribuído por meio do seu trabalho para a superação dessa visão. No entanto, elas já vivenciam e superam essa visão há tempos, em seu cotidiano de mães e trabalhadoras, porém, de forma silenciosa, não desvelada.

Afinal, quantas delas já saíram de casa cedo, para trabalhar como diaristas, carregando filho/a nos braços, para deixá-lo/a com alguém ou em uma creche, juntamente com bolsa e sacolas? Percorrendo o trajeto para o trabalho, quase sempre a pé para economizar o dinheiro da passagem. E após esse percurso, ainda trabalhavam o dia inteiro, faziam o mesmo percurso de volta para casa e ainda passavam no supermercado para comprar alimentos. E, assim, voltavam para casa carregando compras, bolsas, filho/a. E, ao chegar a casa, assumiam as tarefas da casa: dar banho nos/as filho/as, preparar refeições, arrumar casa, lavar roupa, tudo isso antes de ir dormir, em um trabalho sem fim e sem descanso, que se repete dia após dia. Isso é um exagero? Um fato isolado? Pensamos que não. Isso é o comum na vida da maioria das trabalhadoras que precisam trabalhar e cuidar da casa e dos filhos.

Contudo, os elementos do imaginário social sobre as representações do feminino e do masculino, presentes em nossa sociedade, foram histórica e culturalmente articulados e cristalizados de tal forma, que as mulheres ainda se reconhecem como pessoa mais fraca; duvidam de sua capacidade física; olham-se no espelho e enxergam uma imagem que não as reflete, uma imagem de gênero feminino que reflete uma construção caricata do que realmente são. A propósito, salienta Magda Chamon:

Fica, pois, bem evidente que a imagem da mulher e a formação da sua identidade pessoal e profissional foram construídas por motivos políticos. Isso foi feito com o auxílio de práticas sociais fundadas, conforme expressa Marx, em uma base material da sociedade ou em uma série de condições materiais, simbólicas e de existência que, por sua vez, são o produto de uma evolução histórica longa e penosa. (CHAMON, 2005, p. 145)

Acerca desse reconhecimento de si, mas na verdade do outro em si, o que ocorre é a aceitação do poder que um exerce sobre o outro, e sobre o qual esse outro não tem controle, sequer tem consciência, Pierre Bourdieu adverte:

Todo poder comporta uma dimensão simbólica: ele deve obter dos dominados uma forma de adesão que não repousa sobre a decisão deliberada de uma consciência esclarecida, mas sobre a submissão imediata e pré-reflexiva de corpos socializados. Os dominados aplicam a todas as coisas do mundo e, em particular, às relações de poder nas quais eles estão enredados, às pessoas através das quais estas relações se realizam, portanto também a si mesmos, esquemas de pensamento impensados, os quais [...] constroem estas relações de poder do ponto de vista próprio daqueles que aí afirmam sua dominação, fazendo-as parecer como naturais. (BOURDIEU, 1995, p. 142)

Vale destacar ainda a análise de Magda Chamon sobre a construção e instituição de uma subjetividade fruto dos valores impostos pelos dominantes, segundo a qual as mulheres não só aceitam naturalmente, como também carregam para suas vidas e para o seu trabalho. “Uma subjetividade que é fruto da incorporação de valores, mitos e crenças produzidos (por força das ideologias dominantes), os quais teriam se reproduzido como algo natural e verdadeiro.” (CHAMON, 2005, p. 116). Diante da subjetividade da produção e reprodução do outro, cabe-nos refletir como e com qual intensidade é possível as mulheres internalizarem esse imaginário social público que passa então a representá-las, mesmo que nele elas não se reconheçam.

4.4 Rescisão contratual: diferentes percursos para igual destino

No início desta pesquisa, presenciamos dezenas de mulheres trabalhando como operárias nas obras do Programa Vila Viva. Mas, quando fomos ao campo em busca dessas operárias, a maioria já havia sido demitida ou pedido demissão. As demissões ocorreram em maior quantidade no biênio 2009/2010. Então nos propusemos a investigar, junto a nossas entrevistadas, o motivo de sua saída do Programa: se foram demitidas, demitiram-se e por quê.

Curiosamente, todas as entrevistadas em algum momento reclamaram do trabalho nas obras, do quanto o trabalho era pesado. Tanto que essa foi a razão alegada, para que uma das operárias pedisse demissão. Como ela relatou:

...eu já tinha pedido as minhas férias, aí eles falou comigo assim: - Ah, só depois de um ano e sete mês. Falei: - Nossa senhora, depois de um ano e sete mês, você tá louco, não vou aguentar não, esse trem tá pesado demais! (informação verbal)³⁷

Ora, ao trabalhador/a de obras de construção, trabalho pesado, desgastante para ambos os sexos, deveria, no mínimo por bom senso, ser concedido direito ao período de gozo das férias já ao final do seu primeiro ano de serviço. Como sabemos, a lei trabalhista brasileira prevê que os/as trabalhadores/as contratados trabalhem doze meses, a fim de adquirir direito às férias, bem como, estabelece que nenhum/a trabalhador/a pode trabalhar por dois anos ou mais sem gozar suas férias, caso contrário a empresa será obrigada a indenizá-lo financeiramente. Amparadas por essa determinação legal, muitas empresas, no primeiro ano de trabalho de seus funcionários, esgota ao máximo força de trabalho deles, deixando-os sem gozar suas férias o tempo máximo permitido pela lei, ou seja, um ano e onze meses. Elas utilizam-se do limite máximo legal para explorar à exaustão o/a trabalhador/a. Dessa maneira, entendemos que a operária, apesar da alegação do pedido de demissão ter sido motivado pelo peso do trabalho, foi, na verdade, levada a tal atitude, diante da postura da empresa, de explorar ao máximo a força de trabalho de seus/uas funcionários.

Conforme já dito anteriormente, um dos motivos da ida das mulheres para o mercado da construção foi o fato de que lá receberiam benefícios aos quais não tinham direito como domésticas, por exemplo, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Uma espécie de poupança compulsória descontada de patrões e empregados, durante o período de vigência

³⁷ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Laura, carpinteira, 23 anos, pediu demissão.

do contrato de trabalho podendo ser resgatada pelo empregado ao final do contrato de trabalho ou quando da aposentadoria. Portanto, o Fundo de Garantia, um dos pecúlios que o/a trabalhador/a tem direito a receber ao ser demitido/a de uma empresa sem justa causa, foi motivo do ingresso na construção pesada das mulheres, também se tornou motivo para elas saírem. A exposição abaixo, da armadora de ferragens Maria Clara, sobre sua saída do Vila Viva melhor esclarece nossa análise:

Eu saí porque eu precisava construir. Aí eu parei e pensei no meu acerto, eu falei, ah, eu prefiro... Porque eu moro na casa da minha mãe, a casa da minha mãe é pequena e fora isso já moram os filhos da minha irmã. Aí eu peguei e falei, eu tenho que sair da casa da minha mãe, meus meninos tá ficando prejudicado. Aí saí pra construir minha casa. (informação verbal)³⁸

Esse é o caso de muitos trabalhadores brasileiros que, geralmente, resgatam o dinheiro do FGTS para construir, ampliar ou reformar suas casas. Quem sobrevive apenas com o salário mínimo e garante a sobrevivência de outros com seu salário, depende de verbas extras, se almeja alguma melhoria. Portanto, para construir, reformar ou ampliar a casa, à classe trabalhadora possui poucas opções, sendo uma delas o uso do FGTS que, geralmente, não é um valor muito alto, mas significativo para atender a uma necessidade específica.

Mesmo que a possibilidade de recebimento do FGTS tenha levado uma das operárias a pedir para sair da empresa, outras não receberam a notícia de forma positiva. Talvez pelo pouco tempo de trabalho, ou a intempestividade das demissões, ou a forma e o descaso com que eram descartadas de uma hora para outra; tudo isso acabou gerando inconformidade e decepção. Como explicou uma delas, uma hora estava trabalhando e na seguinte estava entregando seu uniforme, pois havia sido demitida:

Aí, quando chegou os aviso, nós assinamo e saímo. Lá nós nunca cumprimos aviso não... Trabalhando não. [...] Agora, nós num tava esperando não, [...] Nós fomos lá levar o uniforme... depois voltamos, levamos a carteira, que não tava no momento no canteiro de obras. Do canteiro mesmo nós já fomos, entendeu, pro escritório. [...] Era, eu acho que era depois de meio dia... Depois do almoço. [...] Descemos todo mundo. Aquelas que tinham saído de casa com o uniforme, então teve que voltar, voltou e levou. Eu acho que depois, não sei se é dez dias, foi o acerto [trabalhista], marcou pra gente voltar. (informação verbal)³⁹

A legislação trabalhista brasileira prevê que o/a trabalhador/a mensal, que for demitido/a indiretamente, ou seja, sem justa causa, deverá receber um aviso prévio de sua

³⁸ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Clara, mãe de quatro filhos, morava com a mãe, a tia e mais dois sobrinhos. Trabalhou um ano e nove meses.

³⁹ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Vitória, servente de pedreiro, 44 anos, foi demitida.

demissão trinta dias antes de sair da empresa e nesse período de trinta dias poderá sair do trabalho, diariamente, duas horas mais cedo, ou então trabalhar seu horário normal e encerrar o aviso sete dias antes⁴⁰. Mas é facultado às empresas pagar o valor do aviso e cortar a relação de trabalho imediatamente após sua assinatura. A adoção de uma ou de outra postura reflete, inclusive, a conduta da empresa em suas relações de trabalho.

Certo é que diferentes são os trabalhos e as relações neles estabelecidas. Grandes modificações ocorreram desde a mulher trabalhadora da oficina familiar, até a mulher trabalhadora atual. A mulher que antes herdava de suas mães ou avós o ofício no qual trabalhava com sua família, agora é operária em empresas públicas e privadas, nas quais exerce diferentes e diversificadas funções. O local onde realiza o trabalho não é mais o mesmo; também as pessoas com quem ela trabalha não são membros de sua família, portanto, as alterações no mundo do trabalho feminino além de físicas e estruturais, são também sociais. Um relacionamento de trabalho na empresa é diferente de um relacionamento familiar de trabalho.

Concluimos, portanto, que a transferência das mulheres para o mercado da construção pesada sinaliza a necessidade não só de trabalho delas como garantia de autossobrevivência e de seus familiares, mas também atender à demanda por mão de obra do mercado capitalista. Desse modo, para atender ao mercado, as mulheres sujeitaram-se a execução de trabalhos pesados, sujos, desqualificados e mal remunerados. Foram inseridas e descartadas de acordo com quanto e quando serviam.

Assim, no capítulo seguinte melhor detalharemos as relações de trabalho, entre empregadores e empregadas e, principalmente, entre operárias e operários nas obras do Vila Viva. Como essas relações interferiram no trabalho das mulheres e como são determinadas pelas representações sociais do que vem a ser feminino na percepção dos operários e operárias.

⁴⁰ De acordo com o Decreto-lei nº 5452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis Trabalhistas. Brasil.

5 RELAÇÕES DE GÊNERO E DE TRABALHO NO PROGRAMA VILA VIVA

O objetivo deste capítulo é analisar as relações de gênero e trabalho nas obras do Vila Viva, relações essas construídas durante a realização do trabalho das operárias juntamente com seus pares, geralmente, do gênero masculino. Neste caso, investigaremos como se estabelecem as relações delas com eles nos locais de trabalho, buscando compreender os preconceitos e discriminações pautados pelo senso comum de que as mulheres são seres frágeis e de capacidade física limitada.

Iniciaremos nossa análise tomando como ponto de referência o tipo de abordagem que a empresa fez com as trabalhadoras no momento da entrevista para admissão. Isso porque, não apenas a entrevista, mas o processo admissional já nos permite perceber uma distinção clara entre os procedimentos adotados pela empresa, durante a contratação de homens e mulheres para o trabalho como operários/as.

5.1 Construção pesada e mulheres trabalhadoras: mudanças e permanências no mercado de trabalho capitalista

Diferentes motivos têm levado mulheres a buscar trabalho na construção pesada. Com referência às nossas entrevistadas, elas procuraram por esse novo espaço de trabalho pelas seguintes razões: estar desempregada ou no mercado informal; não mais haver interesse em continuar trabalhando como doméstica ou diarista; buscar um trabalho próximo de casa; aproveitar a oportunidade que surgira. Mas, seriam esses motivos suficientes para que a empresa as contratasse? Até aqui temos tratado das razões pelas quais mulheres têm procurado trabalhar nas obras de construção pesada. Mudando o foco, perguntamos, então, por que as empresas têm contratado mulheres para trabalhar como operárias e quais características elas devem possuir para atender aos objetivos dessas empresas?

Para responder a essas questões, procuramos identificar, primeiramente, os motivos e os critérios privilegiados pela empresa para a admissão de operárias para a construção pesada. Buscamos analisar o que as mulheres, no caso, as nossas entrevistadas, têm ou tinham em comum, à época de sua contratação pelo Consórcio Camargo Correa/Santa Bárbara encarregado pela execução do Programa Vila Viva.

Assim sendo, além do fato de serem mulheres, as operárias então contratadas, possuíam as seguintes características em comum: ser negra ou parda; possuir baixa renda; ter filhos/as menores, em sua maioria ainda crianças; constituir-se única provedora de si mesma e de seus/uas filhos/as; ter deixado a escola sem concluir os estudos; e ter começado a trabalhar entre os treze e os dezesseis anos de idade. Esses aspectos da condição de gênero, raça e classe social eram inerentes às candidatas ao trabalho oferecido, à época da contratação.

Facilmente percebemos que a presença da tríade gênero-cor/raça-classe social, representa fatores que sozinhos, ou em conjunto, simbolizam segregação no mercado de trabalho e subempregabilidade. Esses fatores, associados à baixa escolaridade ou à escolaridade precária, necessidade de autossustentância e dos/as filhos/as fazem daquelas que os carregam, arquétipos de sujeitos propensos à submissão e à condições mais severas de exploração e discriminação no mundo do trabalho.

Desse modo, para compreender qual o perfil de trabalhadoras privilegiado pela empresa contratante, bem como suas expectativas e interesses em relação às operárias contratadas, solicitamos às entrevistadas uma narrativa mais rica em detalhes a respeito da entrevista admissional. Essa entrevista foi norteada, basicamente, em torno três eixos: as reais necessidades e capacidades das mulheres para exercer o trabalho; descrição minuciosa do comportamento exigido no local de trabalho; e as possíveis interferências de filhos/maridos na permanência no emprego. Assim, durante as entrevistas, conseguimos que elas recordassem, das seguintes perguntas feitas durante o processo de contratação:

Por que quê eu queria trabalhar em obra? Se eu tinha problema de saúde? Se eu tinha certeza que meu corpo, nessa época eu tava bem magrinha, aguentava peso? Se eu tinha certeza do que eu queria? Se eu tinha condições psicológicas pra trabalhar? Quem é que sustentava minha casa? Por que quê eu sustentava minha casa? Se eu não era casada? Se realmente tava a fim de trabalhar, se você quer trabalhar, que não é fácil. O que quê a gente tava achando de ir trabalhar no meio de homem? Se a gente tivesse companheiro, como que o companheiro da gente ia agir? Se a gente sabia que em obra rola muita conversa fiada, que rola muito palavrão, que era isso, que era aquilo? Se eu já tinha trabalhado? Se eu já tinha trabalhado como servente? Perguntou também se eu já tinha feito alguma cirurgia. As perguntas deles foi se bebe, se fuma... Perguntou sobre filhos, se no caso tinha alguém pra poder tomar conta pra gente, se a gente previne pra não engravidar, essas perguntas... (informação verbal)⁴¹

Esses questionamentos revelam o tipo de trabalhadora que o Consórcio estava procurando e o quê esperava delas, tanto em relação ao trabalho, como em sua conduta

⁴¹ Perguntas das entrevistadas. Apresentaremos, aqui, todas as perguntas das quais as entrevistadas se lembraram, sendo assim, não as dividiremos de acordo com quem as narrou, pois a entrevista admissional é individual, mas também é padronizada.

pessoal, enquanto operárias do sexo feminino. Sobre essas questões, Karl Marx já apontava, em suas análises sobre a contratação de mulheres nas grandes indústrias, quais eram as características privilegiadas por empregadores que as contratavam:

Ele dá preferência às mulheres casadas especialmente aquelas com famílias e casa, que dependem delas para se sustentar; são muito mais atentas e dóceis, e são compelidas a aplicar o máximo de seus esforços para obterem os meios de subsistências de que necessitam. Assim as virtudes, virtudes peculiares do caráter feminino, são pervertidas para seu próprio prejuízo – assim, tudo o que há de mais honesto e terno em sua natureza é transformado no meio de sua escravização e sofrimento. (MARX apud NOGUEIRA, 2004, p.13).

Marx já apresentava essa perspectiva perversa da lógica capitalista no início da industrialização. Mas, hoje, houve alteração dessa lógica? O que dizem as pesquisas sobre esse tema na contemporaneidade? A esse respeito, Tânia Fonseca analisa os critérios de seleção para contratação de mulheres como operárias em uma fábrica, sob a ótica da gerência de recursos humanos:

Damos preferência, sobretudo a mulheres e em especial aquelas com mais idade e com filhos, que tenham mais compromissos, que não sejam tão meninas a ponto de terem condições de pegar outro tipo de emprego no mercado. [...] Nossa experiência mostra, além disso, que, além de mulher, deve ser uma pessoa que **PRECISE** trabalhar! Não podemos ter pessoas cheias de frescuras. (FONSECA, 2000, p. 50) (grifos da autora)

Como analisam Karl Marx e Tânia Fonseca, mesmo com mais de um século passado, a lógica capitalista para a contratação de mulheres parece não ter sofrido alterações. O perfil da trabalhadora privilegiado pelos contratantes baseia-se nas necessidades delas, principalmente de subsistência, mais do que em suas habilidades e potencialidades. Em nossas investigações, além das necessidades de subsistência, verificamos que aspectos como resistência à frustração, discriminação e força física são também valorizados. Tudo isso aliado às questões de gênero, classe e cor/raça testam, ao máximo, a capacidade que as mulheres possuem para suportar as condições de subordinação impostas nas relações de trabalho.

Feita a análise das perguntas acima apresentadas, outra questão chamou-nos a atenção: essas mesmas perguntas seriam feitas aos operários homens na entrevista admissional? Provavelmente não, pois o empregador, neste caso, não está preocupado com gestação, com cuidado da casa e de filhos, atribuições essas inerentes à condição feminina e ao papel social historicamente determinado às mulheres, em nossa sociedade.

5.2 A diferença entre oportunidade e direito ao trabalho

Havendo apresentado alguns dos motivos que levaram as mulheres a aceitarem trabalhar no Vila Viva, bem como o perfil buscado e valorizado pelo Consórcio Camargo Correa/Santa Bárbara para contratá-las, destacaremos, então, a partir de alguns depoimentos das entrevistadas, a visão dos contratantes, quanto aos motivos da contratação:

A [psicóloga que fazia as contratações] falou pra nós que queria... que eles iam colocar mulher, pra ver como que ia ser, pra ver como que os homens ia agir dentro da obra, como que ia ser... Que eles não ia *dar oportunidade* só pra homem porque como que aqui dentro do Vila Viva tinha muita mulher, eles ia *dar oportunidade* pras mulher também trabalhar. (informação verbal)⁴² (grifos nossos)

Olha, eu acho que foi pra poder *dar uma oportunidade... pras mulheres*. Foi daí que hoje as outras firmas contratam mulher. (informação verbal)⁴³ (grifos nossos)

Mas isso foi idéia dessa psicóloga. Ela quis *dar oportunidade pras mulheres*, também, sabe, na área. É... por causa disso mesmo, por causa de muito machismo, discriminação... então acho que ela queria quebrar um pouco isso sabe, aí ela deu essa *oportunidade*. Pessoa muito boa e eu agradeço ela muito de ter dado essa oportunidade. Deu muita força pra gente. (informação verbal)⁴⁴

Eu acho que... assim, eles tentaram *dar oportunidade*. Porque os homens fica, mas fica pouco tempo. Eu acho que eles queria ver como é que ia ser a atitude das mulheres trabalhando e como é que seria o serviço delas? (informação verbal)⁴⁵ (grifos nossos)

Como podemos observar, essas mulheres trazem consigo um imaginário social e uma ideologia com tal intensidade impregnados, que entrevejam essa oferta de trabalho como uma concessão, pois a empresa abriu-lhes novos postos de trabalho, fez nada mais, nada menos que *dar-lhes uma oportunidade*, ou melhor, *uma oportunidade única*.

Essa interpretação ingênua, expressa nas falas das trabalhadoras, evidencia a incorporação ideológica do discurso dominante pelas pesquisadas. Uma incorporação que sequer as deixa perceber que o acesso ao trabalho é um direito e não uma concessão. A propósito, eis o que, lucidamente Chico Buarque ironiza em versos de sua música *Deus lhe pague* e que, não por acaso, são repetidos na genuína canção *Construção*:

Por esse pão pra comer, por esse chão pra dormir
A certidão para nascer e a concessão pra sorrir
Por me deixar respirar, por me deixar existir,

⁴² Informações fornecidas pela entrevistada Maria Laura, carpinteira, 23 anos, pediu demissão.

⁴³ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Fernanda, servente de pedreiro, 39 anos, foi demitida.

⁴⁴ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Eduarda, carpinteira, 33 anos, continua trabalhando.

⁴⁵ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Clara, armadora de ferragens, 31 anos, pediu demissão.

Deus lhe pague
 Pela cachaça de graça que a gente tem que engolir
 Pela fumaça, desgraça, que a gente tem que tossir
 Pelos andaimes, pingentes, que a gente tem que cair
 Deus lhe pague.
 (CHICO BUARQUE, 1971) ⁴⁶

Há muito o/a trabalhador/a da classe operária carrega consigo a ideologia da concessão no lugar do conhecimento do direito e, por muito pouco ou nada, está sempre a agradecer. Então, o que resta às operárias do Vila Viva diante dessa *oportunidade*, somente agradecer? Pensamos que não. Resta-lhes refletir sobre que trabalhos estão realizando e sob quais condições. Somente agradecer representa, dentre outras coisas, a interiorização e, conseqüentemente, a aceitação pelas mulheres de uma autoimagem construída para elas, mas não com elas e, tampouco, por elas.

Ressaltamos, porém, que esse agradecer a oportunidade não foi exposto apenas quando as operárias trataram da entrada nas obras de construção pesada. Em diferentes momentos da narrativa, elas referiram-se a esse trabalho como uma oportunidade que a empresa lhes dera. Por isso, insistiam em agradecer a todo instante, essa oportunidade que lhes fora concedida.

Além dessa percepção equivocada sobre a concessão por oportunidade e não o direito ao trabalho, uma das entrevistadas apresenta um ponto de vista construído sobre o senso comum, impregnado ideologicamente do imaginário social quanto à representação das mulheres: pessoas mais cuidadosas e mais responsáveis com o que faziam. Segundo essa entrevistada, por isso elas foram contratadas:

Eu acho que mulher tem mais cuidado sabe, com o serviço que faz. Mais responsabilidade, sei lá, acho que é. (informação verbal) ⁴⁷

Contudo, outra entrevistada nos apresentou uma versão diferenciada sobre o que ouviu dentro da Empresa a respeito da contratação de mulheres como operárias do Vila Viva:

Eu acho que porque não tinha mão de obra masculina. Porque eles tavam entrando no serviço num dia e pedindo pra sair no outro. Lá quando eu fui fazer inscrição, eu cheguei a ouvir isso lá, que eles tavam contratando mulher pra ver se parava alguém no serviço, porque não tava tendo jeito. [...] Ficou sem mão de obra. Na época tava contratando só servente, não tinha servente na obra porque os meninos não queria

⁴⁶ Versos da música Deus lhe Pague, de Chico Buarque de Holanda. Cantadas também na música Construção, do mesmo autor. Presentes em: Lp Chico Buarque Coleção MPB, 1976.

⁴⁷ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Vitória, servente de pedreiro, 44 anos, foi demitida.

trabalhar, então colocaram mulher pra ver se o serviço ia pra frente. (informação verbal)⁴⁸

A afirmativa dessa operária confirma nossa suspeita de que as mulheres adentraram no mercado da construção pesada como uma alternativa à mão de obra masculina. Os homens, por diversos motivos, não queriam mais continuar seus trabalhos no Vila Viva, pois, à época da realização dessas obras, diversas outras também estavam sendo realizadas em Belo Horizonte e Região Metropolitana de Belo Horizonte. Eram obras de grande porte e com muita demanda por mão de obra como, por exemplo, os complexos viários das avenidas Antônio Carlos e Cristiano Machado; a sede da Cidade Administrativa do Governo do Estado e as obras dos Programas Vila Viva em outras comunidades; além do vultoso crescimento da construção civil para particulares.

5.3 Força de trabalho feminina: lucro certo nas horas incertas

Conforme análise anterior, além da oportunidade de trabalho, tão ingenuamente imaginada por muitas, foi a escassez de mão de obra masculina que possibilitou às mulheres aqui pesquisadas assumirem a construção pesada. Todavia, uma das carpinteiras apontou um motivo que, se não o principal, com certeza contribuiu em muito para essa falta de mão de obra masculina nas obras do Vila Viva: a diferenciação salarial entre os trabalhadores da construção pesada e os trabalhadores da construção civil. A esse respeito, ela esclarece:

Até que eu saiba, aqui tá sendo o menor [salário]. Porque geralmente é o salário do sindicato. Como o nosso é obra pesada, entendeu. [...] O salário nosso, do nosso sindicato, é esse. Nos outros lugares o salário é R\$836,00, o salário do outro sindicato [da construção civil] eu acho que é R\$836,00. [...] E esse nosso, construção pesada, tá esse [R\$694,00]. (informação verbal)⁴⁹

Em adição, mais adiante, ela acrescentou que os homens viviam reclamando dos baixos salários que recebiam no Vila Viva:

Eles [os operários homens] já pensa: - Ah, vou ficar no sol rachando, pra poder ganhar mixaria, aguentar desaforo dos outros, eu vou é embora! A maioria dos homens tudo reclamava, ficava tudo reclamando, sempre falava do salário. [...] Comparando com outras obras. Tipo, igual agora, nós tão fichado nessa obra, o salário é R\$694,00 e n'outras obras o salário tá R\$830, 00, R\$900, 00, um salário mais acima. [...] Acho que vai da obra... Da empresa... Tem o negócio da

⁴⁸ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Luíza, servente de pedreiro, 33 anos, continua trabalhando.

⁴⁹ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Eduarda, carpinteira, 33 anos, continua trabalhando.

construção civil e da construção pesada. Construção civil é prédio, casa, e construção pesada é viaduto... (informação verbal)⁵⁰

Essa diferenciação salarial de aproximadamente vinte por cento, entre as obras de construção pesada e as obras de construção civil, se deve ao fato de não haver apenas um sindicato para ambas as classes e tampouco uma única convenção coletiva para a construção. Em se tratando de obras, existe o Sindicato da Construção Civil e o Sindicato da Construção Pesada. Não estamos abrangendo nessa diferenciação salarial os bicos que os profissionais da construção realizam sem carteira assinada e pelos quais recebem valores previamente combinados para diárias ou empreitadas. Esses trabalhos informais, geralmente, remuneram o trabalhador acima dos valores praticados no mercado.

Posto isto, pudemos depreender dos depoimentos que a diferenciação salarial existente possibilitava aos homens escolher o mercado de atuação. Essa possibilidade não existia para as mulheres que, pela inexperiência e desconhecimento do ramo da construção e até mesmo do trabalho para empresas, se sujeitavam ao que lhes era proposto e não se sentiam seguras para procurar melhores condições de trabalho e salários, nesse mercado específico. Para essas mulheres oriundas do mercado informal que trabalhavam como diaristas ou como empregadas domésticas, entre outros, sem maiores garantias trabalhistas, a construção pesada era uma oportunidade de trabalho que parecia muito mais vantajosa e promissora.

Além dessa diferenciação salarial entre a construção civil e a construção pesada, apresentada pelas trabalhadoras, ao pesquisarmos o valor dos salários pagos aos trabalhadores da construção, cujos dados se encontram na tabela a seguir, verificamos que Belo Horizonte é uma das capitais analisadas com os mais baixos salários pagos pelo setor.

⁵⁰ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Clara, armadora de ferragens, 31 anos, pediu demissão.

Tabela 1 – Estimativa de rendimento (em R\$) dos trabalhadores das obras de construção - 2008 e 2009

REGIÕES METROPOLITANAS	2008		2009		Variação Relativa (%)	
	2º Semestre	1º Semestre	2º Semestre	2º Sem. 09/ 1º Sem. 09	2º Sem. 09/ 2º Sem. 08	
Belo Horizonte	856	856	739	-13,7	-13,7	
Distrito Federal	874	879	869	-1,1	-0,6	
Porto Alegre	962	945	1021	8,0	6,1	
Recife	474	516	470	-8,9	-0,8	
Salvador	712	696	653	-6,2	-8,3	
São Paulo	1.131	1.034	1.149	11,1	1,6	

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Como vimos, a capital mineira só ficou à frente das capitais da região Nordeste, quanto ao seu valor de salário, entre os segundo semestre de 2008 e o primeiro semestre de 2009 e ainda sofreu uma queda de 13,7% no segundo semestre de 2009, em comparação com os semestres anteriores. Mas se compararmos os salários semestralmente, verificaremos que houve congelamento de salário em Belo Horizonte. Se fizermos uma comparação regional, a diferença salarial entre a capital mineira e a capital paulista é de 24,8% a menos para os/as trabalhadores/as mineiros; e com relação ao Distrito Federal, cujo valor era o mais próximo dela no segundo semestre de 2008, já no segundo semestre de 2009 os/as trabalhadores/as da capital mineira enfrentaram uma defasagem em mais de 17% em relação aos/as trabalhadores/as da capital federal.

Por conseguinte, associando aos relatos das operárias relativos à diferenciação salarial e os dados apresentados acima, podemos dizer que é interessante observar que os trabalhadores da construção pesada em Belo Horizonte são duas vezes mal remunerados: trabalham em uma cidade com um dos piores salários pagos aos trabalhadores da área da construção civil e em um de seus segmentos – a construção pesada – no qual o salário é ainda menor.

Em contraposição a esses dados, que demonstram o declínio do valor salarial na capital mineira, um fenômeno social se configurou, à época: um chamamento às mulheres trabalhadoras para ocuparem um novo nicho no mercado de trabalho, como operárias da construção pesada. De acordo com os indicadores de distribuição da população feminina, publicados no Suplemento Mulher, do IBGE, entre os anos de 2003 e 2008, houve divergência na distribuição de mão de obra feminina por grupos de atividades em Belo Horizonte, em comparação com os dados em nível nacional.⁵¹ A análise dos dados do mercado da construção mostra que em nível nacional houve uma queda de 40% no número de trabalhadoras e em esfera municipal um aumento de 50%.

Ressaltamos, então, que, exatamente no período compreendido entre os anos de 2008 e 2009, ocorreu aumento significativo no número de mulheres trabalhando como operárias no Vila Viva. Foi nessa época em que nos deparamos com dezenas de operárias nos canteiros das obras. E, nas análises dos dados apresentados acima, percebemos, nesse período, aumento na inserção da mulher no mercado de trabalho da construção em Belo Horizonte e desvalorização da mão de obra nele inserida.

E ainda, de acordo com pesquisa feita pelo Ministério do Trabalho, a pedido do jornal Folha de São Paulo, entre os anos de 2007 e 2010, houve crescimento de 74% no número de mulheres trabalhando na construção⁵². Esse percentual representa quase duzentas mil mulheres nesse mercado, o que é um número pequeno se comparado aos quase dois milhões e meio de funcionários do setor, mas bastante significativo se levamos em consideração o território ocupado, os canteiros de obras.

Aliás, retornando à diferenciação salarial, em diálogo com diversos autores, quando tratamos, no capítulo sobre a mulher e o mundo do trabalho, do conceito de trabalho e sua concepção pelo mundo, em diferentes épocas e sociedades, já havíamos compreendido que, para os donos do capital, a mão de obra era um dos recursos que utilizavam e, como tal, deveria ser escolhida de maneira a gerar mais lucro. A produção não podia/pode parar, daí a necessidade de mão de obra em quantidade suficiente. Caso contrário, é preciso buscar alternativas. Assim, no local pesquisado, a alternativa foi o uso da mão de obra das mulheres. Aliás, a mulher torna-se a alternativa ideal diante da escassez da mão de obra masculina, principalmente pela maior sujeição a piores salários e condições de trabalho. Magda Chamon

⁵¹ Os dados completos com os gráficos e as análises podem ser encontrados no apêndice B, desta dissertação.

⁵² Reportagem: Aumenta presença de mulheres na construção. Publicada no Jornal Folha de São Paulo do dia 27/03/2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me2703201112.htm>> Acesso em: 03/04/2011.

corroborar nosso entendimento quanto à inserção das mulheres no mundo do trabalho, como registra neste trecho:

A força de trabalho das mulheres das classes menos privilegiadas economicamente passou a ser necessária aos interesses do capital. A produção e o lucro passaram a ser os indicadores mais fortes das relações de poder entre opressores e oprimidos. Isso demonstrou que não só o processo de atração da mulher para os espaços públicos bem como o processo de rejeição dela desses espaços e do trabalho assalariado eram, de fato, regulados pelas necessidades imperantes de um determinado contexto histórico em função dos interesses e necessidades do processo produtivo. (CHAMON, 2005, p. 60).

Sem nenhuma pretensão de fazer previsão sobre o futuro das mulheres operárias no mercado de trabalho da construção pesada, percebemos claramente através dos dados analisados e estudos relativos ao tema desta pesquisa que os donos do capital continuam utilizando a força de trabalho da mulher de modo inconstante, excluindo-a ou incluindo-a, em determinados mercados quando dela necessitam. Se a entrada da mulher no mercado da construção foi um imperativo frente às necessidades do mercado, para o capitalista constituiu a ampliação de opções por mão de obra. Para isso, não precisou diminuir sua margem de lucro, bem ao contrário, pode aumentá-la.

Nessas circunstâncias, podemos dizer que a mulher contribui com o capitalista, sem opção de escolha, ao permitir novas formas de regular o mercado de mão de obra. Se há grande demanda por mão de obra, como mostramos neste estudo, resta ao capitalista oferecer melhor remuneração e, assim, captar trabalhadores para executarem seus serviços ou então buscar alternativa. Nesse caso, a inserção do trabalho feminino para a construção pesada propiciou aos proprietários dos meios de produção nova possibilidade de garantir seus lucros. Quanto às mulheres, prejudicam-se ao colocarem-se a serviço dos interesses econômicos e políticos da sociedade. Paralelamente, para atender aos interesses dos donos do capital, o discurso consolidado, corroborado e revigorado de tempos em tempos não apenas sofre mudanças, como também se altera completamente. A propósito, Magda Chamon, em sua pesquisa histórica sobre a feminização do magistério, assim se expressa:

Os interesses econômicos sobrepunham-se aos interesses da ideologia patriarcal, negando o discurso 'naturalista' dos pensadores clássicos que insistiam nas diferenças 'naturais' entre os sexos para justificar a exclusão da mulher do espaço público. [...] O modo de produção capitalista atingira em cheio a força de trabalho feminina, manipulando-a e legitimando a exploração do trabalho da mulher quando dele precisou. (2005, pp. 60-62).

Em suma, podemos afirmar que as mulheres são levadas a ocupar postos de trabalho, até então ocupados por homens, para atender ao capital, mesmo que para isso precisem

desmistificar o discurso proposto e legitimado da inferioridade física feminina. A oscilação entre exclusão e inclusão da mulher no mundo do trabalho é determinada, prioritariamente, pelo interesse econômico.

5.4 Mão de obra feminina: vantagens e desvantagens ao empregador

O horário de trabalho das operárias, segundo informações das participantes desta pesquisa, era de sete às dezessete horas de segunda à quinta-feira; de sete às dezesseis horas às sextas-feiras; e caso trabalhassem aos sábados, era de sete às quinze horas, como hora extra. Todos os dias havia um intervalo diário de uma hora para o almoço. Sendo assim, cumpriam uma jornada de quarenta e quatro horas semanais de trabalho a qual acrescentavam mais sete horas extras aos sábados e por elas recebiam o valor da hora trabalhada, com um acréscimo de sessenta por cento.

No caso da nossa pesquisa, todas trabalhavam aos sábados para receber as horas extras; sendo que, uma delas trabalhava em sábados alternados, em suas palavras, *para descansar*. As demais trabalhavam todos os sábados do mês. Como descreveu uma das carpinteiras, que trabalhava todos os sábados do mês, os proventos das horas extras serviam apenas para cobrir o que lhe era descontado no contracheque.

O salário de carpintaria estava... R\$694,00. Hoje, aqui na firma, é R\$694,00. Aí você faz hora extra, à hora extra é sessenta por cento, aí você faz a hora extra, aí vêm os descontos, então não dá para tirar muita coisa. [...] Dá pra tirar setecentos, setecentos e pouco. [...] De desconto que eles descontam meu é... R\$116,00, cento e pouco. [...] o INSS, aí vem as coisinhas é... R\$1,20 de lanche, contribuição confederativa... aí vêm essas coisinhas assim. [...] É o lanche de todo dia, desconta R\$1,20 por mês. Eles dão um pão com café, de manhã. [...] Desde quando eu entrei, eu sempre trabalhei aos sábados, eu sempre fui fazer minha hora extra pra mim tirar um dinheirinho. (informação verbal)⁵³

Como mostra o depoimento acima, as operárias faziam hora extra para receber, ao final do mês, o salário registrado em suas carteiras de trabalho, uma vez que as horas extras trabalhadas apenas cobriam os descontos obrigatórios.

Quanto ao tempo de serviço das entrevistadas no Vila Viva, apenas duas trabalharam menos de um ano nas obras: uma servente de pedreiro, que trabalhou sete meses e foi

⁵³ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Eduarda, carpinteira, 33 anos, continua trabalhando.

demitida; uma carpinteira, que trabalhou onze meses e pediu demissão. As demais trabalhavam ou trabalharam ali de um a dois anos e nove meses. Nesse período de trabalho, apenas uma engravidou durante o tempo em que estava trabalhando, mas perdeu o bebê ainda no primeiro mês, por problemas de saúde. A propósito, vale lembrar, aqui, perguntas da entrevista admissional: *Perguntou sobre filhos, se no caso tinha alguém pra poder tomar conta pra gente, se a gente previne pra não engravidar...*⁵⁴ Como vimos, era grande a preocupação dos contratantes com relação às operárias já serem mães e desejarem novamente engravidar. Trata-se de situações que não podem nem devem ser entendidas como comuns em mercados de trabalho como o da construção pesada, ou mais especificamente ainda, em se tratando da contratação de mulheres como serventes de pedreiro. Na verdade, perguntas como essas confirmam claramente a preocupação dos contratantes com o custo da maternidade. Baseando-se nesse custo, os empresários dão preferência à contratação masculina e, ao contratarem mulheres, os salários serão menores. De acordo com essa perspectiva, custa caro ao patrão a gravidez da funcionária. Como explica Laís Abramo,

... a imagem dominante entre os empresários, assim como em parte importante da literatura sobre o mercado de trabalho, é que as mulheres seriam *mais caras* do que os homens, ou seja, seus custos de contratação e manutenção no emprego seriam mais elevados do que os custos correspondentes à mão de obra masculina e que esse seria um fator relevante para explicar as diferenças de remuneração que continuam existindo entre homens e mulheres, apesar do aumento consistente dos seus níveis de escolaridade.

Dentro dessa linha de argumentação, os custos mais elevados teriam sua origem na existência de normas de proteção contempladas pela legislação trabalhista, referente principalmente à maternidade e ao cuidado infantil (licença maternidade, horário especial durante o período de amamentação, proteção contra a demissão, disponibilidade de creches e licenças para o cuidado de filhos doentes). (ABRAMO, 2007, p.128). (grifo da autora)

Esses custos são apresentados pelos empresários como *custos indiretos* de contratação da mulher. Em uma pesquisa feita no Chile, sobre os custos e remunerações da Mão de obra, ficou comprovado que essa argumentação tem por base a discriminação de gênero que permanece incutida, também nas relações de trabalho. Sobre essas análises Todaro, citada por Abramo, argumenta:

ao contrário do afirmado pelo discurso acadêmico e empresarial dominante, assim como por uma imagem de gênero que tem forte persistência, **o custo total de contratação de uma mulher é, em média, 31,6% inferior ao custo total de contratação de um homem.** Isso é resultado não apenas da persistência de uma

⁵⁴ Questões já apresentadas na página 70 desta pesquisa, abaixo do subtítulo 5.1 Construção pesada e mulheres trabalhadoras: mudanças e permanências no mercado de trabalho capitalista.

significativa desigualdade nas remunerações, que faz com que em média o custo salarial das mulheres seja 31,1% inferior ao dos homens por mês e 27% por hora trabalhada. Mas, também, do fato de que os seus custos não salariais são 29% inferiores. (TODARO apud ABRAMO, 2007, p. 173-174, grifos da autora). (grifos da autora)

Essa diferenciação salarial entre homens e mulheres já nos persegue desde o início da industrialização quando a mulher foi chamada às fábricas por ser uma força de trabalho mais barata que os homens. Cláudia Fonseca, em seu artigo *Ser mulher, mãe e pobre, é incisiva* quanto a essa diferenciação salarial da mulher, que já acontecia no início do século XX.

Não devemos nutrir ilusões quanto à situação da mulher trabalhadora. Em geral, mal ganhava o mínimo necessário para seu próprio sustento, muito menos para manter seus filhos. Os empregadores preferiam mulheres e crianças justamente porque essa mão de obra custava em média 30% menos. (FONSECA, 2007, p. 518)

Como evidenciado, a diferença existente entre os salários pagos à mão de obra, masculina e feminina, não se alterou. Por seguinte, perguntamos: como se daria essa diferenciação salarial em uma empresa que pratica salários iguais, acordados em convenções coletivas, para pessoas que trabalham no mesmo serviço, como é o caso do Consórcio Camargo Correa/Santa Bárbara? Como a remuneração da mulher poderia ser mais baixa que a dos homens? Uma das respostas possíveis a essas perguntas seria a diferenciação em termos de qualificação, seja ela escolar, seja ela no trabalho.

Com referência à escolaridade das operárias em questão, verificamos que em um mercado de trabalho, como o da construção, historicamente conhecido por empregar pessoas com pouco ou nenhum nível de escolaridade, as contratadas como serventes de pedreiro haviam concluído a quarta série do primeiro grau e as carpinteiras e armadora de ferragens possuíam o primeiro grau completo. Quanto à escolaridade dos carpinteiros homens, com quem trabalhava, a carpinteira Maria Eduarda teceu o seguinte comentário:

Não, não tinha a mesma escolaridade. Tinha uns que nem sabia ler, mas não era diferente disso, era igual, o salário era igual. (informação verbal)⁵⁵

Chamou-nos a atenção a fala de uma servente de pedreiro sobre a baixa remuneração da mulher. Ela partiu do pressuposto de que a qualificação para o trabalho, aquela que a pessoa adquire por aprender bem o seu ofício, isto é, na prática, é que deveria definir o salário. No entanto, ela passou a trabalhar como operadora de betoneira, mas continuou recebendo como servente de pedreiro. Tal fato ela ilustra neste trecho:

⁵⁵ Informação fornecida pela entrevistada Maria Eduarda, Carpinteira, 33 anos, continua trabalhando.

O salário é o que você recebe como servente aí, e não adianta você falar assim: - Eu recebo como operadora, porque você não recebe. Você só tem a classificação por ter. Porque para você falar assim, eu sou operadora e ganho o valor que, o certo do valor do operador, então, você não ganha, Você ganha como servente, quinhentos e pouco, e é isso que você ganha aí, entendeu!? [...] o valor que você ganha é de servente, não de operador que realmente é o valor que operador recebe. Eu não recebi nada mais, nem nada menos do que, o que eu ganhava de servente. (informação verbal)⁵⁶

Em seguida, questionada sobre as mudanças reais no trabalho, já que ela havia mudado de função, ela assim as descreve:

Oh, lá eu mexia nos prédios e aí no entanto eu fui mexer com massa. Aí eu já fui fazer massa. Aí eu fazia concreto, fazia massa, todo o tipo de massa que você pensar eu sei fazer. Que eu aprendi aí. Então é isso. A única coisa que mudou, foi isso. É de uma coisa pra outra. Porque aí você vai mexendo as betoneiras, vai aprendendo mexer com elas, entendeu. Que não é fácil. É muito perigoso. Você tem de ter a mente muito aberta pra você poder mexer nela. Porque qualquer coisa se der um acidente, você pode até ficar faltando um pedaço de você, entendeu? (informação verbal)

Esses relatos evidenciam que a qualificação e a especialização nem sempre são garantias de que o salário da mulher será aumentado. Aumentam-lhe as responsabilidades e as obrigações, mas não os salários por elas recebido. Dessa maneira, podemos inferir que, ainda hoje, precariedade e feminização caminham lado a lado no mundo do trabalho.

5.5 Trabalhadora de *meia colher*

O mercado de trabalho das obras de construção pesada foi mais um que se abriu às mulheres. Ele tem seguido uma tendência real, como muitos estudos confirmam, de maior participação das mulheres no mundo do trabalho. Essa tendência se mantém com o número cada vez maior de mulheres em busca de emprego. Sobre essa tendência Laís Abramo afirma, em sua pesquisa sobre a mulher trabalhadora na América Latina, que, especificamente em se tratando das mulheres pertencentes às camadas mais pobres da sociedade,

[...] começa-se a observar um aumento ainda mais acentuado nos índices de participação [no mercado de trabalho] das mulheres mais pobres, que são também as que têm níveis mais baixos de escolaridade, mais dificuldades para conciliar as

⁵⁶ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Fernanda, servente de pedreiro, 39 anos, foi demitida.

responsabilidades domésticas (em especial o cuidado com os filhos) e menos condições de definir uma carreira profissional, etc. (ABRAMO, 2008, p. 38).

Ressaltamos, porém, que o aumento na participação da mulher no mundo do trabalho não é precedido por um planejamento para além da inserção. Desse modo, não há, ainda, exigência de qualificação para que a trabalhadora permaneça no serviço e possua possibilidades reais de ascensão. Podemos dizer que a participação das mulheres não vem ocorrendo de forma sustentada. Percebemos, portanto, que elas são contratadas para cobrir lacunas por falta de mão de obra masculina.

Nessa direção, apesar da presença de dezenas de mulheres trabalhado nas obras do Vila Viva, o número daquelas que trabalhavam em funções especializadas como carpinteira e armadora de ferragens, não chegava a dez, mas nenhuma operava na função de pedreiro/a, as demais eram serventes de pedreiros. Fato esse que pode ser confirmado por meio da fala da servente Maria Vitória:

Na obra, onde eu trabalhei, não tinha nenhuma pedreira. [...] Pedreira não. [...] Só servente. [...] Todos os pedreiros, na área que eu tava, eram homens. (informação verbal)⁵⁷

No transcorrer da entrevista, essa mesma operária explicou a razão de as mulheres ingressarem nas obras como serventes de pedreiros:

Porque as outras coisas que tem pra fazer exige experiência. [...] De servente não precisa experiência, precisa só do treinamento sabe, você saber como trabalhar sem machucar, evitar acidente, coisa da segurança. Então, é... só precisou disso. (informação verbal)

Além de não precisar de experiência, o trabalho como servente de pedreiro também não exigia qualificação, pois, todas as mulheres que exerceram essa função, quando questionadas a respeito, responderam que não haviam feito nenhum treinamento específico para esse trabalho. Mesmo nunca havendo trabalhado como serventes de pedreiro, não era necessário treinamento. Fizeram apenas um treinamento sobre utilização dos equipamentos de segurança e prevenção de acidentes.

A conscientização das mulheres serventes de pedreiro quanto a não qualificação de sua função ficou evidente quando elas nos esclareceram que a inscrição para essa função, não foi por opção e sim por não ter escolha. As demais funções exigiam comprovação escolar de, no

⁵⁷ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Vitória, servente de pedreiro, 44 anos, foi demitida.

mínimo, sexta série, condição para participação no curso de qualificação. Do mesmo modo, as carpinteiras e a armadora de ferragens tinham consciência de que só conseguiram fazer o curso de qualificação oferecido pela empresa e exercer essas funções porque estudaram um pouco mais que as serventes de pedreiro.

Sobre a inserção da mulher em ocupações sem especialização para as quais a única exigência, segundo o discurso oficial, é apenas força física, Maria Amália Cunha, em seu artigo sobre desemprego, exclusão e trabalho feminino no setor informal, afirma que “ao falar em precariedade, a dimensão de gênero emerge como uma variante fundamental na medida em que as mulheres, tradicionalmente, têm sido alocadas em setores ocupacionais que não exigem qualificação e que reiteram antigas formas repetitivas de trabalho” (CUNHA, 1999, p.126) Percebemos assim que há um imbricamento entre trabalho feminino e precariedade, ambos estão ligados de tal maneira que é como se um fizesse parte do outro.

As mulheres não podiam entrar nos canteiros de obras na função de pedreiras porque não tinham experiência, então, depois de algum tempo de serviço, poderiam assim ser classificadas, já que essa é uma prática comum nas empresas de construção. Contudo, a servente de pedreiro Maria Luíza esclareceu que não era bem assim, pois, após um ano de trabalho como servente de pedreiro, não conseguiu classificar-se como pedreira. À época da realização da pesquisa, estava quase dois anos trabalhando nessa função, sem perspectiva de classificação:

Falavam pra mim que eu ia ter que fazer um curso de especificação, porque só eu vendo ali, o que eu aprendesse ali pra mim trabalhar é... Se eu for levantar uma alvenaria só com o que eu aprendi vendo, eu não tenho condição de fazer. Não posso me classificar pedreira se eu não tenho nenhuma especificação praquilo. Eu só sei o que eu aprendi vendo. (informação verbal)⁵⁸

Quando perguntamos à mesma operária, se essa era uma exigência comum a todos que eram pedreiros, se os demais pedreiros tinham esse curso, ela discordou:

Com certeza não. A maioria não tinha, a maioria... Tinha uns assim que se fosse pra eu levantar parede e colocasse eu levantando de um lado e ele levantando de outro, a minha ficava melhor porque, assim, não sabia nada, tava lá como pedreiro, ninguém sabe por que tava lá como pedreiro, mas não sabia trabalhar de pedreiro. (informação verbal)

Além da sujeição ao trabalho menos qualificado as mulheres serventes de pedreiro deveriam aceitar que nessa função permaneceriam enquanto ali estivessem trabalhando.

⁵⁸ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Luíza, servente de pedreiro, 33 anos, continua trabalhando.

Mesmo que elas possuíssem maior escolaridade que os trabalhadores homens, e adquirissem, com o tempo e o trabalho, a experiência e a qualificação técnica cobrada da maioria dos profissionais da área para que fossem *classificados*, elas precisariam muito mais para se classificar, se é que isso ser-lhes-ia permitido em algum momento. A esse respeito, Helena Hirata assim se manifesta:

Os homens e as mulheres são separados por setor de atividade (indústria, serviços etc), pela qualificação e pelo tipo de trabalho efetuado. Mesmo se as mulheres e os homens exercem a mesma atividade, como trabalhadores não-qualificados na indústria, muito raramente têm o mesmo tipo de tarefas e não são facilmente intercambiáveis. (HIRATA, 2002, p.176)

Em sua pesquisa feita com trabalhadores e trabalhadoras das indústrias norte-americanas, Madeleine Guilbert, citada por Heleieth Saffioti, apresenta importantes análises e considerações a respeito dessa diferenciação qualitativa entre o sexo feminino e o masculino no mundo do trabalho:

A pesquisa de Madeleine Guilbert revela não apenas que as mulheres são colocadas em funções menos prestigiosas na indústria, desenvolvendo os trabalhos mais repetitivos e fragmentários, mas também que, mesmo quando o nível profissional do trabalho do homem e da mulher é o mesmo, esta recebe menor remuneração e é hierarquizada abaixo daquele. A valorização da força física do homem serve de justificativa à hierarquização dos sexos. Todavia, esta justificativa se torna extremamente vulnerável quando o homem desempenha funções que não requerem força muscular ou quando um trabalhador norte-americano, empregando força física no trabalho é posto mais ou menos nas mesmas condições que a mulher. (SAFFIOTI, 1976, p. 47)

Com efeito, as mulheres se querem entrar para determinados mercados, elas podem até fazê-lo, mas, a permanência neles não depende só delas, só do seu querer e da sua qualificação, depende de uma série de outros fatores, inclusive do que seus contratantes esperam delas como profissionais. Uma coisa é a mulher servente de pedreiro que, como o próprio nome já diz, continua servindo, o outro; outra é a mulher ser pedreira, ser qualificada, ser servida, realizar uma tarefa mais valorizada. Tânia Fonseca, em sua pesquisa, reforça esse entendimento:

Quando se sabe que, para além de dividir, trata-se também de uma operação que hierarquiza os trabalhos e os/as trabalhadores/as em termos de carreira, remuneração e prestígio, vê-se, sem dúvida, que a estrutura e a organização do trabalho industrial se encontra impregnada de sentidos políticos que, nesse caso, apontam para a desvalorização/inferiorização das mulheres. (FONSECA, 2000, p. 45)

Não só a organização do trabalho industrial, mas também a maioria dos trabalhos, quiçá todos, estão impregnados dessa desvalorização/inferiorização das mulheres e zelam para a manutenção e continuidade desse *status quo*. Bourdieu analisa a divisão do trabalho entre os sexos na sociedade cabila, na qual, às mulheres estavam reservados os trabalhos domésticos, monótonos, mais penosos e humildes. Aos homens caberiam os trabalhos exteriores a casa, os perigosos e espetaculares. Assim, enquanto os homens derrubam, as mulheres catam; “são elas que, inclinadas para o chão, recolhem as azeitonas ou os gravetos, enquanto que os homens, armados da vara ou do machado, cortam e fazem cair.” (BOURDIEU, 1995, p. 141)

Assim como as mulheres cabilas, às mulheres serventes de pedreiro, além da realização dos serviços pesados e sujos, cabia servir aos pedreiros homens fornecendo-lhes os materiais que necessitassem para erguer as estruturas, ficando abaixo deles nas posições de trabalho e hierárquicas. Como nos lembra Helena Hirata, “As formas da divisão sexual do trabalho podem mudar. A divisão sexual do trabalho permanece.” (HIRATA, 2002, p. 217)

Em última análise, na hierarquia social, as mulheres são consideradas menos capazes e menos qualificadas para a realização de trabalhos extradomésticos. Ocupam postos de trabalho com pouca ou nenhuma qualificação técnica que, simultaneamente, lhes oferecem pouca ou nenhuma perspectiva de desenvolvimento social e profissional. Essas características de trabalhos *menores* desvalorizam a força de trabalho daquelas que os realizam, tanto pelas condições e tipos de trabalho a serem realizados, quanto pelo salário auferido.

5.6 Conflitos de gênero em um *canteiro minado*

O ingresso das mulheres no mercado de trabalho da construção não foi tão tranquilo. Para lidar com esse novo trabalho, elas precisaram afirmar-se como mulher e como profissional, se quisessem reconhecimento e respeito, por parte dos operários homens. Precisaram lidar com a descrença dos homens que não as consideravam capazes para executar as funções que lhes eram atribuídas, como relatam essas operárias:

Ele (o encarregado) achou que nós não íamos aguentar. Ele achou que nós íamos ficar só um mês, uma semana, entendeu? Nós cansamos de escutar: - Essas meninas não vão aguentar não, essas meninas vão ficar uma semana, semana que vem elas tá

pedindo pra sair. Nós escutávamos os meninos comentar lá dentro da obra. (informação verbal)⁵⁹

Cheguei, ele [o encarregado] perguntou assim: - Você tá disposta a trabalhar mesmo? Você tem certeza? Porque aqui ninguém dá moleza pra ninguém não. Eu falei assim: - Se eu fui lá pra fazer inscrição, se eu fiquei e me mandaram pra cá é porque eu quero trabalhar! (informação verbal)⁶⁰

Mas a descrença de seus superiores e colegas não se limitava apenas a críticas, submetendo-as a testes físicos, notadamente seus encarregados: queriam ter certeza de que dariam mesmo conta do trabalho. Apresentamos abaixo, alguns testes aplicados às operárias para verificar se estavam aptas ao trabalho.

Punha nós [ela e a outra carpinteira recém contratada] pra carregar aquelas placonas, [...] pra baixo e pra cima com aquelas placonas. Nossa minha filha, eles pegaram pesado com nós mesmo nessa obra! [...]É umas placa, como é que eu explico... umas placa pra por concreto, entendeu? Umas placa que tinha vermelha aqui. Tinha as placa de fôrma, que eu mais a Eliana tinha que carregar pra baixo e pra cima. [...] As placas pesavam cada uma setenta, oitenta quilos. [...] Era função do servente, mas eles colocavam nós. Como eu mais [a outra carpinteira] era novata, [...] aí eles colocavam nós pra carregar placa. (informação verbal)⁶¹

Me colocou pra trabalhar atrás de um prédio assim com quase no teto de terra, disse que eu tinha o prazo de quinze dias pra limpar lá, esse era o tempo de experiência que eu tinha com ele, que pra trabalhar com ele tinha que trabalhar mesmo. Colocou eu e mais uma, eu e uma outra moça, pra limpar atrás do prédio, serviço que dois homens tinha pegado e pediu pra sair porque não aguentou, com dez dias eu e ela deixou limpinho, entregou pra ele limpo e ele falou: - Bom, não vou mandar pra outra turma [...] o prazo era quinze dias, já que limpou com dez então vai ficar! (informação verbal)⁶²

Essas operárias, ao realizarem essas tarefas que lhes foram designadas, mostraram-se aptas ao trabalho como operárias na construção pesada, mas, principalmente deram continuidade ao processo de desconstrução da imagem da mulher que não possui capacidade física ou habilidade para determinadas atividades. Como destaca Laís Abramo eram essas atividades, segundo a visão patriarcal de nossa sociedade, “inconvenientes para mulheres, já que reúnem atividades que requerem mais esforço físico e ‘sacrifício’, [...] são sujos e com algum grau de periculosidade.” (ABRAMO, 2007, p. 92) (grifos da autora)

Contudo, após passarem pelos sacrifícios e perigos dos testes de resistência e pela contratação e aceitação compulsória do superior direto, nesse caso o encarregado, as mulheres ainda tinham que lidar com os seus pares. Porém, ainda estava por vir, talvez, o teste mais

⁵⁹ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Laura, carpinteira, 23 anos, pediu demissão.

⁶⁰ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Luíza, servente de pedreiro, 33 anos, continua trabalhando.

⁶¹ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Luíza, servente de pedreiro, 33 anos, continua trabalhando.

⁶² Informações fornecidas pela entrevistada Maria Laura, carpinteira, 23 anos, pediu demissão.

difícil, que era diário e constante: conviver com seus pares. Esse teste não era realizado de forma esporádica, no início da manhã, no meio do dia ou ao final da tarde. Elas conviviam e trabalhavam com eles durante todo o período em que estavam nas obras e com eles precisaram trabalhar muito e até melhor, para desconstruir antigos preconceitos, derrubar sólidas barreiras e serem reconhecidas e respeitadas como mulher e como profissional. Mas esse é um processo lento e nem sempre eficaz, como elas mesmas descrevem:

No início não foi muito bom não. [...] - Mulher trabalhar em obra? - Mulher não sabe de nada não! - Mulher tem que ficar em casa, lavando roupa, lavando vasilha! Esses era os comentários. Mas aí depois que eles viram que a gente sabia, que a gente não tinha corpo mole, que a gente trabalhava bem, aí eles pegaram e mudaram totalmente com a gente. (informação verbal) ⁶³

Assim... não aceitava a minha opinião. A gente tem que trabalhar em grupo. Então você chegava assim... tava quebrando-cabeça pra montar, cada um dava a sua idéia pra ver qual que era a melhor, só que eles não aceitavam, podia dar a idéia que fosse, podia ser a melhor que eles não aceitavam a minha, tinha que ser a deles, ou então fingia que não tava nem escutando eu falar. [...] É, no início foi muito difícil porque eles não aceitavam mesmo! Eles falavam que nunca tinha visto carpinteira em obra. [...] Então eles achava que eu não sabia nada e que jamais eu ia saber alguma coisa. Não aceitavam de jeito nenhum. Mas aí, no decorrer do tempo eles foram aceitando, graças a Deus eu nunca arrumei inimidade e... foi indo deu certo, deu muito certo. [...] eles não aceitavam. Às vezes a gente montava os pilar e os contraforte, aí se eu dava idéia, dava uma dica, era confusão na certa. Muitos já virou pra mim e falou: - Lugar de mulher é esquentando barriga no fogão e esfriando no tanque. Direto, eu escuto isso até hoje. [...] - Lugar de mulher não é em obra não, mulher minha não trabalha em obra, mulher minha não trabalha no meio de homem não. (informação verbal) ⁶⁴

Além dessas manifestações verbalizadas pelos outros operários quanto à representação da mulher e suas funções, as mulheres também sofriam com a não aceitação delas, por parte dos homens, caso ocupassem um cargo superior ao deles e, principalmente, se ganhassem mais do que eles, em um território de trabalho tradicionalmente demarcado como do *ethos* masculino. Sobre esse fato, uma das carpinteiras, ao relatar a recusa dos serventes homens em ajudá-la quando descobriram que ela possuía uma classificação especializada em carteira de trabalho e salário superior ao deles. Assim ela explicou:

Eles achavam injusto porque diz eles que nós já chegamos lá como oficial. Na verdade nós já entramos, eles já assinaram nossa carteira, [...] que o combinado foi quando nós entrasse, nós já ia entrar como oficial na carteira, mas pra eles lá (os serventes) ia ser como meio-oficial, depois de seis mês que nós podia falar que nós era oficial, entendeu. Aí nós entramos e pra eles nós era meio-oficial. Quando eles descobriram lá em cima, através dos nossos contracheque, que nos nossos contracheque nós pegava mais do que eles e que nós era oficial eles não quis ajudar

⁶³ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Clara, armadora de ferragens, 31 anos, pediu demissão.

⁶⁴ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Eduarda, carpinteira, 33 anos, continua trabalhando.

nós mais. [...] Eles achavam que tinham que ganhar o mesmo tanto que nós.
(informação verbal)⁶⁵

Percebemos, nesse depoimento, forte insubordinação e insatisfação por parte dos serventes, por ocuparem cargo com classificação e remuneração inferior ao das mulheres e, como se não bastasse, ainda ter que trabalhar para elas. Até podiam aceitar trabalhar com elas, lado a lado, como iguais, mesmo sabendo que o serviço delas era mais especializado, mas daí cumprir as obrigações de serventes ajudando *a oficial* – uma mulher - ali presente, em seu território, que ganhava mais que eles, era inadmissível.

Essa reação hostil à presença feminina nas obras traduziu-se em inúmeros conflitos, por parte de subordinados e por parte dos superiores. Os primeiros recusavam-se a ajudá-las em suas tarefas e não lhes forneciam os materiais dos quais necessitavam para a execução de determinado projeto; os segundos faziam com que elas realizassem atividades comuns aos serventes de pedreiro, desqualificando-as e não respeitando-as como profissionais.

Por outro lado, como relatou a carpinteira Maria Laura, a própria empresa criou mecanismos para escamotear os conflitos entre os grupos. Recomendaram às operárias classificadas e contratadas como oficiais que omitissem a real condição de sua contratação. Tal atitude corrobora o preconceito explícito existente: valorizar profissões masculinas em nome de tudo que o imaginário e as representações sociais construíram como, por exemplo, considerar a mulher menos qualificada, menos competente, menos capaz. Assim, elas sequer almejarão adentrar em territórios masculinos, principalmente naqueles considerados estritamente masculinos.

Explícitos, também estão na recomendação do empregador, os preconceitos de gênero e de classe dos quais as mulheres são vítimas. Assim, a empresa, ao ocultar os conflitos entre operárias e operários, nega às mulheres a divulgação de sua qualificação e oculta-lhes também o direito ao reconhecimento e ao respeito por parte dos seus pares; e os operários (homens) ao saberem de tal ardil, não mais as reconhecem como um deles, com direitos e deveres iguais aos deles. Sendo assim, as mulheres passam a *trabalhar em um território no qual não são bem-vindas*, a ocupar *funções que não são de sua alçada* e a pertencer a um grupo que não as reconhece, não as aceita e ainda as repudia. E, dentro desse mercado já segregado, as mulheres desta pesquisa sofreram dupla discriminação, profissional e de gênero, e eram vistas por seus superiores e por seus pares com desconfiança e desprezo.

⁶⁵ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Laura, carpinteira, 23 anos, pediu demissão.

Procurando, ainda, entender essas questões, perguntamos a essa carpinteira se era prática comum os serventes questionarem o fato de oficiais, ou funcionários especializados (homens), receberem salários superiores ao deles. De acordo com essa entrevistada, nada disso ocorria, eles nunca questionaram em se tratando de empregados homens, mas com as mulheres era diferente. Nesse sentido, nos chama a atenção o relato de Margareth Rago, sobre as trabalhadoras industriais do século XX. Ela demonstra que as práticas de coerção e discriminação das mulheres no mundo do trabalho foram preservadas, mesmo após tanto tempo:

As barreiras enfrentadas pelas mulheres para participar do mundo dos negócios eram sempre muito grandes, independente da classe social a que pertencessem. Da variação salarial a intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre de lutar contra inúmeros obstáculos para ingressarem em um campo definido – pelos homens – como “naturalmente masculino”. (RAGO, 2009, p. 581-582).

Essa luta contra todas as formas de discriminação e assédios físicos e morais praticados contra as operárias em seu ambiente de trabalho, por seus superiores e por seus pares, continua. Quando o campo de luta é um território masculino, como o da construção pesada, além das questões de gênero, são manifestas também as questões de condutas de dominação do gênero feminino, cristalizadas no imaginário masculino e materializadas pelo assédio sexual. Sobre essa forma de assédio, assim descreveu sua experiência, uma das operárias:

Teve um encarregado que cismou que eu tinha que ficar com ele, que eu tinha que sair com ele e eu não quis sabe e ele começou a me ameaçar... Eu tinha pouco tempo de firma, eu tava com uns seis meses, acho que seis meses de firma, eu não queria perder meu emprego... Ele começou a me ameaçar, ele via que eu, sabe...que eu tinha medo de perder o meu emprego, [...] Ele começou a me ameaçar, falar que ia me mandar embora. [...] Depois ele pegou e me isolou da turma. Chamava a turma, passava o serviço pra todo mundo e eu ficava de fora. [...] Aí eu pedi: - Pelo amor de Deus, eu quero que vocês me transfere. Mesmo me transferindo, ele ia do outro lado, lá onde eu tava. Ele passava por lá pra pegar ônibus e depois começou a conversar fiado. [...] Olha o que eu já passei vou falar com você, foram dois anos e nove meses que eu tô nessa firma, mas foi de luta também. (informação verbal).⁶⁶

Como vimos nesse relato, quando frustrado em suas investidas de sedução sexual contra a operária Maria Eduarda, é da superioridade hierárquica do cargo que o encarregado faz uso para assediá-la. Como ela recusou-se a *sair com ele*, então foi desprezada, passou a ser

⁶⁶ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Eduarda, carpinteira, 33 anos, continua trabalhando.

deixada de lado, não mais sendo reconhecida como profissional. Não servia para nada, nem como mulher nem como profissional.

Vale lembrar que, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) o assédio sexual pode ser definido como insinuações, contatos físicos forçados, convites impertinentes, desde que apresentem características como: ser uma condição clara para dar ou manter o emprego; influir nas promoções na carreira do assediado; prejudicar o rendimento profissional; humilhar, insultar ou intimidar a vítima. Nesse sentido, a legislação brasileira, a partir de 2001, tipifica essa forma de assédio, qualificando-o como crime e cuja penalidade é a detenção⁶⁷.

Voltando à atitude do encarregado, a nosso ver, é uma transferência para o mundo do trabalho, da cultura patriarcal que atribui maior valor e poder aos homens e estabelece como devem ser as relações de gênero. Para aqueles que compartilham dessa visão, há uma duplicidade na orientação sexual de mulheres e homens: às primeiras, a contenção, a preservação, a castidade; já aos segundos a variedade sexual, a experimentação, a luxúria. A desconstrução dessa visão, e mais profundamente desse imaginário no mundo do trabalho, depende da desconstrução dessa imagem em toda a sociedade. Bourdieu (1995) afirma que a superação dessa visão dominadora e dominante só é possível por meio da intervenção no *habitus*⁶⁸. Não há mudança de parte, para ser verdadeira e eficaz, ela precisa ocorrer no todo.

A análise dessas formas de discriminação e assédio que as operárias do Vila Viva sofreram ao entrarem para a construção pesada, nos conduz ao treinamento pelo qual as mulheres passaram para tornarem-se trabalhadoras da empresa. Como já dito anteriormente, esse treinamento consistia, muito mais, em explicações sobre a vestimenta e normas de comportamento condizentes às mulheres em um ambiente masculinizado do que em maneiras corretas de trabalho. A esse respeito as operárias recordam:

Aí você vai no treinamento, eles te fala tudo que você vai ter que usar, as coisas que você não pode deixar de não usar na firma, que é o capacete, luva, uniforme e esse negócio de ouvido. Como é que chama? Nem sei mais como que chama, sei lá, esses trem. Óculos, Que você pode trabalhar e cair alguma coisa no seu olho, um pedaço de concreto alguma coisa,? Essas coisas... Só isso a gente tem um treinamento, tem tudo.[...] *Falaram que você não pode misturar com eles, porque é homem e mulher trabalhando, você não pode namorar, você não pode ter um relacionamento lá dentro.* (informação verbal)⁶⁹ (grifos nossos)

⁶⁷ Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001, art. 216-A: Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função. Pena - detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos.

⁶⁸ Conceito trabalhado na página 26 dessa dissertação.

⁶⁹ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Fernanda, servente de pedreiro, 39 anos, foi demitida.

Ensina como usar o cinto de segurança, luvas, protetor de ouvido, óculos... Os equipamentos de segurança. A bota tem que ser adequada, por causa de prego [...] *Mesmo porque no treinamento, foi falado que tinha que ser assim.[os homens não poderiam brincar com as mulheres como brincavam entre si. Porque na obra tinha mulher e não podia haver falta de respeito.* (informação verbal)⁷⁰ (grifos nossos)

Eles já pedem mesmo pra gente *evitar certos decotes, trabalhar com a camisa fechada, evitar conversinha fiada entre pião*, porque pião é pião, aqui e em qualquer lugar do mundo, aí eles fala: - *Vocês querem enfiar no meio, tudo bem, a gente deixa, mas tem que ir o mais precavida possível e se fazer respeitar porque se der brechinha pra eles, ah eles empolgam e aí já viu.[...]* Eles levam a gente, quase, tipo uma reunião com os pessoal que ta fichando, os novatos, e fala o que você tem que usar, tipo de roupa de proteção, você tem que usar luva, capacete, tudo que é EPI [Equipamento de Proteção Individual] você tem que usar, que é obrigatório ser usado. *Como é pra evitar ir vestida pra obra, pra não dar papo pra ninguém ficar conversando fiado.* [...] O treinamento deles mais é isso, o que você tem que usar; altura, em que lugar você pode subir, de onde você pode descer sem estar amarrada, sem estar com o cinto; às vezes você ta mexendo numa janela, cuidado com o que você vai jogar pra baixo, se não tem ninguém passando; esse tipo de coisa. (informação verbal)⁷¹ (grifos nossos)

Esses comentários nos suscitam algumas considerações acerca do treinamento, a saber: as três operárias supracitadas foram contratadas como serventes de pedreiros, mas não fizeram nenhum curso sobre a nova função que assumiriam; o treinamento resumia-se a explicações sobre o uso dos equipamentos de segurança no trabalho e orientação sobre formas de se vestir e comportar junto aos trabalhadores homens. Lembramos que a orientação inicial da empresa para com as mulheres, além da segurança no trabalho, é coerente com as representações sociais de comportamento desejado e esperado das mulheres operárias, em um espaço masculino e masculinizado. Pelas diversas manifestações de assédio e discriminação sofridos pelas mulheres enquanto trabalhavam, consideramos ter sido infrutífera e inadequada a tentativa da empresa de torná-las invisíveis ou menos visíveis, aos olhos masculinos, nos canteiros das obras.

Observamos, não só nos depoimentos dessas serventes de pedreiro, mas também em inúmeros outros, uma constante postura dos seus contratantes e superiores diretos em manter a representação social de dominação masculina e submissão feminina. De acordo com essa representação, definiam, também, como deveria ser o relacionamento entre mulheres e homens nas obras do Vila Viva. Novamente recorremos a Bourdieu, sobre a transferência dessas representações do mundo social para o mundo do trabalho. Representações e condutas impostas e esperadas das mulheres que as internalizam e assumem naturalmente.

⁷⁰ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Vitória, servente de pedreiro, 44 anos, foi demitida.

⁷¹ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Luíza, servente de pedreiro, 33 anos, continua trabalhando.

As condutas altamente censuradas que são impostas às mulheres, sobretudo na presença dos homens e nos lugares públicos, não são poses ou posturas ostentadas e preparadas para a ocasião, mas sim maneira de ser permanentes das quais não é possível dizer se elas produzem seu acompanhamento de experiências subjetivas – vergonha, modéstia, timidez, pudor, ansiedade – ou se elas são seu produto. (BOURDIEU, 1995, p. 146)

Essas representações da mulher nos remetem à imagem da mulher causadora de problemas, que carrega consigo o pecado e traz tentações aos homens. É a mulher que, desde a origem do mundo, foi a primeira a pecar e ainda levou o homem a pecar. Afinal foi Eva a primeira a tocar na árvore proibida e a persuadir Adão a comer do fruto da mesma. Por culpa dela, eles foram expulsos do Paraíso. Foram as mulheres também capazes de seduzir e atrair até mesmo o mais puro dos seres: os anjos que, atraídos por sua beleza, caíram em tentação e perdição e trouxeram o mal para a Terra. Em qualquer dos casos, o que nos parece relevante é a coerência com que se afirma que há uma diferença, desde a origem, entre homens e mulheres, sendo aqueles a representação e personificação do bem, e estas, do mal. O simples existir e ser mulher, por esse prisma, por si só já representa perigo aos homens.

Portanto, desde o início dos tempos, mulheres e homens não devem ocupar o mesmo espaço, sob pena de ser praticamente inevitável que a mulher o seduza, o atraia e o leve à perdição. Como salientou a servente Maria Luíza, segundo seus contratantes, ali não era lugar para mulher, mas se ela queria trabalhar ali tudo bem, desde que ficasse bem claro que era responsabilidade dela se fazer respeitar, somente ela poderia garantir que os operários homens não a importunariam: *-Vocês querem enfiar no meio, tudo bem, a gente deixa, mas tem que ir o mais precavida possível e se fazer respeitar.* Qual seria esse ir e ser o mais precavida possível? Seria *evitar certos decotes, trabalhar com a camisa fechada*, manter suas vergonhas escondidas. Tornar-se, preferencialmente, invisível, mas como não era possível tal façanha, que fossem, então, o mais parecidas possível, com os homens ali presentes.

Além dessas formas explícitas de preconceito e dominação, as operárias também percebiam e incomodavam-se quando os *colegas*, de forma dissimulada, deixavam transparecer tratamento diferenciado, calcado na representação social e cultural da mulher presente em nossa sociedade: frágil, dócil, fraca, submissa, maternal, leal, cooperadora e *do lar*. Segundo a qual as mulheres não devem carregar nenhum material, tampouco fazer serviços considerados muito pesados. Tais materiais e serviços devem ser executados por pessoa forte, habituada ao trabalho na esfera da construção, ou seja, alguém do sexo masculino. A respeito desse tratamento a elas dispensado, da forma como ocorriam e dos possíveis motivos, manifestaram-se as seguintes entrevistadas:

Uns encarregados só me punha no serviço mais leve sabe. - Oh, você vai fazer isso, fulano mais fulano vai fazer aquilo! Chegava a separar. Eu respondia: - Não, eu tô aqui para fazer igual, se eu fichei é pra fazer igual, não tem essa de...sabe. [...] Uns [encarregados] acha que a gente não dá conta sabe, outros não queria mesmo que a gente pegasse no pesado. (informação verbal)⁷²

Sempre quando tinha alguma coisa pra fazer que a gente dava conta, ele [o encarregado] inventava um outro serviço pra gente fazer, pra mandar os outros meninos, mesmo se eles tivessem ocupados. Aí ele falava: - Pode deixar aí que fulano vai aí fazer. Eu: -Mas eu consigo pegar. Ele: - Não, pode deixar, vem fazer isso aqui. Aí você chegava lá não tinha nada pra fazer. Então assim, ele achava que a gente não dava conta de fazer, se fosse pesado a gente não dava conta. Com ele eu acho que tinha sim um pouco de discriminação [...] É, me incomodava. Eu não gostava não. Eu gostava de ser tratada como igual, eu não tava lá como igual? Eu fichei como igual, eu não fichei como mulher não, uai! (informação verbal)⁷³

Porque eu acho assim, pra trabalhar em obra nem tem como tratar ninguém diferente. Porque se entrou pra essa função é pro que der e vier. Não tem isso de: [imitando a fala o encarregado] - Ah, não pega porque é pesado! - Ah, não faz isso! - Porque mulher não pode carregar peso não! Mulher tem que ficar é dentro de casa, lavando vasilha, arrumando casa... Não tem nada disso não. Eu só olhava pra ele assim e ficava até calada. (informação verbal)⁷⁴

Concluimos, pois, que as operárias percebiam que essa forma *protetora* de tratamento, constituía uma das muitas facetas para mantê-las em seus devidos lugares. Por isso, elas insistiam e exigiam ser tratadas como iguais, o que significava, no contexto da obra, serem tratadas como os homens. Elas assimilaram bem a forma capitalista de ser e de fazer no mercado de trabalho da construção. Compreenderam que aceitar essa pseudoproteção, que as excluía de determinadas tarefas, em um canteiro de obras era o mesmo que assinarem um atestado de incompetência.

Em contraposição às medidas protetoras que os homens tentavam aplicar-lhes, as operárias não apenas cumpriam com suas tarefas nas obras como buscavam fazê-las mais e melhor possível. Demonstravam, dessa forma, que estavam aptas ao trabalho e possuíam qualificação e capacidade para realizá-lo.

Como apreendemos em nossa investigação, apesar da aptidão e qualificação das mulheres para a realização das tarefas a elas designadas, elas continuam sendo vítimas de estigmatização, passam por constrangimentos e sofrem preconceitos antes mesmo da entrada no mercado de trabalho, principalmente em mercados de trabalho considerados do *ethos* masculino. Laís Abramo nos adverte que esse fato se deve às construções sociais das imagens de gênero que,

⁷² Informações fornecidas pela entrevistada Maria Eduarda, carpinteira, 33 anos, continua trabalhando

⁷³ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Luíza, servente de pedreiro, 33 anos, continua trabalhando.

⁷⁴ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Clara, armadora de ferragens, 31 anos, pediu demissão.

são prévias à inserção de homens e mulheres no trabalho, ou seja, são produzidas e reproduzidas desde as etapas iniciais da socialização dos indivíduos e estão baseadas na separação entre o privado e o público, o mundo familiar e o mundo produtivo, e na definição de uns como território de mulheres e outros como territórios de homens. Por sua vez, essas imagens condicionam fortemente as formas (diferenciadas e desiguais) de inserção de homens e mulheres no mundo do trabalho: tanto as oportunidades de emprego quanto as condições em que este se desenvolve. (ABRAMO, 2007, p. 10/11).

Essas formas diferenciadas e desiguais que não só definem territórios, mas também as condições em que os trabalhos devem desenvolver-se, marcadas por construções sociais preconceituosas das representações do que vem a ser feminino ou masculino, são facilmente percebidas, quando o feminino invade o território masculino.

Dessa forma, as mulheres, ao entrarem para o mundo do trabalho, principalmente em áreas consideradas do *ethos* masculino, antes de sua admissão até sua saída, passaram por constrangimentos, sofreram preconceitos velados e explícitos, por parte de quem a contrata, por parte de seus superiores e de seus pares. Na verdade, elas vivenciaram um percurso marcado por ranços e por avanços; percurso cansativo, por vezes curto, outras vezes mais delongado; percurso perpassado por conflitos, porém com importantes transformações, reflexões e aprendizados. Aprenderam no e pelo trabalho a enfrentar discórdias ocorridas em diferentes momentos e inusitadas situações, tanto em seu trabalho quanto em sua vida.

Por fim, dentro dos limites do presente trabalho, abordaremos, no capítulo seguinte, os principais aspectos referentes a essa aprendizagem que se dava nos canteiros de obras, mas não por ele limitada. Também analisaremos as interferências dessa aprendizagem nas relações de trabalho, sociais e familiares das mulheres participantes da presente pesquisa.

6 APRENDIZAGENS NO TRABALHO, EDUCAÇÃO PARA A VIDA.

Este capítulo tem por objetivo compreender, durante o processo de trabalho, como as operárias do Vila Viva aprenderam a produzir e a reproduzir serviços, materiais e a si mesmas. E, nesse sentido, como essas aprendizagens interferiram em seus relacionamentos no trabalho e fora dele e como lidavam com os diferentes serviços atendendo a diferentes propósitos.

Por fim, consideramos necessário examinar as diversas atividades que lhes possibilitaram aprendizagens. Assim, analisaremos os processos de aprendizagens ocorridos nesse espaço não escolar, bem como, as perspectivas de aprendizado a ele circunscritas, mas não por ele limitadas.

6.1 Mulheres trabalhadoras: aprender e fazer sempre

Uma de suas linhas de pesquisa do curso de Mestrado em educação da FaE/UEMG é Educação, Trabalho e Formação Humana. O que possibilitou investigar essas possíveis aprendizagens no mundo do trabalho em uma perspectiva de gênero.

Além do mais, também contribuiu para nosso interesse pelas aprendizagens obtidas, durante o trabalho, pelas operárias do Vila Viva, nossa formação como pedagogas e o trabalho como docentes e pesquisadoras na área da educação. Vale lembrar que as diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em Pedagogia preveem o desenvolvimento de processos educativos e de investigação e análise da educação que se dá em espaços não escolares. Ainda, segundo essas diretrizes, as faculdades de educação devem possuir um núcleo básico de estudos que compreenda o “*estudo das relações entre educação e trabalho, diversidade cultural, cidadania, sustentabilidade, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea.*” (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2006, p.22).⁷⁵

Nessas circunstâncias, entendemos que nossa dissertação trabalha com, no mínimo, dois pressupostos determinados pelas Diretrizes Curriculares, ao tratar das questões relativas às relações entre educação e trabalho. Especificamente, trata do trabalho da mulher na

⁷⁵ Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf> Acesso em: 15/1/2011.

construção pesada e as relações de gênero. Na verdade, uma problemática da nossa sociedade contemporânea. Nesse sentido, nosso foco é a educação não escolar, ou melhor, as possíveis aprendizagens das mulheres inseridas na construção pesada. Nessa perspectiva, queremos saber que contribuições, esse trabalho tipificado como *ethos* masculino, trouxe a essas operárias quanto à compreensão das relações de trabalho e de gênero e quanto à (con)formação das identidades individuais e coletivas, enquanto mulheres e trabalhadoras.

De início, diríamos que, a perspectiva de entrar para o mundo do trabalho, envolveu aspectos como a atividade a ser exercida, relações de trabalho, locais de trabalho, entre outros, que precisam ser assimilados e apreendidos pelas mulheres quando de sua inserção no mercado. São aprendizagens com que as mulheres ocidentais convivem historicamente, pois, em nenhum momento da história elas deixaram de estar presentes no mundo do trabalho. Quer no processo de trabalho informal, quer no processo de trabalho formal, a mulher sempre executa algum tipo de tarefa, principalmente em se tratando de mulheres das camadas menos favorecidas em nossa sociedade.

Na sociedade brasileira, como nas demais, a mulher das camadas sociais menos favorecidas é, historicamente, a mulher trabalhadora. Com a chegada de mulheres estrangeiras, menos abastadas financeiramente, não apenas as negras e as nativas compunham a classe trabalhadora. A respeito desse período histórico, período da abolição da escravatura no Brasil e da inserção da mão de obra feminina oriunda de outros países, principalmente europeus, atendendo aos anseios eugenistas das elites brasileiras por branqueamento da classe trabalhadora brasileira, Margareth Rago, faz a seguinte análise:

As mulheres negras, por sua vez, após a abolição dos escravos continuariam trabalhando nos setores os mais desqualificados, recebendo salários baixíssimos e péssimo tratamento. Sabemos que sua condição social quase não se alterou, mesmo depois da abolição e da formação do mercado de trabalho livre no Brasil. Os documentos oficiais, estatísticas fornecidas por médicos e autoridades policiais, revelam um grande número de negras e mulatas entre empregadas domésticas, cozinheiras, lavadeiras, doceiras, vendedoras de rua e prostitutas, e suas fotos não se encontram nos jornais de grande circulação do período – como o correio Paulistano e o Estado de São Paulo ou o Jornal do Comércio e A Noite do Rio de Janeiro -, ao contrário do que ocorre com as imigrantes européias. (RAGO, 2009, p.582)

Essas informações em muito identificam as moradoras da Comunidade da Serra, local de nossa pesquisa. Ali há forte presença de mulheres trabalhadoras negras ou pardas. Como todas as participantes de nossa pesquisa são negras ou pardas,⁷⁶ julgamos importante nos ater

⁷⁶ Embora a categoria cor/raça não tenha sido privilegiada em nossa pesquisa é importante destacar que a maioria das trabalhadoras do Vila Viva eram negras ou pardas.

um pouco mais à questão raça/cor. Advertimos, porém, que a cor/raça não foi um critério privilegiado para a seleção das participantes desta investigação.

Ressaltamos, também, que escapa aos propósitos desta dissertação apresentar ou analisar as abordagens já realizadas por numerosos/as estudiosos/as que se ocuparam do assunto cor/raça e mercado de trabalho. No entanto, já foi desvelado, por pesquisas sobre raça e classe, que mulheres negras ou pardas pertencentes à classe pobre da população quando se inserem no mercado de trabalho, em sua maioria, ocupam postos de trabalho precários, fazem os piores serviços, em piores condições de trabalho e remuneração. Antes mesmo de ingressarem na construção pesada, essas mulheres já carregavam consigo, em seus trabalhos anteriores, o peso dessas marcas.

A seguir, apresentamos um quadro com informações que auxiliam a compreensão dos caminhos percorridos pelas mulheres em estudo, até chegarem ao trabalho como operárias da construção pesada. Assim, podemos visualizar o histórico trabalhista das mulheres entrevistadas, antes do trabalho no Vila Viva.

Quadro 3 – Trabalhos das entrevistadas anteriores ao ingresso no Vila Viva

NOME	MARIA LUÍZA	MARIA FERNANDA	MARIA EDUARDA	MARIA VITÓRIA	MARIA CLARA	MARIA LAURA
IDADE ATUAL	33 anos	39 anos	33 anos	44 anos	31 anos	23 anos
IDADE EM QUE COMEÇOU A TRABALHAR	16 anos	13 anos	13 anos	Ainda criança ⁷⁷	Ainda Adolescente ⁷⁸	15 anos
TEMPO DE REGISTRO EM CARTEIRA ANTES DO VILA VIVA	Menos de 5 anos	Mais de 15 anos	Menos de 5 anos	Menos de 5 anos	Não tinha.	Menos de 1 ano
EMPREGOS ANTERIORES AO VILA VIVA	Babá, doméstica, diarista, <i>chapa</i> de caminhão.	Doméstica, diarista e serviços gerais.	Babá, <i>office-boy</i> , doméstica, vendedora de loja, balconista de padaria, serviços gerais em empresa.	Capinando roça, Doméstica, Ajudante de cozinha, diarista, serviços gerais em empresa.	Doméstica.	Doméstica, manicura/ pedicura.
PRINCIPAL PROVEDOR (A) DA CASA	A respondente e o companheiro	A respondente	A respondente	A respondente e o companheiro	A respondente	A respondente e o companheiro

Fonte: Entrevista oral.

⁷⁷ A entrevistada Maria Vitória disse não recordar, exatamente, da data que começara a trabalhar, pois desde criança trabalhava com os pais em plantações nas fazendas onde morava, interior da Bahia.

⁷⁸ A entrevistada Maria Clara disse não recordar, exatamente, com que idade começara a trabalhar. Apenas sabe que na adolescência começou a trabalhar limpando a casa das pessoas.

Como vimos, o histórico de trabalho dessas mulheres é marcado pela negação aos direitos trabalhistas por partes dos mercados que as absorveram. De acordo com os dados registrados no quadro acima apontam: Maria Vitória, com mais de três décadas de trabalho assalariado, Maria Luíza e Maria Eduarda com quase duas décadas de trabalho, possuem menos de cinco anos de registro em carteira; Maria Clara, com mais ou menos quinze anos de inserção no mundo de trabalho, nunca teve a carteira assinada; e Maria Laura com oito anos de trabalho e menos de um registrado em carteira. A única que possui a situação de registro em carteira mais ou menos regular é a Maria Fernanda, que teve o registro na carteira aos quinze anos como doméstica, dois anos após ter começado trabalhar, e permaneceu nesse primeiro emprego por mais dezessete anos. Com exceção dela, as demais obtiveram o direito ao registro em carteira por curto período de tempo, mesmo com longos períodos de trabalho, ou somente durante o trabalho no Vila Viva.

Desse modo, podemos dizer que o trabalho informal é maléfico às trabalhadoras pesquisadas, uma vez que o tempo de inserção no mercado de trabalho é muito superior ao tempo de trabalho registrado em carteira. Nessas circunstâncias, essas mulheres precisarão trabalhar por mais tempo para terem direito à aposentadoria. Enfim, o registro em carteira do tempo real de serviços proporciona ao trabalhador/a uma aposentadoria mais justa, em relação ao tempo trabalhado.

O chão de fábrica da construção nos mostra profissionais atuantes em funções com pouca ou nenhuma especialização, baixa remuneração e trabalho mais pesado, como serventes de pedreiro, pedreiros, carpinteiros(as) e armadores(as). Desse retrato, podemos inferir que as categorias cor/raça e classe social, na realidade não constituem um diferencial, visto que, em sua maioria, os trabalhadores ocupados nessas funções são negros ou pardos e pobres. No caso das operárias do Vila Viva, elas levaram para o mercado de trabalho essas marcas e a elas agregaram o gênero. A combinação dessas três categorias de subordinação social contribuiu para definir os cargos a serem ocupados, as condições de trabalho, bem como, as relações entre os trabalhadores.

Diante do exposto, concluímos que as mulheres aqui pesquisadas, buscam o trabalho na construção pesada, como forma de garantir seus direitos trabalhistas e por ser uma das poucas opções que lhes restam, dentro das suas condições de cor/raça e classe social. Não descartamos, entretanto, as relações intrínsecas entre esses atributos e as condições de escolaridade e gênero. Nos tópicos seguintes, mostraremos, com maior riqueza de detalhes, as aprendizagens possibilitadas pelo trabalho como operárias no Vila Viva. Veremos, então, que,

das quatro condições citadas, escolaridade, classe social, cor/raça e gênero, não a primeira, como seria de se esperar, mas a última – gênero – foi a que mais interferiu nos processos educativos ali existentes.

6.1.1 Aprendizagens no/ para e pelo trabalho

São inúmeros os processos de aprendizagem pelos quais as mulheres passaram e passam ao adentrar no mundo do trabalho. Trabalhar, transformar e produzir demandam processos de trabalho que são, concomitantemente, processos educativos. Por sua vez, a transformação da natureza pelo trabalho também é uma transformação do ser humano, portanto, é um processo educativo. O trabalho educa ao mesmo tempo em que é realizado, pois, o homem é um ser social e histórico, em constante transformação. Lucília Machado, em seu artigo *Racionalização Produtiva e Formação no Trabalho*, confirma nossa opinião ao afirmar que:

No interior de processos de produção de coisas produzem-se também conhecimentos, a consciência humana, o desenvolvimento da personalidade dos indivíduos, suas aptidões, representações e atitudes, uma vez que as condições subjetivas e intersubjetivas são imprescindíveis ao seu funcionamento. (MACHADO, 1996, p.45).

Ao interpretar o trabalho como possibilidade de aprendizado, a autora vai ao encontro das análises de Gaudêncio Frigotto, quando o autor disserta a respeito do trabalho como princípio educativo. Afirma Gaudêncio Frigotto:

É pelo trabalho que o homem – e todo homem - encontra sua forma própria de produzir-se em relação aos outros homens. Indica, de outra parte, que não há razões de outra espécie, a não ser históricas, que justifiquem relações sociais de produção da existência humana onde haja proprietários dos meios e instrumentos de produção, e aqueles que têm apenas a posse relativa de sua força de trabalho. (FRIGOTTO, 2002, p. 197).

Em suma, se para Lucília Machado e Gaudêncio Frigotto, a educação pelo trabalho ou o trabalho como princípio educativo devem priorizar a formação do homem, podemos dizer que as empresas privilegiam o aprendizado para o trabalho, cuja finalidade primeira, senão única, deve ser a melhor execução das tarefas e, portanto, do produto final do trabalho.

6.1.1.1 Aprender e fazer sozinha

As aprendizagens voltadas para o melhor desenvolvimento profissional do trabalhador, a fim de garantir maior lucro ao patrão podem ocorrer de maneira formal e sistematizada no interior das empresas ou não. As duas carpinteiras e uma das serventes de pedreiro entrevistadas, por exemplo, relataram um pouco do que aprenderam em seu trabalho, para melhor executá-lo. Aprendizado muitas vezes solitário e sofrido, pois nem sempre havia pessoas dispostas a ensiná-las:

Eu aprendi muita coisa. Aproveitei muita coisa, aprendi muita coisa. [...]eu aprendi fazer banco, eu aprendi fazer caixote, eu aprendi fazer viga, fazer armário, aprendi fazer prateleira [...] fazer medida, cortar certinho, pregar certinho, serrar tudo direitinho. (informação verbal)⁷⁹

Quando eu comecei eu não sabia serrar, eu serrava é... pé-de-boi, torto. Eu chorei e botei na minha cabeça que eu tinha que fazer certinho, sabe? Botei aquela vontade e daí serrei certo e não serrei mais errado, entendeu? (informação verbal)⁸⁰

Aprendi medir, medir alguma coisa assim com trena sabe? Rejuntar, fazer rejunte... Ah, eu aprendi um *muncado* de coisa que eu não tinha idéia...nome de ferramentas. (informação verbal)⁸¹

Como mostram esses depoimentos, de diversas formas as trabalhadoras participam de processos de aprendizado no/pelo/para o trabalho. O que elas aprendem, podem levar para suas vidas e fazer uso desse aprendizado em outros ambientes que não o do trabalho. Assim, a servente de pedreiro Maria Luíza contou-nos o que aprendera na prática diária de trabalho e como aplicou esse aprendizado em sua vida:

Eu aprendi de tudo um *tiquinho* e desse tudo um *tiquinho*, eu acho assim que pra eu depender de alguém só se eu não tiver força física pra fazer, porque se eu tiver eu acho que eu não vou precisar de ninguém pra fazer pra mim não. [...] Eu cismeique eu ia pintar. O quarto dele [do filho] é pintado, foi eu que pinteique. Não tinha escada, tinha uma cômoda velha aqui, eu subi em cima pra colar as fita assim ó, pra fazer os recorte, eu mesma pinteique; cifão de pia, tudo que tem na cozinha, eu instalo tudo sozinha, não dependo de ninguém pra vim fazer pra mim; essa dali ó (aponta para uma pia com bancada de granito, de aproximadamente dois metros) só ta encostada ali porque ela é pesada e eu não consigo levantar e colocar lá, porque senão ela já tava no lugar; esse chão foi eles assentando e eu rejuntando; então assim, eu não vou falar que eu não vou depender de ninguém nunca porque eu não sei o dia de amanhã, mas, precisar assim pra dizer, vou ter que chamar fulano pra fazer isso pra mim

⁷⁹ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Laura, carpinteira, 23 anos, pediu demissão.

⁸⁰ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Eduarda, carpinteira, 33 anos, continua trabalhando.

⁸¹ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Vitória, servente de pedreiro, 44 anos, foi demitida.

porque eu não dou conta, eu acho que vai ser uma coisa que eu não vou falar tão cedo. (informação verbal)⁸²

O que essa operária aprendeu em seu trabalho também foi importante para melhorias em sua vida. Além de aprender no trabalho, pelo trabalho e para o trabalho, ela adquiriu independência. Muitas aprendizagens possíveis no mundo do trabalho, são adaptadas à vida do/a trabalhador/a. Perante tudo que aprenderam com o trabalho que realizaram, as mulheres também desenvolveram atividades e atitudes que foram levadas para suas vidas. De simples consertos realizados em suas residências, à construção de uma avenida, todas são experiências que extrapolam capacidades e qualificações e repercutem na vida.

A aprendizagem possibilitada nos fazeres das obras de construção poderia ser mais efetiva se ela tivesse trabalhado como pedreira, o que lhe foi negado, ou em outra função mais especializada, que lhe rendesse melhor remuneração e qualificação. Ao fazer pequenos serviços, ela continuou apenas ajudando o profissional qualificado, servindo-lhe, mantendo-se na condição de mulher subprofissionalizada. Mas esse aprendizado fragmentado e incompleto não se desenvolve ao acaso, ele faz parte do jogo capitalista de alienação do/a trabalhador/a, como denuncia Lucília Machado:

Nas sociedades da supremacia do livre mercado, onde o trabalho assume a forma abstrata de mercadoria e satisfaz, sobretudo, necessidades de sobrevivência, essa sociabilidade e educabilidade são circunscritas e empobrecidas pelo processo de exploração e alienação. (MACHADO, 2005, p. 133).

Afinal, garantir sua sobrevivência e de seus dependentes é condição primeira para que as pessoas da classe trabalhadora entrem para o mundo do trabalho. O ideal seria que com o trabalho os trabalhadores adquirissem competências suficientes que lhes possibilitassem acessos profissionais, além dos necessários à sobrevivência. Nesse sentido, as operárias do Vila Viva podem ter aprendido como executar diversos serviços, mas são aprendizagens fragmentadas que precisam se atrelar a outras para a concretização de um serviço ou produto final. O *muncado* da Maria Vitória ou o *tiquinho* da Maria Luíza não são suficientes para garantir-lhes um emprego mais bem remunerado ou menos precário, melhores condições de trabalho e expectativa de vida, como operárias da construção pesada. Entretanto, as aprendizagens por elas empreendidas sinalizam de que elas possuem capacidade para se qualificarem também nesse mercado de trabalho.

⁸² Informações fornecidas pela entrevistada Maria Luíza, servente de pedreiro, 33 anos, continua trabalhando.

6.1.1.2 Aprender e fazer com o outro

Os processos individuais de aprendizagem são possíveis no mundo do trabalho da mesma maneira que os coletivos. Em um trabalho realizado por muitas pessoas e no qual se estabelecem frequentes contatos, as trocas são inevitáveis, positivas ou negativas elas ocorrem. Em trabalhos em obras, nos quais há grande número de operários/as envolvidos, os processos coletivos de produção do conhecimento são importantes, pois possibilitam a troca de experiências e transformam todas as partes envolvidas em aprendizes. Assim, as operárias em questão relataram suas experiências de trabalho, como vivenciaram essa troca de experiências com seus pares e como isso facilitou o aprendizado no e pelo trabalho, conforme veremos nestes depoimentos:

Você aprende ali, aprendi muita coisa também. Aprendi a fazer remendo pras placas, quando as placas dava buraco. Os meninos ensinaram nós fazer banco, os carpinteiro velho que tinha ali, ensinaram nós fazer fôrma. O que nós mais aprendeu a fazer aqui na Consórcio foi fôrma. [...] Todos os carpinteiro novato, na faixa de umas duas, três semana, de um mês, um mês e pouquinho, trabalhava junto com carpinteiro profissional que já tava ali há mais de ano, pra mostrar pra nós como que era o esquema, como que fazia, como que não fazia. (informação verbal)⁸³

Depois você vai aprendendo trabalhar. [...] Porque eu não sabia nem pegar uma pá... nem uma enxada você não sabe... é aí que você vai. A pessoa vai te ensinando, você vai. Até que você aprende, pega o jeito. Você entra num lugar, você não sabe fazer nada, você não sabe nem pegar numa enxada, você não sabe pegar uma pá, você não sabe pegar uma picareta, aí você sai de lá já sabendo tudo. Pegar aquilo, pra que que serve, como que usa. (informação verbal)⁸⁴

Eu fiquei com ele [o carpinteiro mais experiente] até o fim. A gente dava conta, porque ele também já tinha prática, ele já tinha trabalhado em obra, aí eu fui pegando as práticas, eu observava bem. (informação verbal)⁸⁵

A experiência daqueles que já exerciam as funções nas quais as mulheres estavam apenas começando, sem dúvida foi-lhes de grande valia, pois, fosse pela observação ou pelo ensinamento direto de alguém, sempre haveria a possibilidade de aprender. Elas, assim, aprendiam a trabalhar nos locais de trabalho, de forma consecutiva, enquanto realizavam suas tarefas, com os trabalhadores/as mais antigos/as. A esse respeito, Tânia Fonseca faz a seguinte análise:

⁸³ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Laura, carpinteira, 23 anos, pediu demissão.

⁸⁴ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Fernanda, servente de pedreiro, 39 anos, foi demitida.

⁸⁵ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Eduarda, carpinteira, 33 anos, continua trabalhando.

O fato de não conter explicitação educativa não quer dizer que seja inoperante como processo de formação. Este ocorre a partir da transmissão de conhecimentos entre as próprias operárias, que, geração após geração, vão se auto heteroqualificando e absorvendo, dessa forma, a destreza, a rapidez, a coordenação e a atenção necessárias à consecução da fabricação. (FONSECA, 2000, pp. 141-142).

Além desse processo de transmissão de conhecimentos intergeração Tânia Fonseca ainda ressalta o quanto o modelo industrial capitalista é *educador* em diversos aspectos e procedimentos que impõe ao trabalhador:

A fábrica deve ser “educadora” em seu próprio modo capitalista de produzir e de reproduzir, não se isentando das análises aqueles aspectos globais que caracterizam a organização do processo de trabalho, dentre eles a forma de dividir e hierarquizar o trabalho, a presença de maquinário, o controle dos tempos e gestos, além de outros aspectos, como da configuração espacial e estética que organiza e ordena seu ambiente. (Op. Cit., p. 133). (grifos da autora)

Mas as diversas *educações* realizadas no local de trabalho não são por ele limitadas, pois o ser humano pode até realizar tarefas fragmentadas, mas ele próprio não é fragmentado. Ele leva consigo, de seus outros espaços de vivência, conhecimentos adquiridos no espaço de trabalho e vice-versa. Como destaca Lucília Machado, a aprendizagem de vida antecede a adquirida no trabalho e é determinante para que aconteça a aprendizagem para o trabalho:

O trabalho, enquanto atividade teórica e prática, não se realiza se não com a observação e o conhecimento mais ou menos sistematizado sobre os fenômenos sociais e sobre a ordem natural. Pressupõe uma disciplina regulada pela convivência entre os homens. A divisão do trabalho, a cooperação, a atividade do trabalho, os processos de planejamento, decisão, controle de avaliação são, todos, portadores de educação. (MACHADO, 2005 p. 133)

Concluindo, a convivência social, o estar e relacionar-se com o outro são condições que contribuem para a boa sistematização de conhecimentos no mundo do trabalho, que nada mais é do que um dos muitos espaços onde as pessoas convivem. Somos sociais desde o nascimento e o viver com é um comportamento aprendido, uma vez que não existimos como mulher ou homem sem nos relacionarmos com o outro.

6.1.1.3 Aprender e fazer mais e melhor

Desde o início do trabalho como operárias da construção pesada, um território historicamente masculino, as mulheres perceberam que não lhes bastava aprender sozinhas ou

com os outros, elas precisariam também aprender e fazer mais do que os homens. Assim, as mulheres do Vila Viva, muitas vezes, tomavam a dianteira do serviço ou trabalhavam sozinhas para que o serviço terminasse. A carpinteira Maria Eduarda, por exemplo, comentou que, além de trabalhar sozinha, ainda precisava fazer serviços que não lhe competiam:

Às vezes tinha que descarregar caminhão de peça de eucalipto verde, de madeirite, aí ficava todo mundo parado, esperando um tomar coragem pra começar. Eu ia lá e fazia. Eu falava: - Gente não tem que fazer, vamos ficar esperando? Vamos pegar e fazer logo. Eu começava, aí um ia lá, outro ia, depois saía e sumia, deixava eu descarregando sozinha. [...] Tudo que eles faziam eu também fazia. O peso que eles pegava eu pegava, às vezes até mais, trabalhava até mais que muitos, muitos *morcegava* e eu trabalhava às vezes até mais que muitos homens sabe? (informação verbal)⁸⁶

Também Maria Laura e Maria Luíza reclamaram do quanto trabalhavam e do quanto se sentiam sobrecarregadas no trabalho, a ponto de chegar a casa e só conseguirem dormir:

Eu fazia por merecer. Porque eu trabalhava mesmo! Dava um duro danado! Chegava em casa toda arrebitada. (informação verbal)⁸⁷

Era função do servente, mas eles colocava nós pra carregar qualquer coisa que precisasse. [...] Tinha uns carpinteiro mais velho que falava mesmo: - Eu não sou servente, eu não sou ajudante, quem tem que carregar isso aí é os ajudante, você é boba de carregar, eu não carrego não. Mas como tava na experiência, tinha que carregar. [...] Pra você ter uma idéia, eu trabalhava tanto que depois do trabalho eu chegava em casa, eu só chegava em casa, tomava banho e deitava, ia dormir, porque eu não tava aguentando. (informação verbal)⁸⁸

Chegar em casa e somente dormir é um luxo para a mulher inserida no mundo do trabalho, que ainda é mãe, dona de casa e responsável pela execução das tarefas do lar. Por isso, por mais que estivessem cansadas do trabalho, talvez algumas vezes tenham tido a possibilidade de apenas dormir, regressando ao lar, mas, na maior parte das vezes, com certeza as tarefas domésticas aguardavam-nas.

De fato, o serviço que as carpinteiras Maria Eduarda e Maria Laura realizavam não era leve. Porém, o desgaste físico queixado pelas duas advinha mesmo era da constante obrigação de realizar serviços destinados aos serventes que *sumiam* ou *morcegavam* para não fazê-los. As operárias também precisavam, além de fazer mais, fazer melhor. Elas precisavam mostrar que eram capazes de trabalhar muito e que eram qualificadas para executar bem as tarefas.

⁸⁶ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Eduarda, carpinteira, 33 anos, continua trabalhando.

⁸⁷ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Luíza, servente de pedreiro, 33 anos, continua trabalhando.

⁸⁸ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Laura, carpinteira, 23 anos, pediu demissão.

Em diferentes trechos de seus relatos, a carpinteira Maria Eduarda e a armadora de ferragens Maria Clara deixaram claro como era esse fazer mais e melhor:

Porque nós [mulheres] quando pegava pra fazer a gente procurava fazer da melhor forma. [...] Só que trabalhar no meio de homem é meio difícil porque homem é muito “pros coco” e eu quero fazer certinho. [...] Uma vez mesmo, um encarregado pediu pra eu fazer caixa, essas caixas da rua, essas caixas pra fazer essas boca de lobo... Aí ele pediu pra eu fazer. Falou assim: - Eu quero rápido, tô com pressa, eu quero que faz rápido. Só que eu não costumo fazer rápido, de qualquer jeito, não é comigo. Se eu quero fazer, eu tenho que fazer arrumadinha, nivelada, bonitinha, mesmo que vai ficar debaixo da terra. Aí ele virou pra mim e falou assim. – É, até o servente que está trabalhando com você, acho que é mais rápido que você! Eu falei: - Então, da próxima vez, o próximo que tiver que fazer, você põe ele pra fazer, porque eu não sei trabalhar desse jeito. Ele queria que colocasse o trem tudo torto, um lado mais alto, o outro mais baixo sabe, fora de prumo, fora de nível. Então, pra mim não serve. (informação verbal)⁸⁹

O mais difícil pra mim é ficar mexendo com pré-moldado. É um trabalho leve, a gente não vê tanto desenvolvimento, a gente não vê o serviço evoluir. Dá muito ponto por dia, mas você não vê a quantidade de serviço. O bom é quando você pega uma coisa mais pesada pra fazer, igual uma cortina. Pegar umas viga, uns tubulão pra fazer é bom. (informação verbal)⁹⁰

A armadora de ferragens Maria Clara dava preferência a serviços maiores, mesmo que mais pesados, pois se dava por satisfeita ao ver que concluíra um serviço grande. Maria Eduarda, porém, pensava diferente. Para ela o que importava era fazer bem feito, mesmo sob protestos do encarregado ante o tempo que despendia para realizá-lo. Ela não reclamou da dificuldade no trabalho e *trabalhava, às vezes, até mais que muitos homens*.

Contudo, percebemos que seu relato é carregado de representações sociais do homem e da mulher: o querer fazer *arrumadinha, bonitinha* da mulher em oposição ao *pros coco* do homem. A respeito dessa internalização do imaginário social, acrescentamos o depoimento da servente de pedreiro Maria Vitória:

Eu acho que mulher tem mais cuidado sabe, com o serviço que faz. [...] Nós mulheres, quando nós vai fazer alguma coisa nós faz e bem feito... Os homens não têm muita preocupação com isso não, não sei por quê! Talvez porque eles não sabem. Mas a imaginação da gente é diferente. (informação verbal)⁹¹

Contudo, podemos dizer que mesmo diante das lutas e conflitos vivenciadas no mercado da construção pesada, as mulheres continuam com visões antagônicas e discrepantes

⁸⁹ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Eduarda, carpinteira, 33 anos, continua trabalhando.

⁹⁰ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Clara, armadora de ferragens, 31 anos, pediu demissão.

⁹¹ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Vitória, servente de pedreiro, 44 anos, foi demitida.

sobre as representações do homem e da mulher. Embora a execução de suas tarefas diárias mostre o quanto essa visão é deturpada e está sendo superada, elas continuam a reproduzi-la.

Na verdade, elas vivenciam essa realidade sem, contudo, internalizá-la, ainda. Assumem e reproduzem o discurso cristalizado e incutido em nossa sociedade: redução das diferenças existentes entre homens e mulheres somente a fatores biológicos. Assim, convivem em constante embate com os outros e consigo sobre sua identidade como mulher.

Essas cristalizações e reproduções ingênuas da diferenciação sexual baseada apenas em discursos sobre a natureza dos corpos, levam as mulheres a compactuar com a manutenção de sua condição de inferioridade e subalternidade em relação ao homem. Nessa perspectiva, as relações de gênero no mundo do trabalho capitalista, mundo esse marcado pela ideologia patriarcal, continuam impor às mulheres trabalhadoras empenho e esforço, no processo de produção, superior ao exigido aos trabalhadores do sexo masculino. Caso queiram adentrar e permanecer em determinados nichos e mercados, classificados como masculinos, precisaram mostrar não apenas capacidade, mas também disposição para executarem qualquer tipo de tarefa que lhes fossem designada.

6.1.1.4 Aprender e ensinar

Diríamos que as mulheres, aqui analisadas, aprenderam muito com seu novo trabalho, aprenderam o suficiente para realmente trocarem conhecimentos com os outros trabalhadores. Foi então que perceberam que, estar ali trabalhando, ser uma profissional qualificada e ter adquirido alguma experiência, nada disso era suficiente para fazer com que seus pares as ouvissem e, principalmente, aceitassem seus ensinamentos. O depoimento dessa entrevistada nos revela o quanto essa troca de conhecimentos é dificultada quando emerge a dimensão da imagem de gênero:

Eu lembro que tinha um senhor, que ele tava apanhando para fazer um andaime e não tinha muito recurso pra gente fazer o andaime, montar o andaime. Aí eu tô vendo que ele tá quebrando-cabeça, quebrando-cabeça. Aí eu fui e cheguei nele e falei assim: - Porque o senhor não pega a peça de eucalipto, enfia no muro de contenção, ali no cano que vai vim com os *tirantes*? Depois, aí eu falei assim: - Porque o senhor não aproveita, atravessa essa peça de eucalipto dentro desse buraco, porque aí o senhor vai atravessar e dá pro senhor montar o andaime. Ele virou e falou assim: - Cuida da sua obrigação que da minha cuida eu, você faz o que você sabe e deixa eu fazer o que eu sei. E apelou, ficou bravo, mas ficou bravo mesmo. Aí eu ainda xinguei ele e saí. Era eu dar a minha opinião, era confusão na certa. Foi,

passou um pouquinho ele fez justamente o que eu falei pra ele, só não queria dar o braço a torcer na hora, mas ele fez justamente o que eu falei. (informação verbal)⁹²

A não aceitação da sugestão da *colega de trabalho* pelo carpinteiro demonstra o quanto permanece inalterada a percepção da mulher como subordinada ao homem. Uma coisa é ela fazer o que ele propõe, na hora em que ele propõe; outra é negar-lhe a voz e o reconhecimento de que talvez ela saiba como fazê-lo, até mais e melhor que ele. A opinião da mulher foi para ele um afrontamento e ela, além de estar em seu território, ainda julgava-se capaz suficiente para lhe ensinar. Dar voz, vez e visibilidade ao trabalho da mulher é dar visibilidade à presença feminina, é predispor-se a um movimento para diminuir a resistência e a inércia existentes quanto às mudanças necessárias das representações de gênero.

Por outro lado, esse movimento de transformação das representações de gênero, não ocorre de uma vez, nem tampouco de um momento para o outro. Todos precisam aprender a agir diferente e, principalmente, refletir sobre suas ações cotidianamente, dentro e fora do mundo do trabalho. Assim foram construídas as imagens que hoje existem, portanto, assim devem ser desconstruídas.

6.2 Mulheres operárias: novos trabalhos versus antigas ocupações

Outro ponto importante narrado pelas operárias acerca da vivência como trabalhadoras, diz respeito à duplicação, às vezes, a triplicação da jornada de trabalho. Isso porque, além do trabalho remunerado, elas ainda precisam cumprir com as tarefas domésticas; também são provedoras do sustento e provedoras dos cuidados, como nos explicaram as entrevistadas a seguir:

Sempre foi assim. Eu chego e vou fazer tudo. Antes ele [o filho] tinha aula só na parte da tarde, então todo dia de tarde o que quê eu tinha que fazer, chegar, fazer janta, deixar café pronto, porque às vezes de manhã não dava tempo de fazer, então eu já deixava uma garrafa de café pronto pra ele, leite na geladeira. Leite ele mesmo esquentava, sempre esquentou. (informação verbal)⁹³

Eu chegava, lavava roupa, arrumava casa, fazia comida. [...] Sempre foi assim. [...] Mesmo eu trabalhando. [Agora que a nora grávida foi morar com ela] Eu chego não

⁹² Informações fornecidas pela entrevistada Maria Eduarda, carpinteira, 33 anos, continua trabalhando.

⁹³ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Luíza, servente de pedreiro, 33 anos, continua trabalhando.

preciso arrumar a casa, só faço a comida e lavo a roupa no sábado. No sábado ou então no domingo, dependendo do dia que eu tô trabalhando. (informação verbal).⁹⁴
A despesa da casa, dos meninos, tudo era eu mesmo. [...] Eu chego, aí eu faço janta, aí eu já ajeito assim, por alto. Fim de semana eu lavo roupa. Eu lavo roupa e dou uma faxina melhor na casa. (informação verbal)⁹⁵

Eis como vive a maioria das mulheres trabalhadoras e chefes de família, que trabalham no emprego e em casa. Apenas as que têm a sorte de ainda morar com suas mães e irmãs, ou com filhos/as maiores é que disseram ter alguma ajuda nos afazeres domésticos. Além do emprego e do trabalho em casa, é também comum às mulheres da classe trabalhadora, procurar algum bico para complementar sua renda. Em processo similar, Tânia Fonseca em sua pesquisa sobre mulheres trabalhadoras de uma fábrica, explica:

As mulheres encontram-se sem escolha entre trabalho e não trabalho. Estando ou não empregadas em fábricas, elas sempre trabalham e, quando estão nas fábricas, trabalham mais ainda, consolidando atividades em duplas jornadas, e dão conta não apenas de seu trabalho assalariado e doméstico como podem incluir “algum serviço remunerado extra” realizando para terceiros, como é o caso de muitas operárias que “costuram, limpam, cuidam e fazem artesanato para fora”. Seguramente elas o fazem não pelo intuito de dar vazão a seu “gosto intrínseco pelo trabalho”, mas pela brutal necessidade de manter vivos a si e seus familiares. Para adicionarem ao dinheirinho ganho na fábrica mais um outro dinheirinho, cujos montantes provavelmente não se mostram sequer razoáveis frente às suas necessidades. (FONSECA, 2000, p. 52). (grifos da autora)

A análise dessa autora confirma colocações de nossas entrevistadas: as mulheres, além de se ocuparem o espaço público, continuam a cuidar da família, do lar e a sustentá-la. Segundo a carpinteira Maria Eduarda, antes de entrar para o Vila Viva, trabalhava fora de casa como doméstica e como atendente em uma padaria. Portanto, triplicava sua jornada de trabalho. Assim, aos trabalhos remunerados externos, ela acrescentava as obrigações domésticas. Assim ela narrou sua experiência:

Na época em que eu tava trabalhando na padaria, antes de entrar pra Consórcio, eu trabalhava, eu pegava na casa dos outros sete horas da manhã, saía, largava a tempo de pegar na padaria duas horas da tarde. Eu saía de um vinha pro outro. Eu chegava em casa só lá pras meia-noite, todos os dias. (informação verbal)⁹⁶

Com essas narrativas, constatamos que as mulheres que pesquisamos possuíam outra característica comum: estavam acostumadas a trabalhar muito. A necessidade de sobrevivência delas e da família fez com que assumissem o trabalho com maior compromisso e responsabilidade. Por tudo isso, podemos afirmar que mesmo a mulher assumindo os

⁹⁴ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Fernanda, servente de pedreiro, 39 anos, foi demitida.

⁹⁵ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Eduarda, carpinteira, 33 anos, continua trabalhando.

⁹⁶ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Eduarda, carpinteira, 33 anos, continua trabalhando.

trabalhos masculinos em nossa sociedade, ela continua desenvolvendo tarefas antigas, atribuídas à mulher não trabalhadora.

O que hoje está posto vai de encontro às premissas do discurso oficial em dados períodos históricos, quanto às *funções das mulheres*. Embora o trabalho como operária da construção pesada não faça coro, nem mantenha atendimento aos apelos sociais e chamarizes ainda contidos em outras profissões de prestação de serviço como professoras, enfermeiras, secretárias, etc, cuja justificativa se pautava na preparação para ser boa mãe, dona de casa e esposa, a mulher trabalhadora continua a única responsável pelo cuidado da casa e dos filhos.

Dessa forma, tornam-se claras as ambiguidades contidas sobre as representações da mulher. Em determinadas épocas e sociedades, à mulher eram destinadas as atividades leves, preferencialmente em meio horário e que ainda ajudassem em sua formação para futura mãe e esposa e ao homem reservava-se o trabalho pesado, em horário integral e o papel de provedor; então, agora, com a mulher exercendo, também, os trabalhos masculinos, seria necessária uma divisão para execução das tarefas domésticas. Contudo, o que ocorre na prática, é um acúmulo para as mulheres de suas tarefas econômicas e de seus papéis sociais.

Assim, mesmo ao aumentar suas possibilidades de inserção no mundo do trabalho e de ir além dos mercados a elas determinados, as mulheres ainda estão subjugadas aos valores presentes e dominantes da sociedade patriarcal. Continuam aceitando e assumindo papéis e atribuições de mães, esposas e donas de casa, cuja preocupação primeira e única, de acordo com esses valores, deveria ser o bem estar da família. Percebemos, então, que esses conflitos, permanências, mudanças e ambiguidades são resultados de uma luta das mulheres por sobrevivência, longa nas sociedades capitalistas e/ou patriarcais.

Diante do exposto, concluímos que o rompimento com uma série de questões ideológicas do imaginário social, como visto, desmistificou quais são as representações e atribuições de homens e mulheres. Abriu para uma compreensão mais dilatada das relações de gênero e propiciou, neste caso especificamente, proceder a uma análise do que levou as mulheres a trabalharem como operárias da construção pesada. Se esse nicho de mercado continuar utilizando-se da mão de obra feminina, irá romper com as questões de força física e de mercado de trabalho exclusivamente masculino. No entanto, como verificado, continuam destinadas às mulheres as obrigações e responsabilidades pela manutenção e cuidado dos filhos e do lar.

6.3 *Homem-mãe*

A inserção das mulheres como operárias da construção trouxe estranhamentos também a suas famílias. De diferentes maneiras, esse sentimento manifestou-se: algumas amedrontadas com o tipo de trabalho que enfrentariam; outras admiradas pela escolha de um trabalho masculinizado; outras, ainda, conjecturaram uma possível mudança de gênero, conforme comprovam os relatos a seguir:

Achou que eu tava doida (risos) Minhas meninas falaram assim: - Ô mãe, não vai não mãe, cê não vai aguentar! Eu falei: - Vou. E aí fui. (informação verbal)⁹⁷

Meu filho ficava assim: - Nossa, minha mãe agora vai ficar igual homem! (risos). (informação verbal)⁹⁸

Ah, todo mundo achou legal, achou bom. Achou um serviço diferente, mas todo mundo gostou. (informação verbal)⁹⁹

Mãe falou na época: - Você vai trabalhar como homem, no meio de homem, você vai virar homem Maria Fernanda. - Que homem mãe! Só quero mesmo é trabalhar, independente do que for. (informação verbal)¹⁰⁰

Percebemos nessas falas a existência de um imaginário social cristalizado sobre a divisão sexual do trabalho, culturalmente instituída. Tânia Fonseca, ao tratar da divisão sexual do trabalho como fato histórico e social, pondera:

O reconhecimento de que a atribuição de gênero ao trabalho pode estar fundamentada em um costume, conforme muitas vezes é aludido, isto é, de que se trata de algo que, então, não se encontra inscrito como essência natural do próprio trabalho, não chega mesmo assim, a introduzir sequer pequenas suspeitas nas mentes conformadas socialmente, que se mostram plenamente predispostas a considerarem como natural o que, na verdade, é um costume, ou seja, o que existe a partir do cultivo social, possuindo, logo, um caráter de relativismo e de finitude, porque fundamentado em um modo de ver e apreciar historicamente construído. (FONSECA, 2000, p. 47).

Seguindo essa linha de pensamento, a cultura, através dos processos socializadores, determina às pessoas atribuições de gênero que permeiam sua vida e interferem em suas relações sociais. Essas relações sociais entre os sexos refletem-se também na divisão sexual do trabalho. A separação de trabalho para homens e trabalho para mulheres expressa não as possibilidades e capacidades naturais de quem vai executá-lo, mas a desconformidade

⁹⁷ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Vitória, servente de pedreiro, 44 anos, foi demitida.

⁹⁸ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Luíza, servente de pedreiro, 33 anos, continua trabalhando.

⁹⁹ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Laura, carpinteira, 23 anos, pediu demissão.

¹⁰⁰ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Fernanda, servente de pedreiro, 39 anos, foi demitida.

existente nas relações entre os sexos, determinante do dever de submissão das mulheres e do direito de opressão dos homens. Bourdieu (1995) nos alerta que, em diferentes culturas o trabalho da mulher foi considerado secundário e inferior ao do homem. Perduram a divisão e oposição entre os trabalhos que homens e mulheres realizam: para os homens *status* e visibilidade, enquanto para as mulheres e invisibilidade e vergonha.

Sobre essa separação no mundo do trabalho entre tarefas femininas e masculinas, a carpinteira Maria Eduarda descreveu uma experiência pela qual passou, fora do trabalho, a qual confirma a cristalização social dessa divisão:

Igual quando eu fui mesmo na escola da minha filha pra fazer inscrição prá ela lá, eles perguntaram: - Qual sua profissão? - Carpinteira. - Carpinteira? – Nô! Mais aqui não tem essa profissão não, vou ter que por dona de casa. E colocou lá, dona de casa. (informação verbal)¹⁰¹

Não é comum a função trabalhista da mulher como carpinteira, também é incomum ao papel social do homem fazer inscrição de filho na escola. Por isso, nada mais adequado nos parece, que preparar uma ficha padrão na qual conste apenas como possibilidade de marcação as profissões femininas.

Fato é que, a mulher da classe trabalhadora assumiu diversos trabalhos, além dos considerados tipicamente femininos e continua sendo a principal, senão a única, responsável pela manutenção da casa e da família. Os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/2009), realizada na região metropolitana de Belo Horizonte, informam que são as mulheres importantes provedoras do orçamento doméstico, principalmente quando possuem filhos/as e não têm um cônjuge em seu lar. De acordo com a PED, “as famílias¹⁰² monoparentais, aquelas cujos chefes não apresentam cônjuges, mas possuem filhos, equivalem a 15,4% do total de famílias, sendo que 13,7% apresentam chefia feminina, ao passo que as que detêm chefia masculina são de apenas 1,7%.” (DIEESE, 2009, p. 2) Isso significa dizer que 89% das famílias monoparentais são chefiadas por mulheres.

Ainda de acordo com a PED, as mulheres com filhos/as e sozinhas são as que mais atuam no mercado de trabalho. Segundo dados, a taxa de participação delas é “58,3% maior que as mulheres nas demais categorias, praticamente em todas as faixas de idade e número de

¹⁰¹ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Eduarda, carpinteira, 33 anos, continua trabalhando.

¹⁰² A PED considera família os moradores de um mesmo domicílio, definidos pelas relações – nucleares (casal), primárias (pai, filho, irmão etc.) e/ou secundárias (tio, sobrinho, primos etc.) – que estabelecem entre si. Podem ser de parentesco, afinidade ou de dependência social e econômica com o chefe de domicílio (definição autoclassificatória). É predominante a correspondência entre unidade familiar e domiciliar (cerca de 99,1% dos domicílios, no biênio 2007-2008 eram constituídos por uma só família).

filhos [...] o que sugere a maior responsabilidade que lhes cabe no sustento da família, por ser ela muitas vezes a única provedora das necessidades básicas da mesma.” (DIEESE, 2009, p. 3)

Apesar das dificuldades e da resistência de muitos/as empregadores/as em contratar mulheres em idade fértil ou ainda os/as filhos/as são ainda pequenos/as e mais dependentes (abaixo de cinco anos), as mulheres se inserem no mercado de trabalho, inclusive por necessidade e por responsabilidade com a subsistência da família. A propósito, vejamos os dados abaixo:

A taxa de desemprego das mulheres na condição de cônjuges com filhos era de 11,6%, sendo que para aquelas cujo filho mais novo tinha até um ano foi de 18,1%, reduzindo-se para 17,3% no caso daquelas com filhos caçulas com mais de um ano e até cinco anos, e para 8,5% quando o filho caçula tinha mais de cinco anos de idade. Nota-se, portanto, que embora filhos pequenos possam dificultar a mulher na hora de buscar uma ocupação, seja por restringir sua escolha de trabalho por um local mais próximo à sua residência e/ou por um tipo de jornada de trabalho menor ou mais flexível ou ainda, pelo lado do empregador, por preferir contratar mulheres que não possuam filhos menores, não a impedem de fazê-lo. (DIEESE, 2009, p. 5)

Se transformarmos os dados desta dissertação em quantitativos percentuais, teremos: o número de operárias com filhos/as caçulas com idade inferior a um ano é de 0 %; operárias com filhos/as caçulas com idade entre um e cinco anos 33,33%; e 66,66% o número de mulheres com filhos/as caçulas com idade acima de cinco anos. O confronto entre os dados desta dissertação e os dados da PED/2009 – RMBH, confirma o resultado da nossa investigação, pois, a empresa seguiu as determinações do mercado, quanto à preferência por contratar mulheres com filhos/as *mais independentes*. De acordo com a PED, quanto menor a idade dos/as filhos/as, ou seja, quanto maior a dependência dos/as filhos/as, maior o número de mulheres desempregadas. À medida que os/as filhos/as vão crescendo, crescem, também, as possibilidades de entrada ou retorno da mulher ao mercado de trabalho.

Lamentavelmente, diríamos: para mulheres pobres, não há outra opção. Se o mercado não as aceita quando seus/uas filhos/as ainda estão pequenos/as, entram para a informalidade, sem registro em carteira, principalmente ocupando vagas em trabalhos como domésticas ou diaristas.

O fato de ter filhos/as pequenos/as também influencia a mulher quanto à escolha do local de trabalho; a aceitação do emprego conseguido; à permanência no emprego, mesmo que distante do lar, por garantir-lhe maiores ganhos. Acompanhando o pensamento de Joan Scott,

o resultado dessa realidade de obrigações domésticas e maternais sobre qualquer possibilidade de dedicação profissional acabou justificando a ocupação das mulheres trabalhadoras em empregos de baixos salários e de pouca especialização, ao

representar o artífice especializado masculino como “trabalhador” exemplar. (SCOTT, 1994, p. 444). (grifos da autora)

Podemos sintetizá-lo afirmando que, por suas obrigações como mãe, a mulher continua submetendo-se a condições de trabalho precárias e, além de tudo, mal remuneradas. Mas, diante da possibilidade de, além de trabalhar fora, cuidar da casa e dos/as filhos/as acabam enfrentando a situação. O papel da mulher, ser mãe e dona de casa, é usado para atrapalhar o da trabalhadora e, por conseguinte, a expõe a piores condições de trabalho e menores chances de crescimento e valorização profissional.

Diante dessa realidade e com muitos homens saindo das obras do Vila Viva em virtude de salários menores que em outras obras, foram as mulheres da Comunidade da Serra que assumiram, apenas levando em conta a variante salário, os postos de operários dali. Eis a explicação de Maria Clara:

Igualzinho assim, aqui é mais perto pra gente. Como tem menino nosso na escola, no projeto, fica mais perto pra gente poder resolver as coisas. Porque na hora do almoço a gente vai, dá um pulinho em casa, resolve alguma coisa. (informação verbal)¹⁰³

Outra vantagem desse emprego, segundo Maria Clara, para as mulheres o salário era muito bom, comparado ao que recebiam como domésticas. Já os homens usavam como parâmetro de comparação do salário, os valores que receberam em outras experiências de trabalho no mercado da construção, por isso abandonavam o trabalho na construção pesada em busca de melhor remuneração. As mulheres pobres, não podem escolher entre dedicar—se mais ao trabalho ou a formação. Então, cabe a elas buscar alternativas para dividir o tempo entre o trabalho e o cuidado com os filhos e da casa.

Quanto à experiência de ser mãe, provedora e tantos outros papéis e funções que são atribuídos às mulheres, eis o que disseram as entrevistadas abaixo:

Ele é mais adulto do quê criança, porque ele teve que aprender tudo muito cedo. Desde que eu comecei a trabalhar, que eu deixei com a minha irmã... Então assim, ele já veio crescendo com uma certa responsabilidade até que ele nem tinha. [...] Então ele foi crescendo, aprendendo a fazer as coisas. Então ele não é tão dependente assim de mim. Se eu sair e deixar comida sem fazer, com certeza quando eu chegar ele comeu, ele vai no fogão e faz. [...] Tem onze anos. Ele se vira. (informação verbal)¹⁰⁴

Só tinha eu, minha filha e meu filho. Mas, saía cedo pra escola, da escola pro projeto, chegava em casa fazia o para casa deles, eu chegava do serviço e eles

¹⁰³ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Clara, armadora de ferragens, 31 anos, pediu demissão.

¹⁰⁴ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Luíza, servente de pedreiro, 33 anos, continua trabalhando.

dormindo, tava todos dois dormindo. Então eu nem tinha tempo de ta vendo eles. Eu saia cedo, eu já pegava meu menino, levava ele pro jardim... Eu não tinha tempo nenhum com eles. Eu já acordava eles cedo, levava pro jardim, quando não levava ele pro jardim acordava ele, arrumava ele, a menina passava, já descia com ele pro jardim pra mim, e com a filha dela, e a outra já arrumava e já ia também pro projeto de manhã, então eu não tinha tempo... E quando eu chegava já tava tudo dormindo. (informação verbal)¹⁰⁵

Como temos mostrado, aqui, as mulheres precisam desdobrar-se para arcar com as responsabilidades pela casa e pelos/as filhos/as. Essa situação faz com que os/as filhos/as ainda crianças, assumam responsabilidades e obrigações para as quais talvez ainda não estivessem preparados/as.

A propósito dos filhos, muitos criticavam o uniforme de *peão* que elas usavam. Mas, diante dessas críticas, elas traziam a resposta na ponta da língua, o mais verdadeiro de todos os argumentos:

Eu chegava de uniforme todo dia e ele [o filho] falava: - Lá vem o homem-mãe! Eu respondia: - Não é homem-mãe não! É com isso aqui que eu te sustento... é vestida assim que eu te sustento. (informação verbal)¹⁰⁶

Minha filha me vê com o uniforme e fala: - Nossa mãe, que uniforme feio! Eu falo: - É, mas é com esse uniforme aqui que eu ganho seu pão viu. Eu falo desse jeito. (informação verbal)¹⁰⁷

Com efeito, para comprar pão, material escolar, remédio, roupa, sapato, brinquedo, pagar o aluguel e construir a casa, essas mulheres, ao vestirem o uniforme feio, desajeitado, *feito para homem*, despem-se de estigmas e preconceitos, de medos e vergonhas, que lhes são impostos por nossa sociedade tirana, que na hora de dar-lhes age com mesquinhez, mas, para cobrar-lhes a fatura é certa.

Assim, em nossa investigação descobrimos que as operárias do Vila Viva são, há muito, trabalhadoras e aprendizes do trabalho e da vida. Ainda jovens, foram inseridas no mundo do trabalho e dele não mais saíram.¹⁰⁸ Alternando entre o trabalho formal e o informal seguem suas vidas, pois sem trabalho não têm como se sustentarem e aos seus dependentes. E nesse constante trabalhar, elas aprenderam muito, para o trabalho e para a vida.

¹⁰⁵ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Eduarda, carpinteira, 33 anos, continua trabalhando.

¹⁰⁶ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Luíza, servente de pedreiro, 33 anos, continua trabalhando.

¹⁰⁷ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Eduarda, carpinteira, 33 anos, continua trabalhando.

¹⁰⁸ Ver quadro 3 – Trabalhos das entrevistadas anteriores ao ingresso no Vila Viva. Página 99.

6.4 Educação para a vida

Certamente, todas as situações difíceis que enfrentaram em suas relações de trabalho, todos os conflitos e contradições que vivenciaram, levaram as operárias do Vila Viva a se valorizar como mulheres e trabalhadoras, a perceber que os limites que lhes são impostos são muito mais culturais do que naturais. Afinal, adquirir o respeito dos outros é muito mais difícil quando o outro se julga *mais* e melhor.

Em adição, essas mulheres da Comunidade da Serra aprenderam que, para sobreviver em determinados mercados de trabalho, era preciso se autoafirmarem a todo o momento, provar sua capacidade e seu profissionalismo. Aprenderam, também, que o reconhecimento pelo seu trabalho nem sempre acontece, além disso, quando acontece, costuma ser demorado. Para elas, muitas vezes, seria prova suficiente desse reconhecimento serem vistas e tratadas como igual. A operária Maria Eduarda fez referência, em vários momentos de sua entrevista, à questão da igualdade, como exemplifica este trecho:

Muitos me respeita. Muitos vira pra mim e fala assim: - Ah, isso aí é homem, isso aí trabalha muito mais que muitos homens. Muitos me respeita demais e valoriza sabe, porque graças a Deus o que tiver pra fazer eu faço, nunca deixei a desejar, tudo que pediu pra fazer eu dei conta de fazer, então muitos me valoriza. [...] - Isso aqui é macho. [...] [Convite do encarregado para que ela vá trabalhar com ele em outra empresa onde ele trabalha atualmente] Você não quer trabalhar lá não? Tá precisando. Falei que você é ótima carpinteira, que você trabalha mais que muitos homem. Eles falou que é pra mim te levar, que se você tiver desempregada é pra mim te levar. (informação verbal)¹⁰⁹

Ser comparada em seu trabalho a um trabalhador homem é sinônimo de reconhecimento, valorização e respeito. Esse discurso nos sugere o quanto ainda está enraizada, nas mulheres a dominação masculina. Mesmo quando parece ter sido superada, a dominação está, na verdade, escamoteada sob a forma de aceitação do homem, que somente valoriza a mulher operária ao vê-la como um reflexo de si mesmo. O convite de um encarregado, que já saiu do Vila Viva, para que ela fosse trabalhar com ele em outra obra significa o auge do reconhecimento da mulher profissional. Maria Eduarda nos apresentou ainda algumas pontuações sobre as aprendizagens subjetivas adquiridas em seu trabalho:

Eu aprendi a ser independente e para mim não tem: -Óh, obra não é lugar de mulher! Não existe isso, entendeu, então eu aprendi que o que as pessoas falam não importa,

¹⁰⁹ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Eduarda, carpinteira, 33 anos, continua trabalhando.

se o que você faz é correto, você tem mais é que ir em frente mesmo, entendeu? E pode vim homem da onde que for, pode vim o presidente e falar: - Oh, lugar de mulher não é em obra não! Vai entrar num ouvido e sair no outro, entendeu? [...] Eu já ouvi foi de tudo nessa obra: besteira, cantada, de tudo. Mas entra num ouvido, sai no outro. Nada do que eu escuto na obra eu levo pra casa... besteira não... (informação verbal)¹¹⁰

Em outras palavras, para continuar seu trabalho, ela precisava, muitas vezes, ignorar o que os outros trabalhadores lhe diziam. A *besteira que obra não é lugar de mulher*, mesmo que dita pelo presidente, seria para ela inadmissível. Ela sabia que sua permanência ali dependia de sua capacidade de selecionar o que era bom, o que deveria ser ouvido para ajudá-la a ser uma melhor profissional, do que era ruim, do que em nada contribuiria para seu desenvolvimento.

A constante repetição de comentários como *obra não é lugar para mulher, mulher não foi feita para trabalhar em obra, obra é lugar de homem* é, simultaneamente, a afirmação da separação entre homens e mulheres no mundo do trabalho e a negação de acesso à mulher a determinados trabalhos e meios. Dessa forma garante-se a manutenção das definições de ocupação e poder, preestabelecidas nas mentalidades pela divisão sexual do trabalho.

Diríamos, então, que, essas definições expressam as tendências e os costumes presentes na sociedade. Elas representam a reprodução de elementos ideológicos que se manifestam por meio de fortes marcas e separações das relações entre dominantes e dominados. Romper a sequência das aprendizagens inconscientes realizadas por meio do corpo a corpo, com palavras e gestos encobertos, em obscuras relações entre as gerações não é fácil. (BOURDIEU, 1995).

Em última análise, apesar de todas as dificuldades enfrentadas por essas mulheres para romper com tantas aprendizagens inconscientes, as quais foram submetidas ao longo da vida, muitas lições e aprendizagens elas construíram nas relações de trabalho. Assim, aprenderam que eram capazes de realizar trabalhos pesados e que mesmo fazendo mais e melhor, o trabalho delas continuava sendo menos valorizado; que exigiam delas muito mais do que cobravam dos homens, portanto há discriminação nas relações de gênero; que, apesar da perversidade com que foram, muitas vezes, recebidas e da obrigação por realizar tarefas difíceis, tinham que provar que eram capazes de fazê-las, superá-las e até serem reconhecidas; que diante do assédio, da discriminação, da hostilização, deveriam ter firmeza física e moral para se manter e continuar trabalhando. Desse modo, essas mulheres contribuíram por si só

¹¹⁰ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Eduarda, carpinteira, 33 anos, continua trabalhando.

para a construção da sua consciência de vida e cidadania, e coletivamente, para a formação objetiva da subjetividade de ser mulher. Finalizando, reconhece Maria Luíza:

Eu aprendi a me valorizar mais, a me dar mais valor. [...]Acho que eu tô bem servida. A minha contribuição eu já dei... (informação verbal)¹¹¹

6.5 Entre a escola e o trabalho: a negação à classe trabalhadora do direito de escolha

Como apresentamos no decorrer desta dissertação, todas as operárias do Vila Viva já haviam frequentado a escola. Algumas aprenderam apenas o suficiente para ler e escrever textos simples; outras haviam cursado até os últimos anos do ensino fundamental e médio, faltando apenas um ou dois anos de escolarização regular para a conclusão dos estudos.

Contudo, mesmo com uma vida estudantil irregular, em nenhum momento nossas operárias desmereceram ou desqualificaram a educação escolar. A elas, simplesmente, não foram oferecidas condições para permanecerem na escola. Para exemplificarmos como era difícil para elas a permanência na escola, apresentamos a experiência da servente Maria Luíza. Ela não pôde concluir o ensino fundamental porque até mesmo em escola pública, estudar era caro:

Eu larguei porque meu pai não tinha condição de pagar colégio pra duas. Eu larguei pra minha irmã estudar e ela não quis. Aí não foi nem eu, nem ela. [...] Era do Estado [a escola], mas tinha que comprar praticamente tudo. No grupo [até a quarta série], o uniforme era dado, o material, a maioria era dado. Eu tinha um padrinho que todo ano letivo ele me dava todo material pro ano todo. Então assim, com isso meu pai nunca teve gasto. Mas aí quando eu passei pro colégio o uniforme tinha que ser comprado, os livros tinha que ser comprado, tinha que pagar alguma coisa de uma carteirinha que tinha que fazer, tudo tinha que ser pago. É assim, pra fazer pra eu e a minha irmã juntas, meu pai não tinha condição e ela batendo o pé que ela queria, eu falei: - Tudo bem! Ela quer então faz pra ela e eu daqui a pouco começo a trabalhar eu mesmo faço pra mim. Como eu não fui ela não foi também, nem eu nem ela. Eu queria ter estudado mais, só não deu. (informação verbal)¹¹²

Uma das formas mais sutis e perversas de exclusão da classe trabalhadora do espaço escolar são os mecanismos que fazem com que ela até consiga vaga para estudar, mas não para ali permanecer. A sutileza dessa forma de exclusão está em fingir que a escola é para todos/as e a perversidade está em deixar que o/a aluno/a acredite que se nela não permaneceu foi por culpa dele/a (aluno/a), culpa por não ter capacidade financeira ou cultural suficiente

¹¹¹ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Luíza, servente de pedreiro, 33 anos, continua trabalhando.

¹¹² Informações fornecidas pela entrevistada Maria Luíza, servente de pedreiro, 33 anos, continua trabalhando.

para ali continuar, aprender, experimentar e experienciar o mundo escolar. Este que não lhe pertence e ao qual ele/a não pertence.

Como bem exemplifica Gaudêncio Frigotto (2002), ao analisar a improdutividade da escola, ela, por meio de processos seletivos, meritocráticos, seleciona, já na entrada dos alunos, ou na permanência aqueles que a ela interessa educar. Enxergamos aí uma predestinação: o aluno pertencente à classe trabalhadora é destinado a determinada função, de acordo com a escola que frequentou e com as competências ali ensinadas ou, ainda, com a escola onde não teve acesso. A escola é improdutiva exatamente por produzir e reproduzir a continuidade das relações sociais de produção existentes e a manutenção da imobilidade social.

Concordamos com o autor, quanto à improdutividade da escola ser cheia de intencionalidades. Assim, mesmo quando o sistema educativo aparenta apresentar falhas, necessariamente elas não o são consideradas ou tampouco acontecem por acaso. Afinal, falhas existem e vão continuar existindo para a perpetuação do que hoje está posto e que interessa à classe dominante. A esse respeito, argumenta Gaudêncio Frigotto:

A idéia básica é que assim como o capital, no seu processo de acumulação, concentração e centralização pelo trabalho produtivo vai exigindo cada vez mais, contraditoriamente, trabalho improdutivo, como se fossem verso e averso de uma mesma medalha, a “improdutividade da escola” parece constituir, dentro desse processo, uma mediação necessária e produtiva para a manutenção das relações capitalistas de produção. A desqualificação da escola, então, não pode ser vista apenas como resultante das “falhas” dos recursos financeiros ou humanos, ou da incompetência, mas como uma decorrência do tipo de mediação que ela efetiva no interior do capitalismo monopolista. (FRIGOTTO, 2002, p.134). (grifos do autor)

Essa permanência é ainda mais difícil quando lidamos com pessoas jovens e trabalhadoras, para as quais a escola não está preparada. Uma das operárias entrevistadas confessou-nos que, quando adulta, tentara retornar à escola, mas as constantes greves e faltas dos/as professores/as fizeram-na desistir de vez de concluir seu segundo grau e, quem sabe, ser engenheira. Assim, desistiu de realizar seu maior sonho. Outra entrevistada disse que até tentou voltar à escola, mas viu que não era possível estudar adultos e adolescentes em uma mesma sala: as experiências, anseios e comportamentos eram muito diferentes. Essas experiências foram vivenciadas há pouco tempo, no máximo há cinco anos, portanto, falamos de uma escola atual.

Em linhas gerais, como vimos, a escola exclui a classe trabalhadora negando-lhe a entrada, a permanência e, por conseguinte, impossibilitando-a de concluir os estudos. Dessa

forma, a escola nega à classe trabalhadora o acesso ao conhecimento historicamente acumulado e sistematizado que por ela deveria ser produzido e difundido.

Finalizando, apesar de saber o valor da aprendizagem obtida no trabalho, as operárias do Vila Viva reconheciam o valor da educação escolar. Acreditavam que o acesso a ela poderia oferecer-lhes maiores e melhores possibilidades de emprego. Responsabilizavam estar trabalhando em serviços pesados, precários e com baixa remuneração a escolarização que lhes foi negada. Além disso, a servente Maria Fernanda frisou que trabalhava constantemente para que os/as filhos/as pudessem estudar. Seu desejo é que suas filhas tenham as oportunidades que lhe foram negadas pela falta de conhecimentos escolares:

Olha, eu não tô criando elas pra trabalhar em obra não. [...]Eu quero que elas estuda e assim, tenha uma formação melhor, porque eu não tive, é isso que eu quero. Não quero assim, que elas fica lá, mexendo com massa, mexendo com entulho, esses negócio não. Mãe nenhuma quer. (informação verbal)¹¹³

¹¹³ Informações fornecidas pela entrevistada Maria Fernanda, servente de pedreiro, 39 anos, foi demitida.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Então foi assim...
O negócio que eu tinha pra falar
da obra é só isso mesmo.¹¹⁴*

Neste momento em que o Brasil está passando por um período de *boom* no mercado da construção, há grande demanda por mão de obra e as mulheres estão inserindo-se cada vez mais nesse mercado. Assim, não sem razão, investigamos o trabalho das mulheres como operárias da construção pesada no Programa Vila Viva, realizado na Comunidade da Serra, em Belo Horizonte (MG). Analisamos a execução de atividades historicamente consideradas *ethos* masculinos procurando compreender o motivo da escolha dessas mulheres em adentrar nesse mercado de trabalho.

Ora, em nossa sociedade, não é comum mulheres trabalharem como operárias da construção civil. Se há uma generalização do que é comum e socialmente aceito, há também um estranhamento ante o diferente, o que não faz parte do nosso cotidiano. Esse estranhamento não ocorre do dia para a noite; ele é construído socialmente pelo mundo que estamos acostumados a ver à nossa volta; pela sociedade em que vivemos; pelas mentalidades e hábitos historicamente construídos com seus princípios e concepções ideológicos e econômicos; e, ainda, pelas pessoas com quem convivemos e pelo que aprendemos, desde sempre em nossa trajetória de vida.

Portanto, o fato de mulheres trabalharem como operárias da construção civil prova esse relativismo e essa contingência das construções e representações sociais, acerca das relações de trabalho. Muda-se o tempo, muda-se o local, muda-se também o modo como as pessoas percebem o mundo a sua volta, o outro e como se percebem.

Mas, ao iniciar nossa investigação, percebemos que o número de mulheres trabalhando na construção pesada era espantoso, porém a representatividade era apenas quantitativa, pois as melhorias trabalhistas eram poucas. E, mesmo havendo um número expressivo de trabalhadoras, elas estavam ali porque faltava mão de obra masculina disposta a ocupar os postos de trabalho mal remunerados, na construção pesada.

¹¹⁴ Assim a entrevistada Maria Fernanda terminou sua narrativa.

Concordamos com Laís Abramo (2007) ao afirmar que a ideia da mulher como força de trabalho secundária, significando que ela é minoria no mundo do trabalho ou que os seus proventos apenas complementam a renda do marido, está desmistificada por diversas pesquisas. Seus autores comprovam que, hoje, a entrada de mulheres no mercado de trabalho é muito maior que a dos homens e, em grande parte, as mulheres constituem a principal ou a única fonte de renda das famílias. Entretanto, com os conhecimentos adquiridos durante a realização deste estudo, julgamos importante acrescentar que a mão de obra feminina é secundária se avaliarmos quando e sob quais condições o mercado de trabalho se abre a ela, como a recebe, como a mantém e como a destitui. Sob essa perspectiva, as mulheres continuam sendo chamadas para determinados mercados de trabalho para suprir a carência de mão de obra masculina e para assumir postos de trabalho inferiorizados hierárquica, social e financeiramente, com limitadas condições reais de crescimento profissional.

Posto isso, durante nosso percurso de pesquisa, encontramos mulheres fortes, há muito trabalhadoras de casa e *da rua*. Por isso, muitas percebem que as imagens sociais de feminilidade - fragilidade, delicadeza e dependência não as representam. Quanto às aqui pesquisadas, elas demonstraram que são capazes de superar frustrações, obstáculos e limitações físicas e culturais. Elas não atendem ao padrão de feminilidade construído histórica, cultural e socialmente, sustentado em pilares nada sólidos, repletos de preconceitos e estigmas que as discriminam, segregam e desvalorizam enquanto mulheres e enquanto trabalhadoras. Logo, precisam ser revistos, questionados e transformados.

No entanto, de acordo com nossos dados, tendo ou não consciência dessa situação, elas acabam interiorizando essas representações de feminilidade. E, assim, elas aceitam o trabalho de operárias como uma concessão, uma oportunidade que as empresas lhes dão. Muitas até veem essa oportunidade quase como favor.

Ora, não houve e não há nenhum favor por parte do empregador capitalista em buscar no mercado mão de obra qualificada e barata, a não ser a ele mesmo. As mulheres estão aptas ao trabalho como operárias na construção, assim como esse mercado está pronto para absorvê-las. Tanto está pronto que as recebeu, as manteve e as mantém, apesar do argumento do discurso oficial, sem fundamento de que a mulher é mais fraca fisicamente e mais cara financeiramente. Em comparação com suas experiências anteriores como domésticas ou diaristas, para quem tem pouco ou nada, qualquer acréscimo, seja financeiro, seja de direitos trabalhistas é muito mais relevante na escolha do trabalho do que o fato de o serviço ser mais

leve ou mais pesado. Por necessidade de sobrevivência e de seus/uas familiares, a mulher se submete a piores salários e condições de trabalho.

De qualquer forma, a contratação de mulheres como operárias das obras de construção pesada, neste momento de expansão imobiliária, trouxe benefícios tanto ao contratante quanto à contratada. Para as empresas capitalistas, é interessante contar com um número maior de pessoas aptas à realização de suas tarefas, independentemente do sexo. Mas, se tratar de um profissional qualificado e com experiência, melhor ainda, pois dentro da lógica capitalista ensinar e treinar é custo, não investimento, pois demanda tempo e recursos, o que pode diminuir os lucros em curto prazo, mesmo que os aumentem em longo prazo. É sempre bom ter mão de obra disponível, preferencialmente em abundância, pois a lei de mercado é quanto maior a oferta, mais barato é o produto, neste caso, a mão de obra.

Da mesma forma, para as mulheres, é interessante ter outra possibilidade de trabalho, principalmente se elas conseguirem progredir e alcançar melhor qualificação, melhores condições de trabalho, maior remuneração, reconhecimento, benefícios e direitos trabalhistas. Elas já estão em um nicho diferenciado de trabalho, competem com os homens que resistem em aceitá-las, contudo, elas precisam superar os preconceitos. Afinal, não basta fazer igual a eles; como mulheres, se querem estar ali, precisam fazer mais e melhor.

Posto isso, em comparação com o número de homens inseridos nas obras, ainda é incipiente o número de mulheres no mercado de trabalho da construção pesada. Assim já foi no magistério, na medicina, na segurança e tantos outros serviços. Mas, a entrada das mulheres nesse mercado mina um dos últimos redutos masculinos de trabalho e põe à prova a mais recorrente de todas as falácias quanto à incapacidade da mulher para realização de determinados trabalhos: a pouca ou nenhuma força física.

Com referência às mulheres no Vila Viva, concentramos nossa análise nas respostas aos questionamentos e às hipóteses que nos afligiam. No entanto, consideramos que é importante e necessária a realização de novas pesquisas, novas investigações sobre as relações de gênero em mercados de trabalho masculinos e masculinizados e as aprendizagens possibilitadas por essas relações. É um campo de estudos que merece atenção e aprofundamento empírico e teórico.

Acreditamos que, investigações como a que aqui concluímos, desvelam pontos ainda obscuros para a sociedade sobre a participação feminina no mundo do trabalho. Afinal, a reflexão, desmistificação e desconstrução de preconceitos enraizados em nossa sociedade como, por exemplo, as representações de que as mulheres não dão conta de entrar e

permanecer em determinados mercados de trabalho e/ou de exercer determinadas funções, poderá retificar o que está posto pelo discurso oficial e considerado como verdade absoluta.

Ressaltamos, ainda, que não incluímos neste estudo todas as mulheres que trabalharam como operárias do Vila Viva, nem os contratantes e os trabalhadores homens com quem elas trabalharam. Não por falta de interesse das pesquisadoras, mas por indisposição dos mesmos em participarem de uma pesquisa sobre o trabalho feminino no mercado da construção pesada. Acrescentamos também que o tempo para a realização da pesquisa nos impediu de fazer uma coleta de dados pós trabalho no Vila Viva com essas mulheres, para verificar se continuariam ou não no mercado da construção, pesada ou civil. Uma investigação sobre a situação trabalhista dessas mulheres daqui a alguns anos, caso o mercado da construção pesada ou civil mantenha-se aquecido, poderia apresentar novos e importantes dados sobre a inserção da mulher nesse mercado. Pensamos que a ampliação ou manutenção desse mercado poderá significar a consolidação das mulheres como *peoas*, caso nele ainda estiverem. Assim, quem sabe, então, à afirmação do provérbio “a mulher sábia edifica seu lar”, poderemos acrescentar: *e a mulher inteligente constrói sua casa*. Mas, para o momento, fica confirmada a tese de muitos/as autores/as, e nossa, quanto ao uso da força de trabalho feminina, em determinados mercados, como mão de obra secundária, para cobrir lacunas quando a masculina torna-se indisponível.

Enfim, durante a investigação que culminou nesta dissertação, encontramos mulheres com longa caminhada no mundo do trabalho, mas no mercado da construção estão aprendendo a dar seus primeiros passos, por isso precisam dar um passo de cada vez, caminhar um pouco a cada dia.

Verdade é que, nesse caminho, que realmente se fez ao caminhar, individual e coletivamente, as mulheres operárias foram construindo pontes, ruas, praças, prédios e, simultaneamente, foram construindo-se mulheres, mães, filhas, operárias. E, ainda, constroem amiúde e paulatinamente, com muito labor, o respeito e o reconhecimento dos seus pares. Superaram expectativas, frustrações e preconceitos dos outros e de si mesmas e, com muita ousadia, vão quebrando paradigmas e derrubando barreiras quanto as suas possibilidades e limitações. E, nesse antagonismo construir/desconstruir, elas reconstroem um pouco da sua história... da nossa história.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís Wendel. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?** 2007. 327 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

ABRAMO, Laís Wendel. Inserção das mulheres no mercado de trabalho na América Latina: uma força de trabalho secundária? In: HIRATA, Helena e SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. (Org.) **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Senac, 2007. p. 21-41.

AFONSO, Mariza Rezende; AZEVEDO, Sérgio de. Cidade, poder público e movimento dos favelados. In: POMPEMAYER, Malori José (Org.). **Movimentos sociais em minas gerais: Emergência e Perspectivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1987. p. 111-139.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2002.

AMOSSY, Ruth. 2005. *O Ethos* na Intersecção das Disciplinas: Retórica, Pragmática, Sociologia dos Campos. In: Amossy, Ruth (Org.). **Imagens de si no Discurso: a Construção do Ethos**. São Paulo: Contexto.

BAUER, Martin W.; JOVCHELOVITCH, Sandra. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 90-113.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994 (Ciências da educação, vol. 12).

BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. Cap. 3, p. 59-74.

_____, Pierre. **A dominação masculina**. Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 20, n.2, jul/dez, p. 133-184, 1995.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**, de 1º de maio de 1943.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia**. Conselho Nacional de Educação, 15 de maio de 2006.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria nº. 397, de 9 de outubro de 2002. Institui a **Classificação Brasileira das Ocupações – CBO**. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/home.jsf>> Acesso em: 21/9/2010.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho, educação e rendimentos das mulheres no Brasil em anos recentes. In: HIRATA, Helena e SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. (Org.) **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Senac, 2007. p. 43-87.

BRUSCHINI, Cristina RICOLDI, Arlene Martinez; MERCADO, Cristiano Miglioranza. Trabalho e Gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional. In: COSTA, Albertina de Oliveira et al (orgs). **Mercado de Trabalho e Gênero: Comparações Internacionais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

CAPELLE, Mônica Carvalho Alves. **O trabalho feminino no policiamento operacional: Subjetividade, Relações de Poder e Gênero na Oitava Região da Polícia Militar de Minas Gerais**. (2006). 2005. 378 p. Tese. (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CASTEL Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo W.; BELFIORI-WANDERLEY, Mariângela. **Desigualdade e a questão social**. 2 ed. São Paulo: EDUC, 2000.

CATAPAN ET AL. Trabalho e conhecimento: O movimento constitutivo na formação do homem. **Perspectiva**, Florianópolis, n. 17, p. 67 – 77, 1992.

CHAMON, Magda. **Trajatória de Feminização do Magistério: Ambiguidades e Conflitos**. Belo Horizonte: Ática, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CONSELHO PLENO. Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf> Acesso em: 15/1/2011.

CUNHA, Maria Amália de Almeida de. Gênero no Trabalho: Desemprego, Exclusão e Precariedade. **Revista do NETE**, Belo Horizonte, N. 6, p. 125-141, Jul/Dez 1999.

D'AMORIM, Sheilla. **Aumenta presença de mulheres na construção**. Folha de São Paulo. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me2703201112.htm>> Acesso em: 03/04/2011.

DANIEL, Camila. **Mulheres embarcadas: gênero, família e trabalho na percepção de mulheres em espaços masculinos**. 2009. 149 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. Campinas: Papirus, 1996. 127p. (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).

DIEESE. **Pesquisa de Emprego e Desemprego – Perfil das famílias no mercado de trabalho da região metropolitana de Belo Horizonte**. Boletim Regional Mulher . (2007-2008). Mar 2009. Disponível em <http://www.dieese.org.br/ped/bhz/pedbhz_Mulher2009.pdf> Acesso em: 18 de abril de 2010

DIEESE. **Pesquisa de Emprego e Desemprego – O emprego doméstico na região metropolitana de Belo Horizonte**. (2000-2009). Mar 2010. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/ped/bhz/pedbhzMulher2010.pdf>> Acesso em: 18 de abril de 2010

EMPRESA DE TRANSPORTE E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE. **Nova ligação entre regiões Centro-Sul e Leste**. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<http://www.bhtrans.pbh.gov.br/portal/page/portal/portalpublico/Imprensa/Vila%20Viva%20Serra>> Acesso em: 03/09/2010

ENGUIITA, Mariano Fernández. **Trabalho, escola e ideologia: Marx e a crítica da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre, In: DEL PRIORE, Mary (org). **História das Mulheres no Brasil**. 9ª ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto. 2007. P. 510-553

FONSECA, Tânia Mara Galli. **Gênero, subjetividade e trabalho**. Rio de Janeiro: Vozes. 2000.

FRANÇA, Júnia Lessa et al. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 6ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**, 6ª ed . São Paulo, Cortez, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIULANI, Paola Capellin. Os Movimentos de Trabalhadoras e a Sociedade Brasileira. In: DEL PRIORE, Mary (org). **História das Mulheres no Brasil**. 9ª ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto. 2007. P. 640-667

GORZ, André. **Adeus ao Proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1982.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002.

IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego** – Região metropolitana de Belo Horizonte. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/pme_201006mgcomentarios.pdf> Acesso em: 15 de maio de 2010

_____. **Pesquisa Mensal de Emprego** – O trabalho da mulher principal responsável no domicílio. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/trabalho_mulher_responsavel.pdf> Acesso em: 15 de maio de 2010

_____. **Pesquisa Mensal de Emprego** – O trabalho da mulher principal responsável no domicílio. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_mulher/Suplemento_Mulher_2008.pdf> Acesso em: 15 de maio de 2010

_____. Pesquisa Anual da Indústria da Construção/PAIC. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/english/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=205&id_pagina=1>. Acesso em: 10/2/2010.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 6ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Trabalho e Educação como Objeto de Investigação. **Revista do Núcleo de Estudos Sobre Trabalho e Educação**. Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 127-136, Jul/Dez 2005.

_____. Racionalização Produtiva e Formação no Trabalho. **Revista do Núcleo de Estudos Sobre Trabalho e Educação**. Belo Horizonte, n. 0, p. 41-61, Jul/Dez 1996.

MACIEL, Elizabeth Nunes. **Gênero, Trabalho e Família: A Construção de Espaços Femininos na Periferia Urbana de Passo Fundo**. Passo Fundo: Upf, 2001.

MANACORDA, Mario Alighiero. A educação no oitocentos. In: _____ **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias**. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 1997. p. 269-310

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro 1**. 19ª ed. Vol 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

MORAES, Maria Lygia Quartim. A cidadania para todos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **História da Cidadania**. 4 ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto. 2008. p. 495-515

NICHOLSON, Linda. **Interpretando Gênero**. Revista Estudos Feministas Santa Catarina:UFSC. v. 8, n. 2, 2000.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **A Feminização no Mundo do Trabalho: Entre a Emancipação e a Precarização**. Campinas: Autores Associados, 2004.

PELEGRINO, Ana Izabel de Carvalho. O Progresso das Mulheres no Brasil. UNIFEM, FUNDAÇÃO FORD, CEPIA. **As Mulheres e o Cotidiano Urbano no Brasil**. Brasília. 2006. p. 174-209.

PEREIRA, Claudius Vinícius Leite; AFONSO, Andrea Scalon; MAGALHÃES, Maria Cristina Fonseca de. **Programa Vila Viva**. Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=22546&chPlc=22546&termos=vila%20viva%20serra> Acesso em: 15 jan. 2009

PERTICARRARI, Daniel. **“Foi com o trabalho que me tornei homem”**: trabalho, gênero e geração. 2007. 165 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

Perrelli, Marly Terezinha. **Mulheres do Petróleo: sentidos atribuídos por homens e mulheres a tarefas tradicionalmente consideradas masculinas**. 2005. 131 p. Dissertação. (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria. Igualdade e Especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **História da Cidadania**. 4 ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto. 2008. p. 265-309

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Belo Horizonte, 2009. Disponível em:

<<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=17321&chPlc=17321&termos=vila%20viva>> Acesso em: 15 jan. 2009

_____. Belo Horizonte, 2009. Disponível em:

<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=8178&lang=pt_BR&pg=5580&taxp=0&idConteudo=17336&chPlc=17336> Acesso em: 15 jan. 2009

_____. Belo Horizonte, 2009. Disponível em:

<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=8178&lang=pt_BR&pg=5580&taxp=0&idConteudo=17341&chPlc=17341> Acesso em: 15 jan. 2009

_____. Belo Horizonte, 2009. Disponível em:

<<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=19917&chPlc=19917&termos=vila%20viva>> Acesso em: 15 jan. 2009

RAGO, Margareth. Trabalho Feminino e Sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (org). **História das Mulheres no Brasil**. 9ª ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto. 2007. P. 578-606

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SANTA BÁRBARA ENGENHARIA. Urbanização das Vilas do Aglomerado da Serra. Belo Horizonte, 2008. Disponível em:

<<http://www.santabarbarasa.com.br/Cmi/pagina.aspx?146&codigo=146>> Acesso em: 15 jan. 2009.

SILVA, Santuza Amorim e PÁDUA, Karla Cunha. Explorando narrativas: algumas reflexões sobre suas possibilidades na pesquisa. In: CAMPOS, Regina Célia (Org.) **Pesquisa, Educação e formação humana: nos trilhos da história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 105-126.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero uma categoria útil de análise histórica**. Porto Alegre: Educação e Realidade. V. 20, n.2, jul/dez, p. 71-99, 1995.

SCOTT, Joan Wallach. A mulher trabalhadora. In: Duby, G. e Perrot, Michelle. **História das Mulheres no Ocidente**. Porto: Edições Afrontamento. Vol. IV. 1992.

SINGER, Paul. A cidadania para todos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **História da Cidadania**. 4 ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto. 2008. p. 191-263

WILLIS, Paul. **Aprendendo a ser trabalhador: escola, resistência e reprodução social**. Porto Alegre: Artes médicas, 1991.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Entrevista Narrativa

Caracterização das operárias

Idade:

Situação Civil:

Cor/raça:

Quantidade de filhos:

Idade do filho mais novo:

Fez Laqueadura de trompas:

A principal fonte de renda de sua casa:

Escolaridade:

Estuda atualmente:

Função exercida no Vila Viva:

Tempo de trabalho como operária no Programa Vila Viva:

Questão gerativa-narrativa

Gostaria que você me falasse sobre o seu trabalho como operária da construção civil no Programa Vila Viva, realizado aqui na Comunidade da Serra. Quero que me conte desde como você ficou sabendo desse trabalho, sua inscrição, como foi chamada, quais eram suas tarefas nas obras, como era seu relacionamento com os outros trabalhadores e com as outras trabalhadoras, até sua saída. Tente contar o máximo de detalhes possível, mesmo se você achar que é bobagem, que não tem importância, você pode falar. Quanto mais detalhes você se lembrar mais estará me ajudando em minha pesquisa. O que precisar perguntar deixarei para o final, por isso, falarei o mínimo possível para não te interromper. Não tenho pressa em terminar, então você pode ficar à vontade para falar o tempo que achar necessário.

Investigações da narrativa

Fase do equilíbrio

1 – Fale-me um pouco dos trabalhos nos quais você já trabalhou antes desse. O que você fazia? Durante quanto tempo? Quais eram seus dias e horários de trabalho?

2 – Além desse trabalho você fazia algum outro em casa ou em outro lugar? É você quem faz comida, lava, passa, cuida da casa e dos filhos? Se a resposta for positiva, alguém a ajuda ? Sempre foi assim.

3 – Que tipo de *proveito*, de aprendizado você teve com esse trabalho como operária da construção civil no Programa Vila Viva? O que você poderia dizer que aprendeu com esse trabalho?

4 – Como os funcionários homens que trabalhavam com você nas obras do Programa Vila Viva a tratavam? Você notava diferença no que eles falavam ou faziam com você para o que eles falavam ou faziam com os outros funcionários homens?

5 – Qual era a função da pessoa que lhe dizia o que você tinha que fazer? Gostaria que você me falasse um pouco sobre o seu relacionamento com essa pessoa?

6 – Agora gostaria que você me falasse sobre o que seus familiares (esposo (a) /pai/mãe/irmãs (os) /filhos) acharam desse seu *novo* emprego. Se alguém falou alguma coisa diferente do que você acha que falaria se você não estivesse trabalhando como operária da construção civil.

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

A senhora está sendo convidada a participar, como voluntária, da pesquisa “*Construindo muros, derrubando barreiras: a (des)construção das representações do gênero feminino no trabalho das operárias do Programa Vila Viva*” Após a devida leitura desse documento, compreensão e esclarecimento de dúvidas com a pesquisadora, o presente termo deverá ser assinado, caso concorde em participar.

Sua participação não é obrigatória, sendo certo, ainda, que a qualquer momento a senhora poderá desistir do voluntariado, retirando seu consentimento, o que não trará nenhuma consequência em sua relação com a pesquisadora ou com as instituições.

Será emitida cópia deste termo, onde consta o telefone e endereço da pesquisadora principal. Por meio desses contatos, você poderá esclarecer dúvidas do projeto e de sua atuação ao longo de todo o período de duração da pesquisa.

NOME DA PESQUISA: “Construindo muros, derrubando barreiras: a (des)construção das representações do gênero feminino no trabalho das operárias do Programa Vila Viva”

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: Magda Lúcia Chamon

CO-PESQUISADORA: Floriscena Estevam Carneiro da Silva

ENDEREÇO: Rua Paraíba, 29, 6º andar. Bairro Funcionários, Belo Horizonte – MG. Cep: 30130-140

E-MAIL: mestrado.fae@uemg.br

TELEFONE: (31) 3239-5913

OBJETIVOS:

Os objetivos dessa pesquisa são investigar por que algumas mulheres estão trabalhando como operárias da construção civil no Programa Vila Viva do Aglomerado da Serra, por que elas estão trabalhando em funções que eram consideradas masculinas e o que esse trabalho alterou em suas vidas social, familiar e financeira.

PROCEDIMENTOS DO ESTUDO:

Primeiro serão selecionadas vinte mulheres que trabalham ou trabalharam como operárias da construção civil no Programa Vila Viva do Aglomerado da Serra. Serão selecionadas mulheres que atuaram como: pedreiras, serventes de pedreiros, carpinteiras,

armadora de ferragens e operadoras de betoneiras, porque essas são profissões que até pouco tempo eram realizadas somente por homens. Essas vinte mulheres participarão da entrevista.

Foram critérios de seleção das mulheres para essa entrevista: continuar trabalhando nas obras do Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra; haver trabalhado nas obras do Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra e ter sido demitida; ou haver trabalhado nas obras do Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra e ter pedido demissão.

As entrevistas serão feitas individualmente, gravadas e/ou filmadas, a critério das entrevistadas e as informações serão usadas somente para estudos acadêmicos.

RISCOS E DESCONFORTOS:

Você não sofrerá nenhum tipo de constrangimento nem será exposta ou ridicularizada por causa das suas opiniões ou dos seus conceitos.

BENEFÍCIOS:

A sua participação é muito importante para essa pesquisa, pois com as informações que você nos dará e os nossos estudos, produziremos conhecimentos que possibilitarão uma melhor compreensão do funcionamento da sociedade e do mercado de trabalho e como a entrada das mulheres para determinados mercados é influenciada por ambos.

CUSTO/REEMBOLSO PARA O PARTICIPANTE:

Sua participação se dará na condição de voluntária, o que significa que não irá receber qualquer incentivo financeiro, gratificação ou reembolso, por conta de sua participação, assim como também não terá que pagar nada para participar da pesquisa.

CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA:

A sua identidade não será revelada. Os dados e documentos gerados durante a pesquisa ficarão de posse das pesquisadoras que se comprometem a mantê-los sob sigilo e o que for apresentado na pesquisa será feito através de um número, ou de uma letra, ou de um apelido que a identificará.

Assinatura da Pesquisadora Responsável:

Assinatura da Co-pesquisadora:

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO COMO SUJEITO DA PESQUISA

Eu, _____, estado civil _____, Profissão _____, Moradora da rua _____, nº _____, Complemento _____, Bairro _____. Portadora da RG _____ e do CPF _____, declaro que li e compreendi as informações contidas nesse documento, fui devidamente informada pela pesquisadora Floriscena Estevam Carneiro da Silva dos procedimentos que serão utilizados, riscos, desconfortos, benefícios, custo/reembolso das participantes, confidencialidade da pesquisa, e que, após tudo isso, concordo em participar dos estudos. Foi-me garantido que posso me retirar da pesquisa a qualquer momento, invalidando, por conseguinte, meu consentimento, sem que isso leve a qualquer penalidade.

Quaisquer dúvidas relacionadas ao seu direito como participante da pesquisa, favor entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Mater Dei:

Endereço: Av. Barbacena, nº 1057
 Bairro Santo Agostinho – Belo Horizonte – MG – 30.190-131
 Telefones: (31) 3339-9563 / 3339-9571

Declaro ainda que recebi uma cópia desse Termo de Consentimento.

LOCAL E DATA: _____, ____/____/_____.

NOME E ASSINATURA DO SUJEITO OU RESPONSÁVEL (se menor de 21 anos):

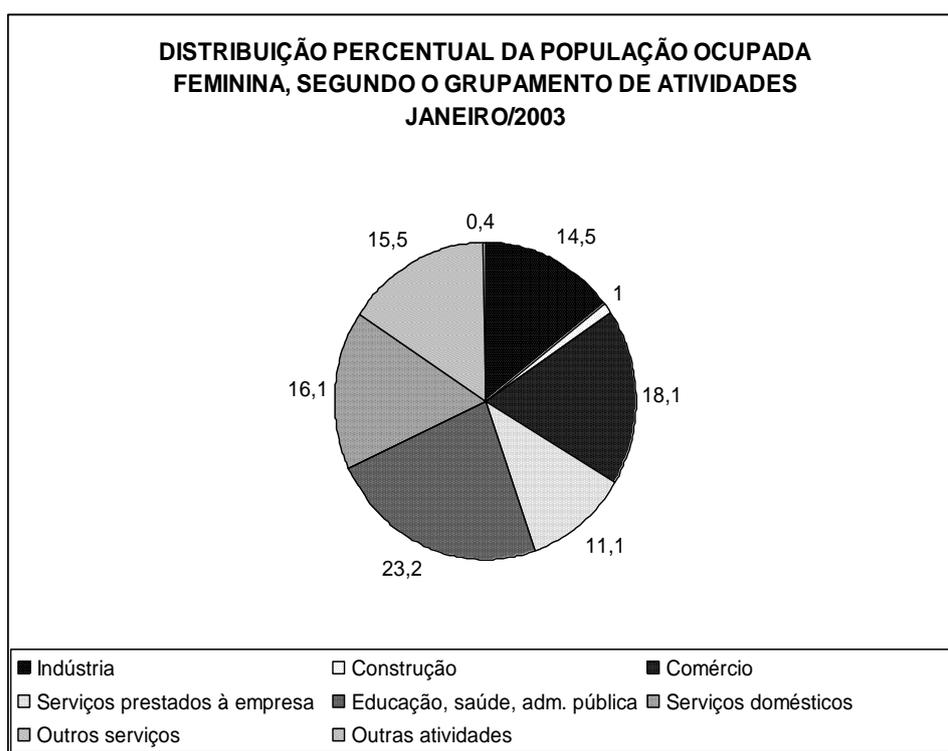
 (Nome por extenso)

 (Assinatura)

APÊNDICE C – Análises e gráficos sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho - Nacional e Municipal – De 2003 a 2008

Para análise das mudanças mais significativas sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho, entre os anos de 2003 e 2008, recorreremos aos dados da publicação Suplemento Mulher 2009, do IBGE. Ao compararmos os meses de janeiro dos respectivos anos, percebemos algumas diferenças entre os grupos de atividades que mais sofreram alterações com relação ao número de mulheres no mercado de trabalho. Sobre essa inserção, a seguir, apresentamos os gráficos¹¹⁵ da pesquisa com os indicadores nacionais e municipais.

Gráfico 1 – Distribuição percentual da população ocupada feminina, no Brasil, por grupamento de atividades, em janeiro de 2003

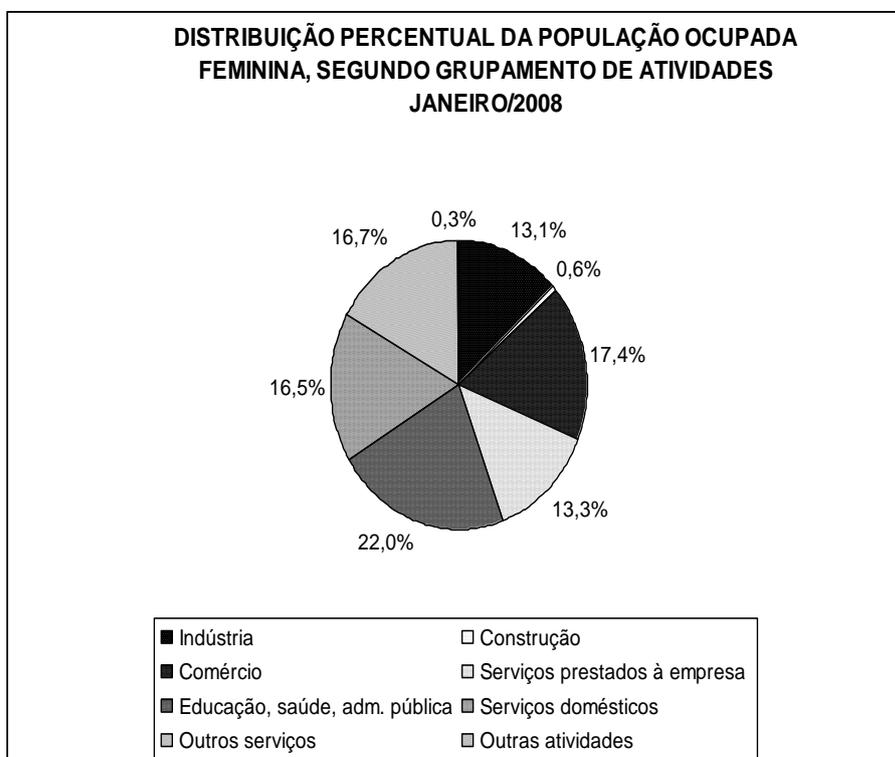


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

¹¹⁵ Vejam-se esses e outros gráficos sobre algumas características da inserção da mulher no mercado de trabalho em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_mulher/Suplemento_Mulher_2008.pdf

Gráfico 2 - Distribuição percentual da população ocupada feminina, no Brasil, por grupamento de atividades, em janeiro de 2008



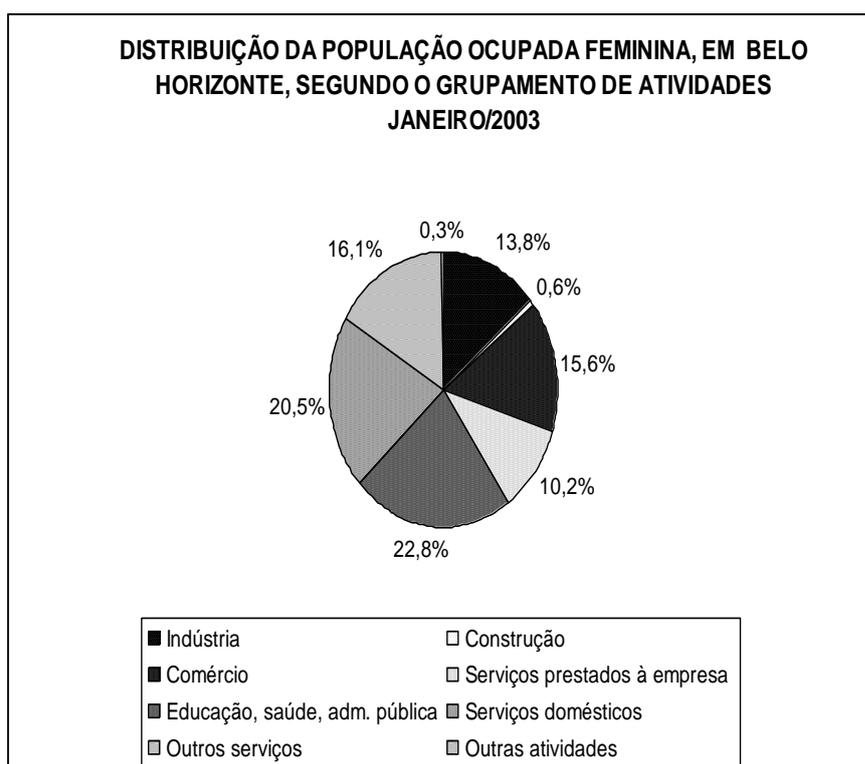
FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

Como demonstrado nos gráficos 1 e 2, que mostram o perfil da participação feminina nas atividades econômicas na comparação de janeiro 2003 e janeiro 2008 e a distribuição entre essas atividades, em nível nacional, verificamos as seguintes variações: queda de 1,2% entre as mulheres que trabalhavam na *Administração Pública, Educação, Defesa, Segurança, Saúde*; de 1,4% entre as que trabalhavam na *Indústria*; de 0,7% entre as que trabalhavam no *Comércio*; de 0,1% entre as que trabalhavam em *Outras Atividades* e de 0,4% entre as que trabalhavam na *Construção*. Houve acréscimo de 2,2% entre as que trabalhavam em *Serviços prestados a Empresas*; de 1,2% em *Outros Serviços* e de 0,4% entre as que trabalhavam com *Serviços Domésticos*. Entre as mulheres ocupadas em serviços fora da administração pública, predominou a participação no comércio e nos serviços domésticos. É importante destacarmos, devido ao objetivo da pesquisa, a queda de 40% no número de mulheres trabalhando nas obras de construção nesse período.

A análise da distribuição das mulheres nas atividades econômicas, no município de Belo Horizonte, (gráficos 3 e 4), na comparação de janeiro 2003 e janeiro 2008, apontou as seguintes variações: queda de 3,2% entre as que trabalhavam nos *Serviços Domésticos*; de 1%

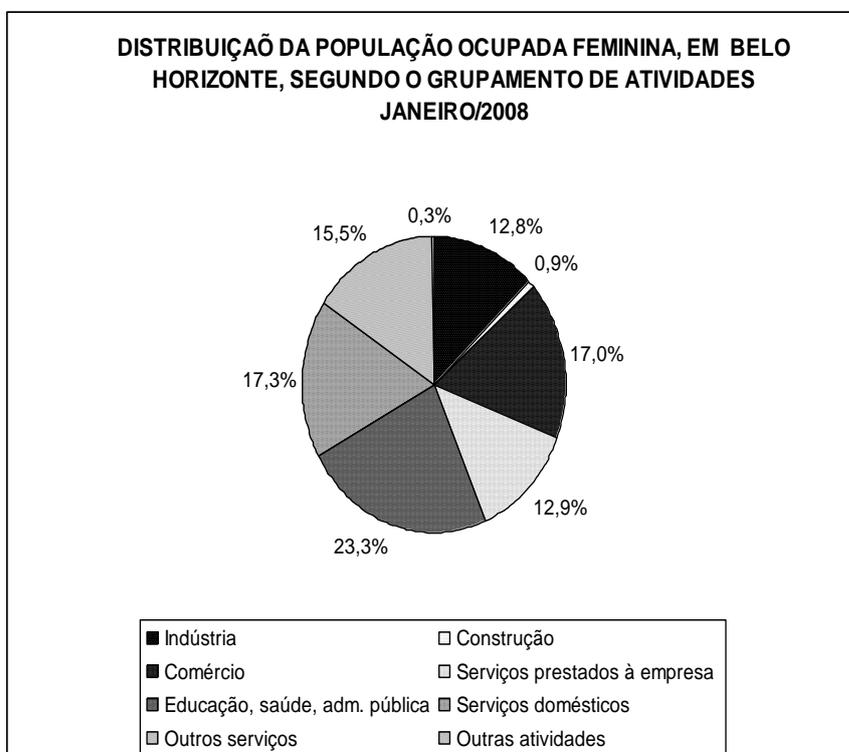
entre as que trabalhavam na *Indústria*; e de 0,6% entre as que trabalhavam em *Outros Serviços*. Houve acréscimo de 2,7% entre as que trabalhavam em *Serviços Prestados à Empresa*; de 0,5% entre as que trabalhavam na *Administração Pública, Educação, Defesa, Segurança, Saúde*; de 1,4% entre as que trabalhavam no *Comércio* e de 0,3% entre as que trabalhavam na *Construção*. Em *Outras Atividades*, não houve alteração no percentual. Entre as mulheres ocupadas em serviços fora da administração pública, em Belo Horizonte, também predominou a participação no comércio e nos serviços domésticos, apesar da queda expressiva de mais de três pontos percentuais nesse último segmento, em comparação com 2003. Destacamos: as obras de construção, nesse período, aumentaram o número de trabalhadoras em 50%.

Gráfico 3 - Distribuição percentual da população ocupada feminina, em Belo Horizonte, por grupamento de atividades, em janeiro de 2003



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

Gráfico 4 - Distribuição percentual da população ocupada feminina, em Belo Horizonte, por grupamento de atividades, em janeiro de 2008



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

A comparação dos dados nacionais com os dados municipais demonstra que, apesar da variação percentual, houve queda no número de trabalhadoras no grupo ocupacional das trabalhadoras da *Indústria*, tanto na capital como no país. Também houve acréscimo no número de trabalhadores/as do grupo ocupacional de trabalhadoras dos *Serviços Prestados à Empresa*. Nos demais grupos, os dados são divergentes, ou seja, aumento de trabalhadoras no país, diminuição no município e vice-versa. Para destacar essa divergência, apresentaremos os dados relativos ao grupo ocupacional da *Construção*: queda de 40% no país e aumento de 50% no número de trabalhadoras em Belo Horizonte, comparando janeiro de 2008 com janeiro de 2003.

ANEXOS